



você tem que conferir todos eles. Só que eles entregavam em partes, muitas vezes entregou mais do que... do que os que estavam sendo é... pra ser medidos mesmo.

Então aquilo lá era... era cortado. E, às vezes, também queriam forçar ou alguma coisa e aí já a gente colocava: ó, o que está pra ser pago é isso aqui. E aí era pra... passava pra... pra... pro Deinfra. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como assim, queriam forçar alguma coisa?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não... não... você fala, não, eu quero que se meça todos esses que eu fiz, mas não era aquilo que estava previsto pra... pra... pra ser executado, entendeu? De projeto. Então os projetos a gente olhava e falava: oh, esses aqui ainda não estão condizentes. Então a gente devolvia. Mas às vezes... ah, não, mas vamos mudar... tudo. Não, mas não entrava em medição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E além da RMG, o senhor lembra de mais alguma empresa que trabalhou na parte de projetos?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não, de projetos a... a... a que antecedeu a RMG, teve uma outra empresa lá que fez alguns projetos e eu já não estava. Eu só lembro da RMG.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando o Consórcio Florianópolis Monumento contratou projetos com a RMG Engenharia, o consórcio supervisor analisou os projetos entregues?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ah, praticamente todos os projetos, sim, os que foram entregues pela RMG.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, no primeiro relatório que o senhor assina como engenheiro coordenador...



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do consórcio supervisor, em junho de 2010...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o senhor faz a seguinte consideração ao final do relatório. Eu vou mostrar um *slide*, mas antes...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...eu acredito que eu vou... só vou... ainda sobre a RMG...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...só voltar uma pergunta aqui.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, no primeiro relatório o senhor assina como engenheiro coordenador do consórcio supervisor em junho de 2010, o senhor fez a seguinte consideração ao final do relatório.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou ler para quem nos acompanha e já está na tela projetada: “Apesar da alteração do sistema de sustentação o prazo final do contrato continua o mesmo. Conforme vem sendo indicado nas medições no sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira estão lentos e poderão afetar o prazo final da obra caso não sejam tomadas providências por parte do CFM.”

Nesse mês a obra deveria estar com 66,33% concluída, porém estava com apenas 13,69% executada.



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O percentual executado no mês, que deveria ser de 3,33% do total da obra, foi de apenas 1,22%, conforme se observa na tela também.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Infelizmente está pequeno pra quem está nos acompanhando, mas acredito que o senhor pode talvez...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Com certeza, já estou visualizando isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor está visualizando?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim, sim, isso aí é de conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Dessa forma, o atraso acumulado da obra e o ritmo aquém do cronograma eram situações que preocupavam o senhor?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Totalmente. Porque você tá gerenciando um projeto aonde você tá vendo que ele tá patinando, é desconfortável. Muito preocupante. Nunca deixei de tá informando, tanto a fiscalização quanto a minha coordenação, a minha diretoria quanto a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com o enorme atraso que existia na obra e com um ritmo de execução lento...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...como o senhor mesmo colocou, era viável ou plausível acreditar que a obra ficaria



pronta em maio de 2012, ou seja, executar 86,33% em menos de dois anos? Isso era possível?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não. Não, não era possível, como também, quando aditou o prazo, viu-se que não era possível também terminar em dezembro. Não tinha condição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós temos essas imagens que estamos projetando na tela do computador. Infelizmente está difícil de virar ali o *laptop*, mas caso o senhor tenha...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ah... não, não, pode ficar tranquilo, se eu tiver dificuldade, eu chego até aqui, se houver necessidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não, isso era um incômodo, Bruno. A gente... isso aí... não acharíamos nunca que iria terminar no prazo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então na época do seu primeiro relatório, já era... pro senhor já estava claro que não iria ser cumprido o cronograma?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Difícil. Porque você... você vai dando... vai se perdendo tempo e aquele serviço vai se acumulando pro final, é difícil, não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor informou...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não é impossível, mas é difícil. Por quê? Porque aí você tem que investir ao máximo pra mobilizar a todo vapor. Se tá só gastando pouco pra mobilizar a todo vapor, você vê que é bem complicado. [Transcrição: Felipe Pereira Bueno / Revisão: Clovis Pires da Silva]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor informou, em todos os relatórios do segundo semestre de 2010 que assinou como engenheiro coordenador da supervisão, que o ritmo lento poderia afetar no prazo final da obra. Já no relatório de janeiro de 2011 o senhor faz constar a seguinte informação.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou ler para o senhor: “Conforme vem sendo indicado nas medições no sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos e já afeta diretamente o prazo final da obra.”

Senhor Sebastião, o que mudou a partir desse momento na obra, foi a partir daí que o cumprimento do cronograma se tornou inviável ou inexecutável?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — O, Bruno, talvez possa ser... realmente a parte de 2011 que a gente viu que, que não ia, tá? E aonde foi que... a não ser que a empresa pegasse, ela, por ela próprio, com... até com pouco que recebeu com investimento dela própria, desse um gás na obra pra mostrar que estava na condição de, de, de, de, de correr atrás do crono... do, do, do cronograma físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que o Deinfra deveria ter feito nessa época ao constatar esse atraso e recebido o relatório do senhor?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Bom, eu acho que ele deveria impor uma, uma condição a eles, ou, ou, ou vá tanto até tanto ou tanto, mas isso aí eu acho. Agora, é o Deinfra que toma essa decisão, que tomou, que deveria ter tomado e que eu creio que deve tomar ainda com relação a qualquer empresa que trabalhe para ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em abril de 2012, ao final do relatório assinado pelo senhor...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...consta a seguinte informação: "Apesar da alteração do sistema de sustentação o prazo final do contrato ainda continua o mesmo. Em andamento pedido de prorrogação de prazo pela CFM."

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos."

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em abril de 2012 fazia 23 meses que o senhor estava coordenando os trabalhos de supervisão...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ou seja, quase dois anos.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando que as situações de atraso no cronograma e de ritmo lento se mantiveram por todo esse período e o Deinfra estava estudando realizar outro termo aditivo com o consórcio executor, eu lhe pergunto: o Consórcio Supervisor Prosul-Concremat se limitava a fazer esses apontamentos nos relatórios mensais ou, alguma vez, participou de alguma medida mais concreta e incisiva para apontar as situações de atraso e lentidão nas obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim. Participamos, é... eu digo participamos porque eu participei de algumas, aonde a gente participou juntamente até com o presidente do órgão, do Deinfra, tá o.k.? Agora, mais do que isso teve muitas reuniões em que u, u, u, o diretor do consórcio, que é o Celso, participava direto com, com, com, com cobranças,



aonde tava o Paulo, aonde estava u, u presidente do Deinfra, em se colocar essas situações, mas essas decisões ficavam a cargo deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o presidente do órgão na época?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ó... é, que eu saiba, assim, mais atuante... eu acho que eu cheguei e tava no final do, do Romualdo, mas eu acho que tava saindo e foi o Paulo Meller.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve reunião com os dois?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não. Tive reunião, umas duas ou três reuniões eu estive junto com o Paulo Meller.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então foi alertado esse atraso?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Claro, isso aí, como nós estamos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alguma vez o consórcio supervisor foi questionado pelo Deinfra acerca da real viabilidade da execução completa das obras conduzidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Muitas vezes alguém ã, ã, questionava o que que acha, o que que, o que que nós achávamos. Isso aí, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem que perguntava?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Olha, parte tanto do próprio presidente, como diretoria deles, já houve perguntas, às vezes tava no Deinfra, havia conversas, quando eles iam em alguma reunião ali na ponte. Então questionavam.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era a resposta?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — A resposta era que a gente via que não, não, não via uma, uma luz no, no fim do túnel para aquilo, não. Que da maneira que estava sendo conduzido, não, não, não chegaria no prazo final.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em dezembro de 2012 é apontado no relatório do Consórcio Prosul-Concremat a seguinte informação: “Os serviços em execução no período pela CFM são: Serviços praticamente paralisados; Serviços de manutenção de Canteiro de Obras.”

Senhor Sebastião, por que o Consórcio Florianópolis Monumento simplesmente paralisava os serviços? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — É... Olha, ele, ele... Na realidade, assim, ele diminuiu o quadro de funcionários, que já não eram muito e... não sei o que aguardavam do Deinfra, se, se esperava algum, algum, algum aditivo, alguma coisa que pudesse pra aplicar ou não e não colocavam dinheiro. E muitas vezes também, alguns fornecedores que ele tinha foi deixando de pagar também. Agora, o motivo, não sei qual, como que se tratavam, mas o que que acontecia? Esse pessoal a gente notava em campo, eu, meu pessoal, de vez em quando: ó, pessoas lá já tão dizendo que por causa de pagamento não vão... E não iam, pronto. E, e de repente, quando você via, não estava os profissionais.

E o que nós tínhamos que fazer era sempre tá... é, é, fazendo os relatórios, notificando tudo isso direitinho, porque também fazia parte do escopo do nosso trabalho isso daí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só para ficar claro...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As pessoas deixavam de ir porque não recebiam o pagamento da em...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Da... do... do... do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do consórcio...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Isso. não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio não pagava?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Nenhuma outra empresa é... tratava direto com o, com a, com... O Deinfra tratava somente com o consórcio, e o consórcio com as empresas que faziam alguns trabalhos específicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O canteiro chegava a ficar praticamente vazio?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Chegava a ficar vazio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vazio?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ah, vazio. Sim. Vazio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aproveitando a mesma pergunta...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que havia... infelizmente a tela não vai mudar para o senhor...



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ah, sim, mas pode falar que eu (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...mas está na tela aqui, por que havia tanta variação das medições?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — É... Bruno, porque é assim, muitas vezes alguns serviços que estavam medido aonde, aonde você vê uma medição grande, esse serviço, ele pra ser medido ele tinha que ser finalizado e, e não, e eles não, não trabalhava outras coisas naquela na, na, naquela mesma ocasião, o que é que a gente questionava. Por quê? Porque a ponte, quando fala a re... a... a reabilitação da ponte, todo mundo pensa só na, no vão pênsil ali, de fazer a, a estrutura provisória. Não, aquilo é uma fase da, da obra. A obra tem um monte de coisa. A obra tem os, tem o, o, o, os, as, a, o, o, os, a, os ancoramentos, a obra tem os pilones, tem um monte de coisa pra se fazer.

Então o que que podia fazer? Fazer isso. Enquanto tá fazendo uma coisa que demora mais tempo, que façam outras. E não era assim, entendeu? Porque às vezes tinha que ter uma equipe é... especializada pra tá fazendo um tipo de servi... ele não, ele tava só com a equipe que fazia aquele tipo de serviço ali, e aquilo era uma, uma morosidade.

Então, o servicinho pequenininho que fazia não dá medição. Aí depois passava dois meses pra se me... começar a trabalhar um trabalho ma... um serviço maior pra dar medição. Muitas vezes aconteceu isso, muita... e a gente cobrava. Por quê? Porque tem no cronograma físico tá indicando o serviço, e eles tavam um monte de serviço pra ser feito aqui, um monte, várias etapas de serviço, e eles trabalhando num só.

Então é, é onde se deu todo esse atraso, sem, sem nenhuma condição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor saberia estimar quantas pessoas do Consórcio Florianópolis Monumento e terceirizados trabalhavam no canteiro?



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Olha, do consórcio mesmo era bem pouca pes... poucas pessoas mesmo. Poucas, eu diria, sei lá, talvez 15. Pra uma obra daquela é muito pouca, pouca, 15, 20, ou, ou, ou num pico maior umas 25, eu diria. E as empresas que trabalhavam... a... a... nos serviços terceirizados, essas empresas elas tinham o que... de acordo com o que elas tinham que produzir, então tinha um número de funcionários, umas tinha 15, outras tinha 20, outras tinha 10, dependendo daquele serviço. Porque o serviço que designava pra elas, elas levavam o, o, o, as, o pessoal que, que elas dariam conta de fazer aquele serviço. E aquilo ainda a gente em cima. Por quê? Por que tem toda uma exigência, toda uma exigência de, de, do terceiro que entra numa obra. Ele tem que o... ele tem que respeitar um monte de documentação, um monte de coisas, tudo, tudo, tudo. Aquilo a gente tinha que tá em cima, porque se deixasse, quando chegava lá tá alguém que, que você vê totalmente desqualificado, totalmente... é, é, é, falta de documento. Então aquilo também era um trabalho muito grande, a gente tinha que tá em cima disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essa média ela é durante todo o período que o senhor trabalhou na obra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ah, não, não, não. Isso aí, essa média, ela variava ainda pra baixo às vezes (n).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pra baixo?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Era, assim..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Chegou a ter cem, duzentos trabalhadores a obra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Eu não... Não... cem, duzentos, na minha... Eu digo pra você que eu não cheguei a ver esse, esse número total, não. A não ser que contasse todo mundo do escritório, todo mundo, tal... talvez. Mas tinha que contar muita gente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, sobre esse *slide*...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o consórcio responsável pela supervisão da obra...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...reduziu a equipe, consequentemente o faturamento, haja vista que a obra estava praticamente paralisada...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...em alguns períodos?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Claro que... Ele diminuiu por dois motivos: uma que a obra ela está paralisada, então você não requer tanta mão de obra, até mesmo prum com... prum, pruma supervisão. E outra, que isso também se fazia necessário pelo próprio Deinfra e por vários motivos, senão nós íamos ter uma medição maior do que da construtora também, porque a nossa medição ela era por profissionais. Ali, era ela, era diferente, não era um contrato igual o da, da, da construtora.
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

Então isso tudo tinha que levar em consideração. Era ruim para nós? Ruim para nós. Tanto é que quando rescindiu o nosso contrato, porque rescindiu o contrato deles, não tinha mais porque... tanto é que depois ficou só eu lá terminando todos os trâmites e isso aí foi péssimo, porque ficou dinheiro pra trás, mas vai se fazer o quê? Ah, agora vou pegar o saldo... Não, não é assim que funciona.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No relatório de supervisão de abril de 2013 constam as seguintes observações:..



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — “No dia 10/04/2013 o Consórcio Florianópolis Monumento apresentou em reunião no DEINFRA um cronograma físico (MS Project) preliminar e incompleto (09/04/2013).

Abaixo segue, conforme solicitado pelo DEINRA, alguns comentários e observações que deverão ser observados pelas partes em 23/04/2013.

Conforme solicitado também a SUPERVISÃO deverá atualizar os comentários e possíveis atrasos neste cronograma semanalmente.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Geral.

A data inicial do cronograma 31/12/2012 deve ser corrigida; Não temos como analisar o caminho crítico sem a apresentação do cronograma completo e com a data final; Lembramos que o cronograma oficial do CFM junto ao DEINFRA está desatualizado e atrasado conforme lista supra acima.”

Era comum o Consórcio Florianópolis Monumento apresentar cronogramas desatualizados, incompletos e já apresentados com atraso?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Olha, só não é comum isso acontecer muito em obras, mas que era comum ele nos apresentar (ri), sim, muito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A próxima tela (*mostra imagem*) compara o valor medido pelo Consórcio Florianópolis Monumento – barras pretas –, de forma acumulada, com o previsto no edital e a proposta comercial do consórcio.

Os dados demonstram que a obra foi executada muito aquém do previsto. E a média mensal do faturamento do consórcio foi de R\$ 756 mil (considerando todos os meses de contrato, com ou sem medições) quando deveria ser de algo em torno de R\$ 3 milhões por mês.



Senhor Sebastião, de maneira resumida, quais foram os principais aspectos e fatores que levaram a uma execução tão lenta e defasada como a apresentada pelo Consórcio Florianópolis Monumento? A técnica executiva foi um dos fatores?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — O... o Bruno, eu diria assim que a, o, o, o comprometimento do, do, do consórcio construtor em colocar a, u, u, u equipamento necessário e as pessoas necessárias para executar a obra que se propôs, entendeu? Isso aí... Porque a técnica executiva, Bruno, são profissionais que sabem que vão executar aquilo lá, não tem problema. É profissionais e equipamentos, tudo. É disponibilizar. E não, não havia essa disponibilidade desde início e, e, e, cada vez, por quê? Porque a obra é isso. Começa, tem que colocar dinheiro nela, sim. Ela vai lá em cima e depois vai descendo outra vez, mas isso é pro final, e não foi o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse comprometimento não era visível?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Hum... não acho, eu, eu, não via assim... da minha parte eu não vi que... esse comprometimento inicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No relatório de fevereiro de 2011 é a última vez que o senhor Fernando Hayashi é mencionado como integrante da equipe técnica da construtora, sendo que ele era o responsável técnico da CSA Ltda. A partir da saída dele do canteiro de obras, havia mais algum profissional da CSA que, de fato, participava da obra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Bom, da CSA eu nem sabia, assim, que ele era CSA, eu achei que ele fosse é, é, da Espaço Aberto, alguma coisa assim. Não sabia. Muito pouco eu o vi na obra, desde que eu cheguei lá. E, dentro da CSA, de vez em quando que, que eu o vi, isso agora não sei se estava em outros locais, ou se... é u, u, u, que eu entendia da CSA era o Khaled.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Fernando Hayashi demonstrava ter experiência na obra que ele era o responsável técnico?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Eu era um rapaz, recém-formado... u, u, diria pra você não, não, não... talvez afoito em querer aprender alguma coisa, mas não diria assim de experiência, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Khaled ia com que frequência a obra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Eu, particularmente, eu o vi muito pouco na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diria quantas vezes?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não, não sei te, te, te... algumas vezes. Não, não sei te dizer se eu vi ele todo mês lá. Isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele parou de ir em algum momento?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ah, é o que eu tô dizendo, eu acho que eu não... eu digo pra você, com certeza, que eu não o vi todos os meses lá enquanto eles estavam com a obra, muito pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Prosul-Concremat foi notificado oficialmente acerca da saída da CSA da obra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não. Nós, eu, eu, particularmente, eu não tenho é, é... eu tenho plena certeza que eu não tive ciência de uma documentação, assim, que nos dissesse da, da, da saída, de rescisão de contrato ou de fim de... não, não, não, por parte da CSA.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor ouviu algo sobre a saída? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE – Não, não. Depois, ouvi comentários, mas eu acho que não vi nada assim que fosse numa mesa de reunião, alguma coisa ou em documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, esse é o trecho do relatório de supervisão do mês de outubro de 2011 referente à equipe técnica da construtora.: “Relação nominal da equipe técnica da Construtora: Gleison Lemos, que é engenheiro coordenador...”

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Paulo Ney Almeida, arquiteto...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Que é o dono.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fábio Pereira Nunes, engenheiro de campo.”

No mesmo mês a supervisora fez constar no relatório a seguinte equipe técnica. São treze profissionais e no mínimo onze de ensino supervisor (*sic*).

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Toda essa equipe que está ali.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Já em setembro de 2013 o relatório supervisor aponta os seguintes nomes da equipe técnica do consórcio executor, relação nominal e pessoal.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — O Gleison e o Paulo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os dois.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — O Fábio havia saído.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Gleison Lemos e Paulo Ney Almeida.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E consta a seguinte equipe do consórcio supervisor agora.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esses nomes todos.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, esses foram, respectivamente, os meses de menor e maior medição das obras da Ponte Hercílio Luz durante o período em que o senhor esteve na obra.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando os meses em que foram registradas medições oficiais, chama a atenção que em ambos os casos a equipe técnica de engenheiros e profissionais de nível superior do consórcio supervisor foi maior que a equipe do consórcio executor.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso realmente acontecia?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Olha, é... porque a equipe técnica realmente acontecia, sim, porque a equipe técnica do consórcio construtor era muito poucas pessoas, sempre.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quantos engenheiros o Consórcio Florianópolis Monumento mantinha em campo?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Ó, eu vou ser bem franco pra você: engenheiro em campo que a gente via lá realmente era o Gleison, que era o, o, o... antes dele havia o, o... o outro lá que eu esqueci o nome dele... o Cássio, mas era o preposto, que era o engenheiro preposto, e um engenheiro de campo mesmo, que era, no caso, o Fábio, que a gente via muito lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E com relação ao número de trabalhadores na obra... Perdão.

Como funcionava a verificação de alocação do pessoal do Consórcio Florianópolis Monumento? Ou seja, os nomes que constavam no relatório eram os nomes daqueles profissionais que efetivamente estavam na obra ou o consórcio executor passava uma lista para compor o relatório do consócio supervisor?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não, normalmente era assim, os nomes que... quando vinham os nomes deles, nós averiguávamos se essas pessoas estavam, de fato, na obra e praticamente eram pouquíssimas pessoas, sempre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia, então, uma verificação *in loco* e visual aí?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim, para ver quem é que estava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presencial.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim, porque uma também... porque se era de *staff*, igual era no caso do Gleison ou um outro, era junto com o *staff* nosso, que os escritórios eram juntos, a gente saberia. E se é de campo, nós tínhamos o pessoal de campo, e normalmente em campo a gente sabia quem que estava em campo. Depois teve



engenheiros, mais engenheiros de obra, mas tinha engenheiro de quê? Que era das empresas terceirizadas. Aí a RMG veio com um engenheiro, veio com o João Mota, veio com outro que eu esqueci o nome dele; veio a TDB que era pra estrutura metálica, tinha dois engenheiros... Então, assim... Tinha a Fundesp que tinha um engenheiro.

A equipe de mergulho... até a equipe de mergulho ela teve um engenheiro lá, só que ele era um engenheiro naval, ele não ia, ele não ficava o tempo todo, porque também não tinha necessidade, porque tinha o supervisor de mergulho, que é o indicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E acontecia de mandarem relação com mais nomes e esses nomes não estarem na obra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Acontecia e a gente pedia pra trocar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Acontecia?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era frequente?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não, frequente eu não diria. Pra nós que foi assim a listagem chegando... frequente, não. Mas que aconteceu talvez umas duas vezes, aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro poderia estar acompanhando outra obra da Espaço Aberto também?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Não, o... Por contrato e edital, claro que não. Era... era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exclusivo?



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE —
...exclusivo da... da... da... No... no edital já se deixava claro que aquele corpo técnico era exclusivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos nos encaminhando para o final, senhor Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro Eduardo Hamond Regua ou a empresa Hamondregua Engenharia, cujo um dos sócios é o senhor Eduardo Hamond Regua, executou serviços na estrutura da Ponte Hercílio Luz? *[Transcrição: Ana Clara Mota]*

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — O... Deputado, é assim ó, do... do... do... nós o chamamos de Regua... do Regua em si eu não cheguei... eu só o conheci, eu não cheguei a ter contato com ele. Quando eu cheguei já... de quando eu estava lá, já não via ele mais na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor estava quantos dias por semana na ponte?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Todos os dias, inclusive sábado, às vezes domingo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não o via lá?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Eu vi lá indo pra Espaço Aberto. Talvez umas duas vezes eu vi ele indo lá pro escritório, mas eu digo assim, de ver ele em obra, isso eu não cheguei a ver.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro Eduardo Hamond Regua, entre junho e setembro de 2010, apareceu como engenheiro do consórcio executor em relatórios assinados pelo senhor.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Teve.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se ele consta da relação de técnicos citados...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Falou que era consultor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...então o senhor confirma que ele atuou efetivamente nas obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Diriam... di... disseram que ele estava como consultor. Efetivamente lá na obra, eu diria que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabia que esse engenheiro era diretor do Deinfra e assinou o edital de licitação e participou da avaliação das propostas técnicas e de preço da licitação que contratou o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Eu soube.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na época?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Na época. Eu soube.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Prosul-Concremat se manifestou em alguma oportunidade sobre a aplicação de alguma penalização ao Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Olha, eu... eu tenho informação, assim, de reuniões que eu tive com o Celso que essas conversas eles teve... tiveram dentro do Deinfra em conversa com o fiscal, juntamente com os diretores e com o presidente. Houve essas conversas. Eu mesmo não participei de nenhuma reunião em que tocasse nesse assunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor, como parte do consórcio supervisor, quando soube que o senhor Hamond Regua era diretor do Deinfra, assinou o edital de licitação e participou também, tudo isso que eu listei para o senhor, isso lhe causou alguma estranheza?



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — É... não diria que é um fato assim adequado, mas é... caberia à própria fiscalização do Deinfra, ao Deinfra da aceitação ou não isso aí, mas é um fato um pouco estranho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sobre as penalizações ao Consórcio Florianópolis Monumentos, o senhor sabe mais ou menos quando que houve essas conversas que o senhor falou sobre essa penalização?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Não, eu não, não, eu não, não sei assim te dizer quando foi, mas que houve essas conversas, houve, porque, inclusive, foi épocas em que a gente é... foi notificado, nós documentamos também, não só por atrasos, por essas coisas todas, mas principalmente a parte onde é... seguro de obras, essas coisas. Tava tudo... tudo meio... meio irregular, meio faltando documentação. Então isso aí era coisa que se você ler o edital e ver o contrato, tudo aquilo lá é passivo de tá caminhando pra uma paralisação de obra, pra uma penalização, pra tudo. E isso era passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se a penalidade foi aplicada?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Eu não sei te dizer, não. Eu... eu... possivelmente, creio que não foi; eu creio que daí só resultou depois da interdição do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio supervisor intercedeu alguma vez em favor do consórcio executor para que não fosse penalizado ou sancionado pelo Deinfra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Olha, isso eu não posso dizer que sim; não, não tenho essa informação. Dá minha parte, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alguma vez, em algum momento durante a sua execução, as obras da Ponte Hercílio Luz



ficaram sem as devidas coberturas de seguro, especialmente o seguro de risco de engenharia?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Sim, quase... quase sempre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a função que o senhor Paulo Ney Almeida desempenhava no canteiro de obras?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Função no canteiro de obras? Não, ele era o dono da empresa, ele ia lá... eu o via de vez em quando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele chegou a atuar como engenheiro preposto ou coordenador do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Enquanto eu estava lá, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como funcionava a situação de substituição de nomes da equipe técnica do consórcio executor? A supervisora e o Deinfra se manifestavam em todos os casos?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — É... mai... o Deinfra... Na realidade, isso aí era passado ao Deinfra, era acertado com ele lá, tanto é que depois é que a gente ficava sabendo já tinha alguma alteração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E todas aconteciam com aval ou alguma não foi autorizada ou notificada?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Eu não tenho certeza se teve alguma que foi impugnada ou alguma coisa assim, eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existia o pedido do Deinfra para "segurar" as medições, ou seja, para não medir e não emitir a nota fiscal para pagamento?



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Olha, eu diria assim, pode até ser que... que talvez houvesse, mas por alguns dias, em caso de dotação, alguma coisa assim, pra não emitir nota, mas não... mas é coisa de dias, talvez por uma dotação que tivesse um atraso, porque o Deinfra depende de... de... que vem do governo alguma coisa, não é o caixa dele mesmo. Então, pode ser, mas é coisa... não era coisa assim pra atrapalhar tudo, não. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era significativo, então?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Não, não, eu creio que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E existiam pedidos de suspensão ou paralisação da obra solicitados pelo Deinfra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Não entendi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existia algum pedido de suspensão ou paralisação da obra solicitado pelo Deinfra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Hum... não. Já tivemos em conversas, em reuniões alguma coisa assim: olha, se não for, nós vamos ter que... que... que suspender alguma coisa. Mas que eu saiba de pedido, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sobre os profissionais que eram substituídos, o profissional que substituíra, ele tinha o mesmo acervo exigido no edital?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Nem sempre. Isso... não, não, não tinha assim, nem sempre o mesmo. No caso da... da... que nos passou assim pra conferir mesmo um acervo foi do... do... quando trocou o preposto, que aí foi analisado tudo. Isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.



E o Consórcio Prosul-Concremat recebia em dia?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Olha, também a mesma coisa. Os atrasos que tinham era pra segurar uma nota, alguma coisa, mas era tudo muito bem conversado entre as diretorias, e, aí, se segurava e aguardava e, depois, vinha tudo. Mas eu digo pra você que não teve aquele atraso também de falar: olha, vai por água abaixo. Não foi isso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda., foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que entre os anos de 2011 e 2012 ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado: um engenheiro responsável pela Ponte Hercílio Luz, o Secretário do Estado e o próprio Governador do Estado à época, o senhor Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo da obra da Ponte Hercílio Luz e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos. O senhor participou de algumas dessas reuniões?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Não, inclusive a Karla eu só ouvi umas duas, três vezes traduzindo pro Khaled. Somente. Eu não sabia nem qual a função dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais os nomes dos fiscais do Deinfra que atuaram no canteiro de obras da Ponte Hercílio Luz durante o seu período de coordenador do consórcio supervisor?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Somente dois, um até faleceu, que era o seu Xavier, e o outro que está lá até hoje, que é o Wenceslau.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra mantinha sempre um engenheiro fiscal em campo?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Sempre. O fiscal sempre lá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O corriqueiro era a atuação de apenas um engenheiro no canteiro ou, por vezes, atuavam mais de um?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Não, mais, mais de um às vezes, tem... tem uma equipe às vezes; sempre o Deinfra tá com outra equipe lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... na sua concepção, qual foi o principal fator ou motivo que levou à rescisão do contrato do Estado, o Deinfra, com o Consórcio Florianópolis Monumento com tão pouco da obra de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz executada?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Olha, o fator é porque com todo o atraso viu que jamais... é... é... poderia estabelecer data pra, pra terminar aquela obra. Então, aquilo lá tava já insuportável, pro próprio Estado, não tava bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para ficar claro aqui nesta oitiva: se o contrato tivesse prosseguido com a Construtora Espaço Aberto, que ficou tocando sozinha a obra após a saída da CSA, a construtora teria conseguido finalizar a obra e entregar a Ponte Hercílio Luz completamente restaurada e reabilitada para a população do Estado de Santa Catarina?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Olha, é... eu, eu vou responder bem particular, tá o.k.? Não teria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria algo a acrescentar que possa auxiliar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito ?



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Deputado, não tenho. Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO ALMEIDA REZENDE — Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhoras Deputadas e senhores Deputados, Deputada Luciane Carminatti, algum questionamento ao depoente? Deputado Jessé, Deputada Marlene, Deputado João Amin, Deputado Sargento Lima? *(Todos gesticulam negativamente.)*

Deputado João Amin, por gentileza, vossa excelência está com a palavra. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Sebastião, conforme o levantamento do Ministério Público, o Consórcio Prosul-Concremat subcontratou ao menos oito empresas terceirizadas para a execução de serviços no contrato de supervisão da ponte. Essas subcontratações foram formalizadas perante o Deinfra?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Deputado, que eu saiba, é como eu disse, eu lembro da... do Catão e de uma outra empresa de fundação que eu não tô lembrando qual o profissional que... não, foi da... tsc, de, de estrutura metálica, teve um de estrutura metálica que eu não sei, ã... tentei me lembrar o nome aqui e não consigo. Esse....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Das oito o senhor lembra de duas.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Isso, dessas duas e foram formalizadas, lógico, porque... tanto é... que o que que



acontece? Quando é... ele faz essa contratação, porque o consórcio nós medimos só por nós que estamos lá. A nossa medição se dá pelas pessoas, pelos equipamentos que nós temos em sala, é assim que nós recebemos, que o consórcio recebia.

Então, se eu contratar uma pessoa, eu é que vou pagar se não falar nada pro Deinfra. Eu não tenho como chegar lá pra ele depois e falar: Não, eu, eu coloquei essa pessoa lá que foi lá olhar, foi mergulhar, foi fazer a coisa e agora você tem que pagar. Se não tem que pagar e ficar quieto. Então, aquilo lá formalizava da necessidade que tinha pra aquele, pra aquela consultoria, tinha que tá bem formalizado pra que que era aquela consultoria. Por quê? Porque existia certos casos, quando foi pra, pra rótula, aqui falou: Ah, tem fissura. Nós tivemos que colocar porque tinha que, que, que bater com alguém que tava falando que tinha alguma coisa muito grave também. Porque não caberia só a nós também verificar e falar: não, realmente tá muito grave. Então, colocar uma pessoa que sabia muito, aí, sim, mas isso aí tinha até anuência do Deinfra. Essas duas, eu... com certeza teve, as demais eu não sei te dizer porque eu não, não participei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá. O Deputado Bruno fez algumas perguntas, mas a minha é um pouquinho diferente,

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...mas eu faço questão de fazer.

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor poderia precisar quais eram especificamente as atribuições do senhor Eduardo Regua quando funcionário do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — É, a, a, o, o, o que diz do, do, do Regua tivemos assim, chegou documentações lá onde ele tava fazendo parte do corpo. Porém, nós, nó... eu não tinha,, nós não



tínhamos assim a... como que fala, tsc... vendo ele em campo lá o que que estava fazendo. Aí foi dito que ele estava prestando consultoria para a, a Espaço Aberto, alguma consultoria. Então, é esse que nos foi passado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No decorrer do seu período...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... de contribuição para a obra da ponte...

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... quando que o senhor teve essa conclusão, que acabou de responder para o Deputado Bruno, que a empresa Espaço Aberto não teria condições de realizar uma obra dessa envergadura?

O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE — Olha, eu, eu vou dizer uma coisa assim: eu, eu, eu já trabalho no... como profissional de Engenharia em, em obras relevantes, até há quase trinta anos. E diria pra você assim ó, qualquer obra que se quer acabar no tempo você começa ela com total aceleração, e essa foi uma obra que eu não vi hora nenhuma acelerando. Então, desde que eu entrei lá, eu fiquei meio preocupado, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso, Deputado Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não havendo mais perguntas por parte do Deputado João Amin, consulto o Deputado Sargento Lima, Deputado Jair Comper, Deputado Fernando Krelling. *(Todos gesticulam negativamente.)*

Não havendo mais perguntas por parte dos senhores Deputados, eu agradeço a participação do senhor Sebastião Florentino de Almeida Rezende. Muito obrigado. E peço à assessoria que acompanhe o senhor até a parte externa desta Comissão.



O SR. SEBASTIÃO FLORENTINO DE ALMEIDA REZENDE —

Obrigado, com licença.

(O Sr. Sebastião Florentino de Almeida Rezende retira-se do recinto.)

Vamos dar continuidade à reunião.

O Deputado João Amin, que iniciou esta reunião, fez a votação e a aprovação da ata anterior, mas nós temos também o expediente.

Recebemos o expediente da Casa Civil, que é o Ofício nº 3.349, encaminhando informações solicitadas a esta Comissão. Dou por recebido e solicito à assessoria que encaminhe cópias aos senhores Deputados, bem como, depois faça a devida anexação presente no processo.

Da mesma forma, recebemos o Ofício nº 1.238/2019 da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade solicitando prorrogação de prazo. Prazo adicional de vinte dias para a resposta. O que é concedido também cópia aos senhores Deputados, oficia-se a Secretaria de Infraestrutura que o prazo foi concedido e que cumpra conforme solicitação. *[Transcrição: Grazielle da Silva]*

Também recebemos o Contraofício nº 132/2019, da empresa Grubras, Indústria e Comércio de Gruas Ltda., encaminhando informações solicitadas. Conforme consta também, dou por recebido e solicito que dê cópia aos senhores Deputados e também faça depois a devida anexação no processo.

Também recebemos documentos do Badesc, do banco de desenvolvimento econômico, solicitando prorrogação de um prazo, mas ao mesmo tempo requer, a diretoria do Badesc, que a documentação encaminhada seja transformada em sigilo. O que decreto o sigilo no presente documento, mas abro vistas aos senhores Deputados se algum desejar verificar a documentação acostada ao presente processo. Mas está decretado o sigilo das informações.

Este não estava na sinopse, mas como chegou depois de pronto, dou por recebido.



Senhores, temos também para a semana que vem a solicitação do Deputado Bruno para que sejam ouvidos os senhores Romualdo Theophanes de França Junior, que foi presidente do Deinfra de janeiro de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, e Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra de janeiro de 2011 até janeiro de 2015. Dou por deferida e peço à assessoria que faça o devido ofício para a convocação.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para a quarta-feira da semana que vem.

Muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição e leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]*

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 11H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhoras Deputadas, senhores Deputados, havendo quórum regimental, damos início à reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis ilicitudes na Ponte Hercílio Luz.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo que a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Recebemos também, senhores Deputados, os seguintes expedientes: o Ofício nº 1.309/2019, de 4 de outubro de 2019, assinado pelo senhor Secretário Carlos Hassler, da Secretaria da Infraestrutura, que faz encaminhamento de documentação.

Solicito à assessoria que dê o recebimento, faça a devida anexação ao presente processo da CPI e, se houver solicitação por parte dos senhores Deputados, com a devida reserva faça a distribuição.

Também recebemos *e-mail* da Polícia Federal, do senhor Delegado Alexandre Mauro Tomaz, que é o chefe da Delemig, informando que não há condição, da forma como foi enviado, de fazer o levantamento das entradas e saídas do País dos senhores *Khaled Mahmoud* e Peter Sluska. Então, solicita que sejam fornecidos mais dados à Polícia Federal para que possa fazer os devidos levantamentos.



Também recebemos expediente do Consórcio Florianópolis Movimento (sic) solicitando mais quinze dias para fazer o levantamento da documentação e enviar a esta CPI.

Entendo, senhores Deputados, que quinze dias é muito tempo. Vamos deferir. Defiro um prazo de oito dias a partir desta data. (Pausa.)

(O senhor Presidente da CPI dá o despacho no documento.)

Solicito à assessoria que elabore expediente, ainda no dia de hoje para que este Presidente possa assinar, comunicando à representação do Consórcio Florianópolis Movimento (sic).

Também recebemos expediente da Procuradoria desta Casa, conforme solicitado, acerca do tempo em que vai se expirar a CPI. A CPI tem o seu prazo final no dia 3 de novembro e o prazo final para apresentação do relatório no dia 2 de dezembro. Então, também solicito à assessoria que faça a anexação ao devido processo e dê conhecimento aos senhores Deputados.

Vamos ouvir a primeira testemunha, que é o senhor Paulo Roberto Meller. Eu o convido para sentar aqui à minha direita.

(O senhor Paulo Roberto Meller senta-se no local indicado pelo presidente.)

Registro a presença do Deputado Ivan Naatz, que hoje substitui o Deputado João Amin, que se encontra em viagem.

Nós temos a segunda testemunha, que é o senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy. Eu solicito à assessoria que encaminhe a próxima testemunha para o gabinete da Coordenadoria das Comissões para que lá ele possa aguardar.

(O senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy deixa o recinto.)

Senhores Deputados, vamos continuar com a reunião.

Senhor Paulo Roberto Meller, o senhor recebeu um ofício desta Comissão, portanto vossa senhoria sabe o motivo pelo qual aqui está.

(O senhor Paulo Roberto Meller manifesta-se fora do microfone: "Sim;")



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Alô, alô... Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, sabendo o motivo pelo qual aqui está, promete dizer a verdade, somente a verdade nesta Comissão?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu gostaria que o senhor dissesse, para fins taquigráficos, o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Paulo Roberto Meller, eu sou engenheiro civil, moro na estrada Caminho dos Açores, 2.020, casa 30, Florianópolis. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também fica ciente de que não é obrigado a responder as perguntas, perfeito? Pode ficar calado se assim desejar, e se também desejar fazer alguma questão de ordem está liberado, e encaminhe sempre para este Presidente, este Deputado.

Senhores Deputados, vamos procurar tocar esta reunião de uma forma um pouco mais breve, tendo em vista ter outra testemunha e outros compromissos de Comissões que já estão atrasados no dia de hoje.

Eu passo a palavra, então, ao Deputado Bruno Souza, que é o Relator da CPI da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia, senhor Paulo.

O senhor foi convidado para esta CPI porque o senhor foi presidente do Deinfra de janeiro de 2011 a janeiro de 2015. Então, eu já quero começar



perguntando para o senhor: com relação à execução das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz pelo Consórcio Florianópolis Monumento, qual foi a sua participação no desenrolar da obra, qual era o grau de conhecimento do senhor acerca do andamento dos trabalhos?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Já posso responder?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Ah, sim. Tá bom.

Bom, primeiro, bom dia a todos os Deputados... é... agradeço até o convite de estar aqui.

Pra ser bem sucinto, o nível de conhecimento de uma determinada obra é como qualquer presidente de um órgão grande como o Deinfra, como um Secretário, ele sabe o básico, mas talvez as questões pormenores, de detalhes técnicos de engenharia, talvez algumas perguntas que me sejam feitas aqui eu não vou poder responder ou não vou saber responder da questão técnica.

O que eu posso dizer é que de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, que foi o período que eu presidi o Deinfra, a... nesse período nós não assinamos nenhum aditivo com aumento de valores – e eu quero deixar explicado até pras pessoas entenderem, porque quando se fala em aditivo as pessoas leigas acham que é uma única coisa e, na realidade, juridicamente sim, mas tecnicamente é uma coisa diferente e eu quero explicar.

Quando você assina um aditivo com repercussão financeira é quando você faz um aditivo que tem algum aumento de despesa. Um exemplo: você tá fazendo um prédio e precisa colocar mais duas portas e uma janela. Aí você faz um aditivo com impacto financeiro. Agora, quando você prorroga o prazo de um contrato, também é aditivo. Então, às vezes, as pessoas leigas e que não sabem, subentende-se ou entende de que aditivo sempre tem impacto financeiro. Então, nesse período de quatro anos nós assinamos sobre a ponte um único aditivo, que foi de prorrogação de prazo, não foi nenhum impacto financeiro.



Se o senhor quiser, eu posso fazer um relato sobre os quatro anos e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós temos perguntas aqui. Se algo não for respondido e o senhor quiser acrescentar ao final, o senhor pode acrescentar. Pode ser?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Pode, sem problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acompanhou, então, a evolução dos serviços de perto?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Como presidente. O de perto eu acho que é um pouco... não é muito... né, porque são várias obras no Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fazia visitas ao canteiro?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Fiz algumas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez algumas visitas, então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Fiz, fiz, ah, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a frequência?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu fiz nos quatro anos, eu fiz na obra... fiz... vamos botar quatro ou cinco vezes, no máximo, na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não acha que uma obra do tamanho e da importância como a da Ponte Hercílio Luz e que fica a 1,5 quilômetro da sede do Deinfra, não merecia uma atenção especial?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — O senhor tá falando tecnicamente ou como presidente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como presidente.



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, na realidade, assim: quando você faz uma obra, qualquer obra do Deinfra, você tem uma equipe técnica, você tem um... ã... ã... todo mundo... é... é... à disposição da obra. Especificamente da Ponte Hercílio Luz, nós tínhamos um escritório na obra, nós tínhamos engenheiros, por parte do Deinfra, engenheiros responsáveis, engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro eletricitas, e também uma empresa contratada que faz a supervisão; e, aí, a supervisão de uma equipe técnica de engenheiros dos mais variados técnicos engenheiros. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

Então... não precisava... acredito que tecnicamente não precisaria... tecnicamente na questão da ponte. Eu conheço o projeto, eu analisei o projeto, mas confesso que... até porque o Estado é muito grande, nós tínhamos aí mais de cinquenta obras e não tinha como o presidente, como não tem até hoje, né, um Secretário de Infraestrutura e tal, visitar todas as obras num período grande.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor, como presidente, acompanhava os relatórios mensais do consórcio supervisor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Mensais, não. Eu acompanhava aquilo que poderia chegar na minha mão, né, tipo... a... os valores, porque... até porque hoje quase... era, era tudo *online*. Muitas coisas eu recebia, nós fazíamos reuniões na minha sala a cada 40, 45 dias sobre os andamentos de todas as obras...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esses relatórios não chegavam às mãos do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Muitas vezes chegavam, sim, sim, mas nem todos, até porque essas medições são mensais. Então, as medições mensais algumas chegam, outras não, porque vai direto pro setor...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, eu me refiro aos relatórios do consórcio supervisor. O senhor tinha acesso mensal a esses relatórios?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu não tô sabe... não tô entendendo que relatório que o senhor tá se referindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do consórcio de evolução das obras ou do Consórcio Prosul-Concremat, para ser mais específico.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Sim, são... O senhor deve tá citando talvez medições, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Sim. As medições funcionam assim: são várias obras, pra cada medição é feito um relatório anexo e, aí, esses relatórios vão direto pros setores, no caso específico, sai da ponte, vai pra Diretoria de Obras, que atesta, que, depois vai para todos os setores. Eu confesso que ler todos os relatórios hum, hum... é humanamente impossível. De todas as obras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas o senhor não considera a obra da Ponte Hercílio Luz uma obra especial?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Sim, claro, totalmente. Uma das mais importantes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou ela não é uma obra...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu digo, eu digo que é a mais importante do mundo hoje em termos de complexidade e de engenharia.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando o senhor assumiu a presidência do Deinfra, a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz deveria estar com 86% executada, porém estava apenas com 17% dos seus serviços realizados, conforme apontava o relatório da supervisora. No mesmo relatório é feito o seguinte apontamento (aí no computador ao lado do senhor e atrás também, projetado, está o que vou ler): "Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos e já afeta diretamente o prazo final da obra."

Quando o senhor se deparou com essa situação nas obras da ponte, quais medidas tomou?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — A... A questão do rompimento de contrato, quem rompeu o contrato com a empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade isso é quando o senhor assumiu como presidente, né?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Ah, sim... Ah, o senhor tá falando de 2011.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, quando o senhor assumiu...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o contrato deveria estar com 86% executado, mas estava apenas 17% executado, como apontava já o consórcio supervisor. Quais medidas o senhor tomou frente a esse atraso?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom é... todas as obras... Vamos falar especificamente da ponte, nós, a partir do início de 2011, fizemos reuniões com a equipe técnica, mudamos inclusive os engenheiros – o engenheiro Wenceslau, que estava aqui e vai falar depois de mim, foi um engenheiro que quem convidou, ele é um engenheiro do Deinfra, que quem convidou pra assumir a parte fui eu –, a obra não estava caminhando por



várias razões e a informação que me passava é que... é... a... precisava dar todo um incremento.

Nós fizemos, na primeira reunião que tivemos com a presença do Governador, com a presença dos Secretários, de todos, nós colocamos isso e a determinação do Governador Raimundo Colombo era que... é... fosse agilizado todo o processo da ponte. E, aí, nós começamos todas as tratativas para agilizar a obra da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor fez? [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Nós... Bom, vou tentar aqui explicar.

Quando nós assumimos estava... é... somente... é... quem conhece a obra da ponte, tava iniciando a parte de estaqueamento subaquático, o.k.? Nós chamamos, fizemos reuniões com todo mundo, a empresa se comprometeu a, a fazer os encaminhamentos, a empresa tocou durante um certo, um certo período, depois paralisou. Nós... é... fizemos novamente várias reuniões, inclusive é... no gabinete do Governador do Estado, com a presença de vários Secretários, com a presença de vários Procuradores, do Procurador-Geral do Estado inclusive em muitas reuniões, a... e... a ideia era realmente aprimorar. Mas tinha uma questão que fazia jus ao Estado, que era a questão financeira. Era uma obra de vários milhões, R\$ 150, R\$ 200, R\$ 300 milhões a obra, e os orçamentos que estavam previstos eram viáveis, mas a questão de fluxo de caixa na época do governo do Estado também ela, ela, ela tinha uma certa dificuldade.

Nesse meio período nós definimos valores com o pessoal da Fazenda, o que poderia ser gasto ano a ano, e, aí, começou todo esse processo. Foi justamente, assim em poucas palavras, foi isso que foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era a principal justificativa apresentada na época para justificar essa situação?



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Duas: financeira do Estado e também a empresa contratada que estava... é... muito lento tocando a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante o seu primeiro ano no Deinfra, em 2011, o Consórcio Florianópolis Monumento faturou pouco mais de R\$ 5,2 milhões, perfazendo uma média mensal de faturamento de R\$ 430 mil, quando ele deveria estar faturando por mês R\$ 3 milhões, ultrapassando a casa dos R\$ 30 milhões anuais. Inclusive o faturamento do ano de 2011 representou menos da metade do faturamento do consórcio no ano de 2010, que foi de quase R\$ 12 milhões.

Senhor Paulo, por que as médias de faturamento caíram tanto? Quais foram os motivos e por que tanto atraso nesse cronograma?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Foi uma questão... vamos explicar tecnicamente a questão da obra. Quem vê, quem vê a obra pronta hoje fica mais fácil de entender.

A... o maior serviço que tinha que ser feito hoje... naquela época na ponte era os estaqueamentos, né? Eram feito aqueles, aqueles quatro blocos e ali eram estacas – estacas era feito por uma empresa especializada, a, a, o Consórcio Florianópolis Monumento contratou essa empresa e obviamente que com toda a dificuldade do mar; tinha toda a questão de marés, a questão de vento, a questão de chuva, a questão de tudo, que não tinha, não tinha questões. Foi muito mais, especificamente nessa época, acredito que tenha sido muito mais por uma questão técnica de estaqueamentos e dificuldades de obra, do que propriamente pro, por questões... outras coisas, né? Justamente porque em 2010 é... foi, foi, foi alterado toda a... foi alterada a questão de... de... de técnica de construção da obra.

Então, é... foi uma questão de estaqueamentos mesmo. E, aí, nesse período, já se... já víamos, nós já víamos de que a dificuldades é... é... desses estaqueamentos, a questão... muita questão de ventos e tempo, e tal. Tudo isso foi justificativo... foi justificado para a questão do andamento da obra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O ano inteiro então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Até terminar, vamo bo... vamo dizer que até terminar a questão das funda... a... dos estaqueamentos, das funda..., das, das estacas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em junho de 2012 o senhor assinou, representando o Deinfra, o oitavo termo aditivo ao contrato original, prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja, até 31/12/2014 – está também na tela do computador, caso o senhor queira consultar.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E, ao final de junho de 2012, em vez das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato estava aproximadamente apenas 23% executado, mesmo após longos três anos e meio de contrato.

Senhor Paulo, por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Porque nessa... nesse período nós já esta... o governo do Estado já estava em negociação com bancos para arrumar recursos para a conclusão, recursos para viabilizar a conclusão da ponte. A conclu... o governo do Estado chegou à conclusão através da Secretaria da Fazenda que com recursos próprios não tinha condições de fazer a ponte. Então, a... a... na época começou a negociação, que depois de um tempo deu certo, que foi com o BNDES, aonde se assegurou um volume considerável de recursos. Então, por que que foi prorrogado? Porque estava em negociação a... com o BNDES, e que depois foi assinado a... pelo governo do Estado um financiamento para a assinatura da ponte. Então, foi só por isso.
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, mas o senhor falou na resposta anterior que uma das primeiras providências



do senhor foi justamente garantir os recursos para a execução da ponte. Isso no começo de 2011.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu entendi errado ou?...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, então eu me expressei mal.

Garantimos os recursos para fazer o estaqueamento da ponte, porque... Tem uma coisa que eu quero frisar muito aqui que é, nós engenheiros chamávamos ponte segura. O que que é ponte segura? Deixar a ponte segura pra ela não vir a colapso, porque se ninguém... se as pessoas não sabem, desde 1982 a ponte, a qualquer momento, por um efeito de vento — isso tá no laudo assinado pela empresa Stein — poderia vir a colapso.

Então, quando nós assumimos em 2010, quando chegou este parecer pra mim, eu disse: vamos agilizar rápido a questão da infraestrutura embaixo da ponte pra tornar a ponte segura. Depois é outra coisa.

Então os recursos que eu me referi aqui, que foram assegurados pela Fazenda, foi pra fazer o estaqueamento, que era o período que se adaptava — eu não me lembro se era pra oito, nove ou dez meses, que era o que precisava fazer estaqueamento. Aqueles recursos a Fazenda assegurou, porque era prioridade tornar a ponte segura, como nós chamamos na engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Florianópolis Monumento tinha feito, anteriormente, apenas 23% em três anos e meio de contrato. O senhor acreditava realmente que os 77% restantes da obra seriam executados nos dois anos e meio seguintes?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu... se... hum... posso lhe dizer o seguinte: que se... talvez, talvez, se a... se o Consórcio Florianópolis Monumento tivesse recursos deles, até porque o rompimento também foi nisso, talvez não ficasse pronto, mas ficaria bem próximo disso. Eu posso garantir que a meta nossa era tornar a ponte segura, nesse aspecto, e pra isso, por



isso que nós fizemos toda a questão dos aditivos. Eu... respondendo claramente, se não ficasse pronto, ficaria bem pouco, faltaria bem pouco pra terminar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que o senhor tinha essa convicção, se o relatório da supervisão imediatamente anterior ao aditamento apresentava a seguinte observação – que está no computador também: “Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos (...).”

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, vamos lá então. Vamos... vamo por partes.

A.... a partir desse momento começou a dificuldade é... da empresa. A... nós pagávamos a empresa e a... e os... fomos surpreendidos algumas vezes que as pessoas que faziam os rebocadores paralisaram a obra por falta de pagamento, que os mergulhadores paralisaram por falta de, de, de pagamento. Então começou toda essa discussão, a empresa também não cumprindo a parte dela. Por mais que a gente conversasse, por mais que a gente falasse, por mais que a gente notificasse, a... a empresa, através do... do... de todo tipo de, de diário de obra, a empresa passava por... passou por esse processo, né, e aí... que culminou depois com o rompimento que foi feito por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 18/2/2013 o senhor, representando o Deinfra, assinou um Termo de Concessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na condição de interveniente anuente, anuindo então com a apresentação do Contrato de Empreitada PJ 264 — contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz firmado entre o Deinfra e o Consórcio Florianópolis Monumento — como garantia de um empréstimo de R\$ 9,4 milhões realizado pela Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc.

Senhor Paulo, por que o Deinfra concordou com a apresentação do contrato como garantia?



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Desculpa. A última frase, por que?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que o Deinfra concordou com a apresentação de um contrato com ele como garantia? *[Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, na realidade, o que aconteceu? A empresa Espaço Aberto tinha problema de fluxo de caixa, procurou um banco que... procurou um banco para pegar recursos financeiros do banco. Deu em ga... o banco aceitou os contratos e as medições futuras da, da, da Ponte Hercílio Luz. Foi ao parecer jurídico, todo mundo, é... enfim, concordaram. Qual era, qual era o regramento? A partir das medições se pagava essa prestação do banco. A empresa que tomou, tomou o empréstimo concordou, o banco concordou, o Deinfra só pôde aceitar, porque não tinha nenhum prejuízo financeiro para o Estado ou para, para o Deinfra esse tipo de, esse tipo de transação. Nós, ao invés de pagar x pra empresa, pagaria x, a, a, a, diferença ou o parcelamento desse, desse financiamento.

Foi uma transação empresa privada com banco e, aí, nós só anuímos porque foi uma questão de, de, de concordância. Não, não fizemos nada mais disso e não teve nenhum prejuízo pro Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, senhor Paulo, em janeiro de 2013, alguns dias antes da obtenção do empréstimo, que foi em fevereiro de 2013, a medição nº 50 do consórcio supervisor apontava que o Consórcio Florianópolis Monumento tinha realizado apenas 23% do contrato, o equivalente a R\$ 35,6 milhões, dos R\$ 154,8 milhões previstos inicialmente, sendo que, segundo o cronograma original, o contrato já deveria estar completamente executado e a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz deveria estar concluída.

Considerando que a situação da época indicava que o contrato estava com uma execução muito atrasada e muito aquém do esperado, o senhor considera que o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz estava



realmente apto e habilitado a ser dado como garantia para uma operação de crédito de quase R\$ 10 milhões?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Volto a dizer, nós não tínhamos outra e... e... não tinha nenhum prejuízo pro Estado. Na realidade a empresa tomou, tomou a... esses recursos para fazer fluxo de caixa para construir a ponte. Na época, eu... nós verificamos que era, era interessante pra, pro Estado e... e... volto a dizer, não teve nenhum prejuízo financeiro, não teve nada, justamente no intuito de tentar resolver o problema e construir a ponte e deixar a ponte segura, que era o nosso objetivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor levou em consideração esses aspectos ao anuir com a apresentação do contrato como garantia?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — De tornar a ponte segura, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, esses indícios de que... esses indícios, não, o que a supervisora já apontava, esse atraso tão explícito na execução do contrato. O senhor levou isso em consideração ao anuir com a apresentação do contrato como garantia?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Mas não tinha nenhum... nesse aspecto não tinha nada que, que, que pudéssemos ser contrários a uma transação entre um banco e uma empresa privada. A... o banco aceitou o contrato, nós simplesmente anuímos. Não tinha nenhuma disputa... nada, não, não, nada contra a questão do Deinfra. Não tivemos nenhuma participação pecuniária, nenhum... o governo... o Estado não ia dar nenhum recurso, o Deinfra não ia pagar nada. Era simplesmente ao invés de pagar a empresa x, ia pagar o banco y com a anuência da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra não poderia...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Se o banco, se o banco aceitou, quem somos nós pra não aceitar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra não poderia negar essa anuência?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Acredito até que sim. Mas negaria por que, se era uma coisa pra empresa pegar um capital de giro pra tocar uma obra que tinha contrato com o Deinfra. Não vejo... nenhum motivo de, na época, né, na época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas pelo menos... pela, pela...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Hoje até pode ser, mas na época não, não se tinha... não se tinha motivo, porque não tinha nenhuma transação pecuniária entre o Estado e... entre o Deinfra e banco, entre... nada. Era um contrato, deram em garantia, o banco aceitou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Um contrato que já deveria estar concluso, estava com 23% só disso concluso. O senhor não acha que, pela inexecução do contrato, isso não seria um bom motivo para não anuir?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Dizem que não se deve fazer uma pergunta respondendo... uma pergunta para responder uma pergunta. Eu pergunto: será... isso não é um trabalho do banco? Não é o banco que tinha que analisar o contrato se valia, se não valia, se tinha vinte, porque tudo isso, esse documento foi tudo ao banco. Era o banco que tinha que analisar, não era nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A Construtora Espaço Aberto conseguiu empréstimo com o Badesc apresentando como garantia o saldo de um contrato o qual não estava sendo cumprido o cronograma físico-financeiro. Em 2012, ao invés de aproximadamente R\$ 40 milhões que deveriam ter sido medidos, foram medidos apenas R\$ 4,29 milhões dos R\$ 154 milhões previstos inicialmente, ou seja, apenas 2,8% do contrato original, sendo que no último semestre de 2012 foram apenas R\$ 375 mil medidos nos três meses anteriores à obtenção do empréstimo.



Senhor Paulo, eu lhe pergunto: o contrato não dava todos os sinais de que não seria executado em sua plenitude, como, de fato, não foi?
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Por isso que nós rompemos, Deputado. Por isso que depois de toda essa tratativa de tentar viabilizar o contrato, de tentar é, é, é, todos, é, é, em busca de recursos do BNDES, arrumar o recursos, é... nós... ã... fazer as tratativas pra tentar viabilizar pra deixar a ponte segura, tudo isso foi feito nas melhores das intenções de todo mundo. Na... a empresa depois não honrou os compromissos e nós rompemos. Quem rompeu, volto a dizer, quem rompeu foi dentro dos meus quatro anos. Nós é que rompemos o contrato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o rompi...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — ...justamente por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O rompimento ele foi após um ano e meio do empréstimo.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — O senhor está falando do empréstimo?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do Badesc.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, mas daí... O empréstimo do Badesc não foi uma transação conosco. Eu confesso que eu... nós não... o recu... a questão do Badesc foi uma questão empresa privada com banco, o Deinfra não participa. Eu tô falando da questão financeira do BNDES. Quando o Estado garantiu os recursos, ã, eu não me lembro se foi 70, 80 ou 90 milhões, mas recursos vultosos que isso iria viabilizar consideravelmente a questão da ponte, quando o Estado garantiu os recursos, a empresa não



cumpriu com a parte dela, aí nós rompemos. Esse é o... esse é o tempo que eu tô falando.

A questão do financiamento esse do BNDE... do, do, do Badesc ou do banco privado, eu não sei... eu não... nós não participamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Depois que o Estado garantiu os recursos, o Deinfra levou um ano e meio para romper esse contrato. Qual motivo?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Justamente porque nós, juridicamente e tecnicamente, tornamos, tomamos todos os passos, todas as precauções para não ter nenhuma questão judicial depois. Eu até posso explicar passo a passo o que aconteceu. É... pra não ter dúvida.

Os nossos Procuradores, e com a presença do Procurador-Geral do Estado, doutor João dos Passos, tudo foi, é... juridicamente pensado, calculado, pra que não tivesse um prejuízo maior pro Estado depois. Qual seria o prejuízo maior pro Estado depois? Fazer uma rescisão, entre aspas, “malfeita” que a emp... que o consórcio que foi rompido pudesse entrar na, na, na Justiça e pudesse paralisar tudo, e aí, sim, que ficaria a coisa pior de todas.

Então tudo foi milimetricamente é... pensado, calculado, todos os passos foram feitos pela Procuradoria do Deinfra com a vistoria da Procuradoria-Geral do Estado, do próprio Procurador-Geral, todos os passos, justamente pra não ter problema, porque a nossa... Como engenheiro, a nossa maior dificuldade era: vamos romper? Vamos. O.k., rompemos. E aí a empresa podia entrar na Justiça, ganhar uma liminar e tal, e, aí, ficaria a ponte toda ela paralisada. Essa preocupação a equipe jurídica do Estado e do Deinfra tomou, a equipe técnica, porque a nossa preocupação técnica era, era isso. E volto a dizer, Deputado, deu certo, porque, graças a Deus, se a ponte hoje tá segura e ela está praticamente concluída, eu não tenho dúvida nenhuma de afirmar que foi a decisão nossa, de romper o contrato naquela época, mostra que o... a nossa decisão foi correta.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em março de 2013 o Deinfra ainda acreditava na conclusão das obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Março de?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 2013.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, eu não saberia lhe informar agora exatamente a data, eu não... É... eu sei que nós começamos a ter um *stress* em 2013, eu não sei se foi março ou abril. Assim, um *stress*... um *stress* maior foi nessa época, mas eu não saberia dizer se foi fevereiro, março ou abril, não... eu não sei... não posso dizer.

Eu sei que em 2013 nós já esta... nós já tínhamo... nós já estávamos discutindo informalmente, inclusive com o Governador, né, porque, vamos lá, ninguém vai romper um contrato nesse período sem a concordância do Chefe Maior, sem a, sem a concordância é... do Procurador, e vamos... diga-se de passagem, eu quero aqui, é... é...é... fazer um elogio ao ex-Governador, porque ele também foi corajoso quando ele disse: juridicamente tem condições? Tecnicamente tem condições? Ele ouviu o jurídico, ouviu nós, técnicos, e ele disse: não, se é pra romper, vamos romper de vez pra garantir a ponte e concluir a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Marcos Peixoto Amin, que foi gerente de Operações do Badesc na época da concessão do empréstimo à Espaço Aberto, declarou em oitiva aqui nesta CPI, abre aspas, que “se houvesse qualquer problema, eu acho que a Secretaria teria avisado. Oh, ligar para o diretor do banco pra dizer: ‘Olha, não faça isso.’ Porque eles” nunca assinaram... eles nunca “assinaram, gente! O contrato de garantia está assinado na Secretaria junto com a gente! Eles sabiam do empréstimo. Se eles soubessem de qualquer coisa que o navio estava afundando... Eu não fazia nem ideia do navio afundando.” [*Transcrição: Ana Clara Mota*]



Com base nessa declaração do senhor Marcos Amin, eu lhe pergunto: o Deinfra não deveria ter informado o Badesc acerca das reais condições e da real situação de execução do contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu acho que isso é uma obrigação do banco. Eu acho que... é... se o... o... o sócio do banco ou os diretores do banco que... e tiveram, eles estiveram lá no... no... no... no Badesc, tiveram analisando o contrato, analisaram, viram as medições, até porque é público isso, entra no sistema, se cobra e analisa, eles viram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não acha que o Deinfra foi omissos nesse caso?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, em absoluto. Não, porque ao... volto a dizer, ao Deinfra não cabia absolutamente nada. O Deinfra simplesmente entregou a documentação a pedido do banco, as cópias do contrato, as cópias das medições, todos os relatórios. Quem tinha que analisar relatório é o banco. O Deinfra não emprestou nada pra ninguém. O Deinfra não fez absolutamente nada, ele só assinou que tinha um contrato vigente, que estava lá e com toda documentação. Nós... não... não tinha como fazer absolutamente nenhum tipo de comentário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Contrato PJ 264/2008 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. Esse dispositivo foi aplicado no período que o senhor foi presidente do Deinfra?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, a partir do momento que nós definimos que íamos começar a aplicar a... as multas, as medições foram zeradas. Teve um período aí de... não me lembro se foi quatro, cinco ou seis meses que a empresa não... não... não faturou. Então, se não faturou não tem como aplicar multa. Então, nesse período, sim, nós via... a decisão era aplicar a multa, só que não teve faturamento na empresa pelo *stress* todo que tinha.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014 foram pagos R\$ 33.887.355,00 ao Consórcio Florianópolis Monumento, sendo que o senhor, enquanto presidente do Deinfra, não exigiu que fosse descontado mais de R\$ 3 milhões em multas, descumprindo o contrato. Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, a multa você só cobra se você aplica a multa. Não, não tinha nenhuma multa aplicada. Quando... volto a dizer, quando a gente, nós resolvemos a... a decisão de rompimento do contrato e, reafirmo aqui, o rompimento foi feito na minha gestão, né, nós decidimos a partir daquele momento que nós começamos a, a, a, a, com a orientação toda jurídica, porque ela tinha que ser jurídica, né, é... as medições foram zeradas e não tinha como aplicar multa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Então, não tem como aplicar multa de um... de, de algo que você não multou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade o senhor, como presidente do Deinfra, fez o repasse de R\$ 33 milhões ao Consórcio Florianópolis Monumento. Então eu gostaria de entender por que as multas não foram aplicadas antes, então, 2011, 2012, 2013.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, porque justamente isso, a ideia, a ideia era, é... é... é fazer as negociações todas pra viabilizar a ponte segura. É... a ideia não era fazer um rompimento de contrato, no início. A ideia era ter... fazer a ponte segura, paralelo a isso o governo do Estado ia atrás dos recursos, porque nós estamos falando, era falado de milhões. É... é paralelo a isso, tudo isso foi reunido e foi conversado com vários, com vários, vários, vários Secretários de Estado, com todo mundo junto. Isso não foi uma decisão só minha. A decisão era todos viabilizar a ponte segura, como nós chamamos.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A decisão de não aplicar a multa foi sua?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, não, não tinha o que aplicar a multa, não tinha decisão de aplicar multa, porque a, a nossa ideia era justamente tornar a ponte segura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justamente é isso, é isso o que eu tô perguntando: a decisão de não aplicar a multa foi do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De quem foi a decisão?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, não, não tem essa decisão, porque a multa só é aplicada depois dos engenheiros fazerem o laudo, depois dos engenheiros analisarem, verificarem, e aí se aplica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E não havia atraso no cronograma quando o senhor estava como presidente?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Deputado, vou reafirmar, claro que tinha, só que nós távamos, como engenheiros e como técnicos... era justamente tornar a ponte segura. Não adiantava nós seguir, é... a ideia era: torna a ponte segura. A empresa participou de várias reuniões, nós vamos tocar a obra, vamos tocar a obra, e foi. Como de fato... e se o senhor analisar, já que o senhor tá falando, em 2013 a obra andou consideravelmente bem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E de quem foi...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — ...depois disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E de quem foi a decisão de tomar todas as medidas possíveis antes de aplicar as multas, então?



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Como assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As decisões de medições, as medições que vieram antes já apontavam esse atraso. O que eu queria entender é isso, quem é que decidiu negociar, de fazer reuniões e não multar? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, foi o Estado como um todo. Volto a... eu disse aqui, nós fizemos várias reuniões, é... no gabinete do Governador, com o grupo gestor do Estado, com os técnicos de Deinfra, nós fizemos várias e várias e várias reuniões, que a ideia era, vamos tomar a ponte segura. Pra isso precisava de x milhões, que era pra fazer as fundações e aquela estrutura metálica embaixo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quando o consórcio voltou a faturar, ele cumpriu o cronograma?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu posso dizer que em 2013 não cumpriu na íntegra, mas foi talvez o melhor... de todos os... O drama, 2013 foi um dos melhores períodos, mesmo com atraso, foi um dos melhores períodos da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mesmo com atrasos. Então houve atrasos?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Sim, aí depois disso nós rompemos o contrato, porque daí é... iniciou o ano de dois mil e... final de 2013 ou início de 2014, o tempo eu confesso que não quero dizer o mês aqui, as obras começaram, nós tive... começamos a ter problema no canteiro de obras, que era o pessoal de novo fazendo é... indo embora porque não tinha pagamento e tal, aí que houve a decisão do governo, né, com a minha presença, do governo, de nós irmos pro rom... pra ir pro rompimento do contrato, porque aí nós tínhamos dinheiro, nós tínhamos recursos em caixa do Estado, nós tínhamos tudo, aí, sim, era... era um rompimento unilateral, porque a empresa não tava cumprindo a parte dela. Até antes disso, até 2011, 2012, que é meu período, a empresa não cumpria a parte dela, mas vamos ser justo,



o Estado também deixou de cumprir algumas partes por questão financeira, por questão de fluxo de caixa do governo do Estado.

Então, é... foram dois momentos, a partir do momento que assinou-se o convênio com... o convênio de financiamento do Estado com o BNDES, é... garantindo recursos de milhões, né, a empresa aí não com... não conseguiu mais, e aí foi aí que foi o rompimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando foi a decisão de romper o contrato?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — (*Suspira.*) Eu... o mês exato eu não sei, mas foi 2014.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 2014?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — E... meados de 2014 ou, ou assim, o primeiro semestre de 2014, eu não saberia lhe dizer exatamente o mês, mas foi 2014.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A decisão foi de quem?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — A decisão foi o seguinte, vamos, vamo lá. Nós fizemos uma reunião de engenheiros com o corpo técnico jurídico do Deinfra primeiro. É... nos certificamos que o certo pra obra era o rompimento, dali nós... é... fomos conversar com o Governador, com o Procurador do Estado e com o grupo gestor. Levamos a nossa exposição de motivos, que tecnicamente nós achávamos que era o ideal, porque a partir daquele momento nós tinha... o Estado tinha recurso, nós estávamos com recursos em caixa, nós tínhamos tudo e a empresa não estava honran...

Em 2013, vamos ser justo, em 2013 a obra foi num ritmo consideravelmente bom e, depois, a obra deslanchou, que nós tivemos paralisações de, de, de, dos rebocadores, dos mergulhadores. E aí era inconcebível vo... o Estado tá com... o Deinfra tá com recurso e... e a obra não andar. Então, daí nós fizemos uma exposição de motivos ao grupo gestor, ao



Governador, ao Procurador-Geral do Estado e ali, então, se tomou a decisão, então vamos juridicamente fazer tudo dentro do processo, tudo dentro da lei e fazer bem-feito, porque nós também colocamos a esse grupo, o gestor, ao Governador, todos, dizendo o seguinte: olha, temos que fazer juridicamente bem-feito porque tecnicamente a ponte não pode ficar... se desse algum problema jurídico, a ponte não pode ficar muito mais tempo ã... com o risco de, de, de, de, de um colapso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda. (empresa que se consorciou com o grupo Espaço Aberto – formando o Consórcio Florianópolis Monumento), foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que, entre os anos de 2011 e 2012, ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, o Secretário de Estado e o próprio Governador do Estado à época, o senhor Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos. O senhor participou de alguma dessas reuniões?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A determinação partiu do Governador Raimundo Colombo ou do Secretário de Infraestrutura do Estado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Para? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa permissão para que essa anuência com a CSA saísse do contrato.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu desconheço o assunto. Eu, sinceramente, não, não me lembro de ter algum documento, porque uma coisa é alguma pessoa dizer, outra coisa é um documento. Eu não me lembro, não me lembro, de ter algum documento no Deinfra de que alguma empresa tenha



saído do consórcio. Pode até ter, viu? Eu não quero... mas eu não tô lembrado de que tenha no processo é... e eu tô aqui, inclusive vou deixar cópia depois de todo o processo, de como que nós fizemos o processo do rompimento do contrato. Eu trouxe uma cópia pra deixar aqui pra CPI é... e não... sim, não estou lembrado, não me lembro de nenhum documento de que alguma empresa tenha saído do consórcio. Pode até ter saído, mas confesso que eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como presidente do Deinfra, que estava executando, nas suas palavras, uma das obras mais complexas em execução no País, um contrato no valor de R\$ 54 milhões, o senhor não sabia que a empresa que continha o acervo técnico deixou o contrato?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — É... eles nunca me procuraram, nunca apresent... não, eu confesso que, pra mim, não. Mas, mas, ã... algo assim, de conversa de corretores, sim.

Agora, esse também, mesmo não estando, mesmo também não estando a... no nosso parecer do rompimento, esse também foi um dos motivos que nós levamos a... nós levamos a cabo. Só que como não tinha... é... eu acredito que juridicamente não tinha algum tipo de documento, mas essa informação chegou, chegou pra mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que o senhor fez ao saber dessa informação, como presidente, ao saber que a empresa que continha o acervo técnico saía do contrato?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, eu não... eu desco... eu volto a dizer, eu desconheço. Eu não, não, não chegou pra mim nenhum... assim, não me lembro disso. Eu desconheço, não, não, não vejo, não vejo isso como uma dificuldade. Até porque... já era, eu não sei qual era o período, já era um período que a gente tava talvez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso foi em 2012.



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Tá. Não me lembro, não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa informação de que a empresa havia saído, não é uma informação de fácil verificação? Não bastava ir ao canteiro e ver quem eram os técnicos presentes?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Deputado, uma coisa é verificar, outra coisa é documentos. Eu confesso, confesso que... ã... em tudo que eu vi, eu li da ponte, não, não vejo nenhum documento de que a empresa tenha protocolado. Pode até ter tido, mas eu... isso não, não passou.

Agora, pra obra em si, nós estávamos — e volto a dizer, os melhores técnicos é... do Estado e talvez do Brasil estavam e estão até hoje inseridos na obra da ponte. Então, é uma obra complexa, é verdade, mas nós estávamos muito bem servidos de corpo técnico hoje, como tem até hoje. A equipe é basicamente a mesma que tá hoje na ponte quando tava no meu tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, os relatórios da supervisão apontavam a saída da CSA. Quem deveria ter informado essa situação para o senhor então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Nos relatórios desse apontavam?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Talvez o pessoal da diretoria, mas eu não tô lembrado disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não viu esses relatórios que apontavam a saída da CSA?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Deputado, pode até, pode até ter chegado esse assunto pra mim. Mas eu confesso que eu não, não, não... assim, primeiro que eu não me lembro, mas se chegou eu não quero dizer que:



ó, pô... é...é... querendo dizer que não chegou. Não, não, só não me lembro. Sinceramente eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, essa é uma pergunta padrão e eu preciso lhe fazer: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, Deputado, eu posso lhe assegurar e garantir a todos... é... tudo que foi de 2011 a 2014, tudo que foi... â... medido, executado, foi tudo dentro das normas técnicas e pago, tudo dentro da norma técnica. É muito fácil saber se foi feito ou se foi medido algo a mais. E eu volto... Eu sei que é difícil... é... é... responder algo com outra pergunta. Se nós não tivéssemos... se nós tivéssemos alguma atitude não republicana com o consórcio, obviamente que... eu não iria romper o contrato. Se eu tivesse alguma negociação, alguma negociata com o consórcio, que é aqui de Florianópolis, que todos nós conhecemos quem é, se nós tivéssemos alguma atitude não republicana, é... eu, com certeza, Deputado, eu... hm, iria sofrer todo tipo de coisa pra não romper.

É... e di... e digo e afirmo, não recebi â... pressão de ninguém pra não romper. Ninguém, ninguém chegou pra mim e disse: pô, Paulo... é... Nenhum. Ninguém da classe política, ninguém do governo. Ninguém: "não rompe." A decisão de romper foi uma decisão em conjunto, né, foi uma decisão que tava o grupo gestor, que tava nós a... Claro que o... as... a... a... a questão técnica foi nossa, a decisão foi nossa. Em nenhum momento, e volto a dizer, se tivesse alguma, se nós tivéssemos tido alguma, alguma ação não republicana com o consórcio, é... hã, com certeza nós não, nós, com certeza não iríamos romper. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo...



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Eu durmo o meu sono sossegado, e volto a dizer: eu tenho a consciência tranquila. Se a ponte vai ficar pronta, pronta agora, que dizem que no final do ano ou no início do ano que vem vai ficar pronta, é graças a esta decisão do rompimento do contrato tom... tomada em 2014, que vamos ser justos, não foi só por mim, mas teve o meu dedo, né, teve a minha posição nisso e teve o apoio de todo o *staff* maior do governo do Estado para o rompimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, me perdoe insistir no assunto, mas nós verificamos aqui que a supervisora insistia, e nós temos vários relatórios aqui repetidos, em que a supervisora insistia no tema de que a CSA tinha deixado o contrato. Esses relatórios não eram verificados pelo senhor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Pode ser, Deputado. É o seguinte, pode até ser que esteja isso aí e tenha passado despercebido pra mim o voto, só vou dizer que não me lembro. Agora, é... tecnicamente falando, tecnicamente falando, foi um conjunto de fatores que houve, que nós levamos para o rompimento de contrato. Pode até ser que esse, esse fato tenha vindo à tona, os nossos, os nossos técnicos e engenheiros tenham falado, eu só não... não... não, não, não me lembro, eu não me lembrava disso, mas, se foi, eu... é... deve ser, não, não tenho nenhuma dificuldade disso. A única coisa que eu digo é o seguinte: se a empresa realmente saiu, o corpo técnico que estava hoje... como tá hoje na ponte, né? Quem está na ponte hoje? São... o corpo técnico é... Eu não digo cem por cento, mas é basicamente a grande maioria que estava na ponte e continua hoje, né, com uma outra empresa, obviamente, mas... a parte da engenharia, a parte de projeto, a parte de soluções de engenharia, a parte... é... são os mesmos, tá? Então pode ser que tenha, mas eu te confesso que eu não me lembrava disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu estou satisfeito.

Mas nós deixamos um ofício também com o senhor que, depois deste depoimento, que solicita a convocação do ex-Governador Raimundo Colombo



como testemunha aqui nesta CPI, ainda mais depois de todas as menções que foram feitas a ele. Eu gostaria de pedir também que a gente votasse a convocação, o convite ao senhor Raimundo Colombo para que pudesse vir a esta CPI também.

Por mim, eu estou satisfeito quanto às minhas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, eu vou perguntar à Deputada Marlene: tem alguma pergunta a fazer?

(A Deputada Marlene Fengler manifesta-se fora do microfone: "Não.")

Deputado Sargento Lima? Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhor Presidente, senhores Deputados e todos aqueles que nos acompanham, na concepção do senhor, qual foi o principal fator ou motivo que levou à rescisão do contrato do Estado, Deinfra, com o Consórcio Florianópolis Monumento, com tão pouco da obra de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz executado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — O problema mais grave foi a questão do seguro... hm, do seguro de engenharia da obra. ã... tinha um seguro... ã... de engenharia, não é seguro de proposta e tal, isso é outra coisa, seguro de engenharia. A... nós... a empresa renovou, apresentou pra nós a renovação e um belo dia eu recebi um telefonema de um dos diretores da companhia seguradora dizendo que... é... é... quando a... a... quando a empresa renovou, renovou parcelado lá, em x pagamentos, e que tinha pagamento vencido, e que se a empresa não pagasse dentro de um determinado prazo, o seguro... eles iriam cancelar o seguro. Aquilo foi assim, a coisa... uma coisa muito impactante quando eu recebi esse telefonema. De imediato eu pedi que a, que a, que a seguradora oficiasse, oficiasse isso por ofício. *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*



Então, esse foi um dos motivos do rompimento, o maior dos motivos. Mas eu tenho mais. Eu vou... Não está aqui, no laudo, até porque juridicamente não se sustentava, até porque eram umas coisas, mas vou dar um outro depoimento: tem barra de olhal. Barra de olhal é aquelas estruturas metálicas que fazem aquele sistema de arco, a fornecedora, uma das únicas fornecedoras que tinha no Brasil era a Usiminas, tanto é que a Usiminas forneceu esse produto depois.

Na época o consórcio foi comprar esse produto na Usiminas, ã... e a negociação durou um bom tempo, um belo dia eu recebi um telefonema da empresa, de um dos diretores da Usiminas, me dizendo assim: Paulo, presidente, o cadastro da empresa, fizemos uma reunião de diretoria agora, o cadastro da empresa não tem como nós fornecemos barra de olhal para a... a...o Consórcio Florianópolis Monumento. O cadastro não passa. Então, estou lhe dizendo oficialmente que não tem como, a não ser que eles comprem à vista, não tem como, da forma como eles querem. Nós vamos... Então eu estou, eu estou lhe avisando, como presidente, porque nós sabemos da importância que é a Ponte Hercílio Luz para o Estado.

Obviamente que como isso não tem documento, mas isso, aliado ao seguro, que... que não houve o pagamento, foi os... os motivos... ã... claro, e aliado isso o atraso de obra, foram os motivos maiores para a rescisão de contrato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Assim, seu Paulo, de forma bem sucinta mesmo, no entendimento do senhor a empresa mineira que o senhor citou... a...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - A Usiminas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - A Usiminas. Ele não deu maiores explicações. Diga, de forma bem simples, o porquê da não aprovação desse contrato.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Era a questão cadastral, mesmo. A questão de, de, de... eles analisaram o balanço da empresa, é... cartórios e



tal e tinha problemas... tinha problemas, a empresa tinha problemas financeiros com o mercado, vamos chamar assim. Não foi questão técnica, foi pura, exclusivamente financeira. Ele disse que, financeiramente, não tinha como eles venderem a prazo para o consórcio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Senhor Paulo, existiam pedidos de suspensão... Se existiram pedidos de suspensão ou paralisação da obra solicitados pelo Deinfra. Se existiram esses pedidos feitos pelo Deinfra.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Durante os quatro anos?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Sim.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Eu desconheço, Deputado, lamento. Eu posso até responder isso depois, por escrito, mas de cabeça não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Está o.k.

Quem determinava quando as notas fiscais poderiam ser emitidas? Quem era a pessoa responsável que determinava quando... sobre as emissões das notas fiscais?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Bom...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Acerca delas?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - O.k. Funciona assim e funciona assim até hoje. O engenheiro fiscal, chefe da obra, ele... ele... junto com a equipe de supervisão, junto com a sua equipe, eles fazem a medição, isso é uma coisa bem genérica, de todas as obras até hoje é assim, a não ser que tenha mudado agora, mas deve ser assim ainda. Eles analisam, discutem, fazem toda a medição. Depois a equipe de supervisão faz toda a revisão, medem lá item por item, vai para a equipe de engenharia nossa, que analisa, eles encaminham para a... a empresa, a empresa, às vezes, pode ser que não concorde, ou que concorde, ou que falte um item, ou que não falte um item. Se a empresa concordar 100%, o que pode acontecer? Ah, pô, esqueceram isso,



ou algo, enfim, retorna, vai pra Diretoria de Obras, que toda a equipe da Diretoria de Obras faz uma análise minuciosa de novo em cima daquilo, ã... autoriza a ir para a Diretoria Financeira para pagamento.

Em poucas palavras, é mais ou menos, o fluxo é mais ou menos esse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sim. O cargo da pessoa que determinava a emissão dessa nota?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Ah, é o engenheiro fiscal da obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – O engenheiro fiscal.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – É. Nomeado por portaria pelo presidente do Deinfra. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor lembra do nome de algum deles?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Do meu tempo era o engenheiro Wenceslau, que vai... que estava aqui e foi pra outra sala agora. Ele que foi... o engenheiro Wenceslau...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Que vai ser o próximo...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — ...foi o engenheiro fiscal da obra no meu... no,no,no, no tempo que eu estava lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Então o engenheiro Wenceslau era quem determinava quando as notas fiscais poderiam ser emitidas?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Tá.

Existia o pedido do Deinfra para segurar, ou seja, reter ali temporariamente as medições, ou seja, para não medir e não emitir a nota fiscal para pagamento? *(Pausa.)* O senhor quer que repita?



O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Não, eu só tô... é... assim... eu não me lembro se em dois mil, no início de 2011, 2012 por fluxo aconteceu isso, mas eu não lembro, Deputado, sinceramente desc... não... não posso dizer nem que sim, nem que não, porque sinceramente não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Te agradeço.

Senhor Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, a Deputada Marlene deseja fazer uma pergunta.

Com a palavra vossa excelência.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — Como o senhor falou sobre a questão do seguro, para que fique registrado aqui: em algum momento durante a execução, as obras da Ponte Hercílio Luz ficaram sem as devidas coberturas dos seguros?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — É, o seguro... a, a princípio não, Deputada, porque é... tão logo venceu, isso é uma condição que o... que a gente... que o Deinfra como um todo, né... venceu. O que aconteceu foi que renovaram e aí renovaram e parcelaram em... em... várias, algumas vezes lá, e aí dentro desses pagamentos atrasou, e aí uma questão contratual. É... a princípio não ficou a ponte sem, sem seguro. A não ser depois que foi rompido, que foi... é... a questão do contrato, entendeu? Quando a empresa rompeu a questão do seguro, aí, sim, tá? Aí nós, nós já estávamos encaminhando, inclusive, o rompimento do contrato.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — E aí o seguro garantia do Consórcio Florianópolis Movimento (*sic*) foi executado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Bom, vamo lá. É... o último ato meu do rompimento foi ã... encaminhar o rompimento, notificar as empresas, notificar as empresas do rompimento, e depois tinha alguns atos subsequentes que tinham que ser tomados, que era... Eu determinei que abrisse uma, uma... o nome não é sindicância, que abrisse... se, se, se eu ler aqui até pra, pra não



citar nenhum nome equivocado aqui, enfim, que fossem tomadas as medidas dentro da lei, orientada pela Procuradoria Jurídica. E aí essas medidas seriam a partir de 2014, e aí eu deixei de ser presidente do Deinfra em dezembro de 2014.

Eu acredito que tenha sido... que tenham sido tomadas, mas eu desconheço, Deputada. O que tinha dentro do meu período eu tomei todas, não ficou nenhuma pra trás.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — O.k.
Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fim da participação da Deputada Marlene e não havendo mais quem queira perguntar, dou por encerrado o processo de depoimento do senhor Paulo Roberto Meller.

Vossa excelência está dispensado e solicito à assessoria que o encaminhe à área externa deste Plenarinho.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER — Esse aqui eu posso?...

(Entrega envelope com documentos ao Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência deixa também uma série de documentos, em especial cópia de todo o processo que trata da rescisão com o Consórcio Florianópolis Monumento, que é o PJ 264/2008PHL.

Então, muito obrigado ao senhor Paulo Roberto Meller.

(O senhor Paulo Roberto Meller se retira do ambiente.)

Solicito à assessoria que dê o recebimento, faça a devida anexação e numeração no processo e, depois, abra vista para os senhores Deputados que têm interesse.

Solicito que a assessoria traga para este ambiente a outra testemunha, o senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy para que possa prestar o seu depoimento.



Registro a presença do Deputado Coronel Mocellin. Seja bem-vindo.

E também, Deputado Bruno, quanto ao requerimento de vossa excelência para que seja submetido à convocação ou não do ex-Governador Raimundo Colombo, quero dizer a vossa excelência que este Presidente pode, de forma monocrática, autorizar ou não a sua convocação, mas como questões importantes tenho levado ao colegiado, não colocarei em discussão nem em votação porque não temos o quórum suficiente para colocar em votação. Fica para a próxima reunião. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito à assessoria que dê entrada neste ambiente do senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy. *(Pausa.)*

Senhores Deputados... Senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy é o senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sempre responde aqui no microfone, por gentileza.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor recebeu o ofício de convocação para vir participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor sabe o motivo porque está aqui, porque foi convocado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, por gentileza, diga o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo. Por gentileza.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não. Meu nome é Wenceslau Jerônimo Diotallevy, sou engenheiro civil, servidor público do Deinfra desde 1982, resido na Avenida Governador Irineu Bornhausen 3.770, apartamento 603 B, em Florianópolis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor tem o direito de ficar calado, se desejar não responder qualquer pergunta, o senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...não precisa responder.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor Presidente, eu posso...

Só posso fazer uma gentileza para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu... ontem à tarde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas deixa eu primeiro terminar essa parte inicial, que eu já dou a palavra a vossa excelência.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor (*dirige-se ao advogado do depoente*) diga, por gentileza, o seu nome completo, a OAB e... O senhor tem procuração?

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — Sim, tenho. É Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga, OAB 16.290.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o endereço do seu escritório?



O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — Avenida Rio Branco, número 380, à... Edifício Barra Sul, salas 207 e 208.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Wenceslau, o senhor reconhece ele como seu procurador?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quero aqui dizer ao senhor procurador que não é permitido interferência no depoimento do senhor Wenceslau. O senhor pode se dirigir a este Presidente em eventual questão de ordem, e a questão de ordem eu vou deferir ou indeferir, conforme o que determina a legislação e o curso desta Comissão processante.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está de acordo?

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — De acordo, aham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.. Então o senhor também pode desligar o microfone... O.k.

Senhor Wenceslau, por gentileza.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não.

Prezado Presidente, ã... este foi o mês de... eu estou afastado desde o mês de fevereiro deste ano e ontem à tarde eu estive falando com o meu médico e... mas é... ele muito preocupado, mas é... eu... acho que o meu dever cívico, agora eu me furtaria... ele... ele... ele... isso... ã... eu disse assim... em consideração (*emociona-se*) só um pouquinho... à minha esposa e meus filhos, se eu sentir alguma coisa, eu peço então que o médico me acuda, mas eu tô muito tranquilo, tá certo? Só quero dizer isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor é que vai tomar a decisão. Se o senhor estiver em condições de saúde para dar o depoimento, nós prosseguimos.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Hum, hum, certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se o senhor disser que não tem condições, eu interrompo imediatamente aqui agora.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Tá o.k.

Então eu... Deputado, assim, agora eu estou tranquilo, tá certo? Mas se eu sentir, conforme o médico, palpitação ou qualquer coisa assim, ou alguma dor, então eu pediria, Deputado Bruno, então a gentileza de vossa excelência que... tá certo? Eu... eu... eu... assumi esse compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se vossa senhoria desejar interromper, eu de imediato suspendo.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — O.k., agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Essa é uma prerrogativa do Presidente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Porque eu acho importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O advogado poderá, neste caso, urgentemente se manifestar. Mas faço questão de receber e ler... e ler os dois atestados. Um datado do dia 01/10/2019 e assinado pelo cardiologista doutor Mario Mussi, que diz o seguinte: *(Passa a ler.)*

"O Sr. Wenceslau Jerônimo Diotalleve é meu paciente e submeteu-se recentemente a angioplastia de lesão complexa no tronco da coronária esquerda.



Paciente corria grande risco de sofrer um infarto com parada cardíaca e atualmente está sob o uso de medicação antiagregante plaquetário.

É também portador de uma doença imunológica (Purpura (...)) controlada com medicação de auto custo.

Pode sofrer uma piora dessa doença se submetido a estresse.

Recomendamos que o mesmo seja dispensado de entrevistas que possam desencadear estresse emocional." (*Cópia fiel.*)

Segundo atestado: (*Continua lendo.*)

"Caso durante o interrogatório o Sr. Wenceslau Diotallevy apresente sintomas de dor precordial, falta de ar ou palpitações o mesmo deve ser interrompido, pois o paciente é portador de doença coronária grave e stent colocado no tronco da coronária (...)." (*Cópia fiel.*) [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

Senhor Deputado Bruno, vou tomar uma decisão, senhor Deputado. Com o atestado, nós precisamos ter uma reunião da CPI para tocar este depoimento. O atestado aqui dá toda uma condição que nós, como leigos em doença, não temos condição. Eu não quero correr esse risco neste plenarinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Peço, rogo a vossa excelência para que possamos, hoje à tarde, antes da reunião das 17h...

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — Senhor Presidente, questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só um minutinho que já conversei com vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas o advogado pode falar.



O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — O Wenceslau está se sentindo bem para depor e gostaria de depor mesmo. Ele só tem a ressalva de que, se por acaso, ele... ele tiver algum tipo de sintoma, de palpitação ou alguma coisa, que se interrompa o depoimento. É só isso. Ele tem a intenção de depor e a gente veio pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então eu quero deixar claro: conta e risco de vossas senhorias.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, o.k.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Qualquer isenção desta Comissão e dos senhores membros.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas com a liberdade de vossas senhorias interromper assim que entenderem necessário e eu faço a interrupção. Mas a responsabilidade daqui por diante é de vossas senhorias.

Eu fiz questão de dizer que o atestado, no meu entendimento, transmite um quadro grave. Então não quero assumir a responsabilidade. Se vossa senhoria, que é procurador, e o senhor Wenceslau, de viva voz, diz que tem condições, vou tocar a reunião, mas com responsabilidade única e exclusiva de vossas senhorias, o.k.?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor concorda, seu Wenceslau?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

Deputado Bruno com a palavra.



Solicito à assessoria que dê o recebimento dos atestados e faça a anexação no processo com a numeração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O primeiro relatório de fiscalização do Consórcio Supervisor Prosul-Concremat que o senhor assina é de junho de 2012. Nesse mês o valor medido foi de aproximadamente R\$ 680 mil, ou seja, muito abaixo da média prevista para o contrato que era de algo em torno de R\$ 3 milhões ao mês.

Como era, de forma objetiva, eu lhe peço, como era notório o atraso no cronograma... Aliás, o atraso era notório, conforme observado pela imagem - está no computador, se o seu advogado puder virar para o senhor, tem o cronograma.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, por gentileza, põe essa pasta embaixo para ele ter visibilidade... põe para baixo.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Se precisar depois...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Até porque o senhor vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se precisar, não há problema nenhum, eu interrompo.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA — O.k., então tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não precisa tocar no computador, as telas vão ser movimentadas automaticamente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Portanto, era notório o atraso no cronograma, como a gente observa na imagem. Ao final do relatório também foi consignada a seguinte informação pela supervisora: “Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos.”

O senhor poderia nos detalhar qual é a situação que o senhor encontrou quando assumiu a fiscalização das obras da Ponte Hercílio Luz? A situação encontrada preocupou o senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim. ã...eu entrei nos serviços da recuperação da Ponte Hercílio Luz porque eu li na manchete, de dez estacas executadas uma tinha caído. Como eu trabalhei na... nos serviços e como fiscal das obras da Ponte Pedro Ivo Campos, nas fundações e na geologia, eu procurei o diretor da área, o doutor Romeu, e disse: Ó, Romeu, o que que eu posso te ajudar? Porque achei que eu tinha essa obrigação, por ter tido conhecimento e conhecia geologia, né?

Então... a partir desse instante eu falei com o doutor Romeu e nós tomamos de imediato... O que que a gente fez? Recomendei ao doutor Romeu e ele... ficamos a tarde inteira lendo todos as sondagens, os processos que estavam sendo executados, a... Aí mais no final da tarde o doutor Romeu fez um juízo, me convidou pra que eu fosse até o décimo andar, onde estava o doutor Paulo Meller, que ainda há pouco me antecedeu, e nós explicamos pra ele: olha, a situação é que foram executadas dez estacas, uma caiu – estava realmente... se tinha dado pane, não sabia o que tinha acontecido. Então a primeira coisa, providência, eu comentei: oh, você tem que contratar uma empresa pra fazer a... o ultrassom das estacas para ver se as outras nove estacas estão... estão íntegras.

Isso aí até eu sugeri pra eles: oh, o senhor... é... acho que o Deinfra tem que encontrar uma emp... contratar diretamente, não pode ser via a consultora e nem via a executora. O Deinfra tem que contratar independentemente uma empresa, que eu conhecia porque eu tinha lá na... acompanhado os viadutos ali da BR-101, e... e lá foi usado na estaca hélice o ensaio *in situ*, feito por uma



empresa de Curitiba, a In Situ. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro /
Revisão: Clovis Pires da Silva]

Aí foi u, u, u presidente do Deinfra autorizou, o doutor Romeu, nós chamamos a empresa, com a ajuda da própria executora, é... da empresa, a gente fez as capelas, fez tudo, preparou as plataformas e a empresa veio e fez ensaios e nós chegamos a... Aí ficou... A partir desse instante eu fui convidado pra chegar na ponte.

Bom, aí essa foi a minha entrada na Ponte Hercílio Luz.

Então o senhor pergunta o que que eu encontrei? Eu encontrei o seguinte: que a empresa é... tava a empresa Fundesp, uma das melhores empresas do Brasil executando as fundações, e o trabalho é um trabalho lento, porque não comporta é... dois equipamentos de perfuração, ela fazia uma estaca de cada vez, é... é uma das fundações mais difícil que eu vi até hoje na minha vida, porque são 30 metros de lâmina de água, né, são... depois ainda tem a parte de argila, às vezes tem outra região com a rocha inclinada e devido à correnteza, dá enchente e dá vazante ali no canal, é... não tem passada da água diretamente pra rocha. Pra instalar e colocar foi realmente uma maestria executada, e isso não é um serviço rápido, é um serviço lento, e isso foi sendo desenvolvido.

Isso, essa, é porque na... são duas coisas: uma, tinha alguns instantes... Deputado, eu sei onde é que o senhor quer chegar. É, é, é, um instante era que o serviço, realmente, de fundações naquela situação era lento, não dava pra inventar, não dava pra fazer a coisa, então realmente era um serviço e vinha sendo desenvolvido, é só olhar os relatórios. Claro que no âmbito geral havia um atraso, né, atrasos que, é... o senhor já comentou aqui, e... já assisti o senhor comentando que realmente houve uma dificuldade é... da empresa ter um fluxo de caixa, tá certo? A empresa não parou, nunca parou a obra nesse período, mas realmente ela não recebia, não tinha condições de ter um fluxo de caixa que, que... por isso eu realmente nunca pude multar a empresa, né? Porque eu tenho que reconhecer isso, Deputado, é, é, é inadmissível, Deputados, achar que não houve atraso. É só olhar as medições e ver que não



houve pagamento. Isso eu não tô inventando, isso é um documento, né? Então isso que eu peço, é... eu tô sendo since...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, ao assumir a fiscalização da obra, na qualidade de representante do Estado, pensou em tomar ou tomou alguma atitude efetiva com relação aos problemas da obra, em especial com relação ao ritmo lento da executora?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Bom, é que... Eu repito pro senhor: nas... tinham... é... é... tinham sido feitas dez estacas, uma tinha caído. A primeira coisa que tinha que ser feito era completar as outras sete estacas. E isso não é um serviço rápido, isso é um serviço... tô trabalhando lá no meio do canal, com 30 metros de lâmina de água, direto na rocha, é, é, ã, ã, é... é um risco de serviço que não tem como inventar, tem que fazer com muito cuidado, a concretagem é demorado. Isso era o ritmo que era, foi imposta, nesse serviço que foi feito, que chegou a essa conclusão da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o cronograma foi mal feito?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu não diria... eu não sei, ô, Deputado, eu não diria que mal feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor diz que é natural esse atraso? O cronograma foi mal elaborado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, o que eu tô dizendo... Não tô dizendo que é natural o atraso. O que eu disse pro senhor que o serviço estava sendo executado não dava pra ser rápido nem inventar nada, porque é um serviço perigoso, tanto que houve o sucesso na Ponte Hercílio Luz porque esse serviço foi bem feito.

Essas fundações que foram executadas lá com muito cuidado e com muita atenção, sustentaram 5 mil toneladas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Se não fosse bem feito, com calma e com... naquele ritmo que foi feito, não teria sido executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O cronograma, então, foi bem elaborado na opinião do senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor, ali, o que eu tô lhe dizendo e respondo pro senhor, que ali não tinha como adiantar. Aquilo ali foi feito... que não tinha... Olha, eu tenho experiência, fui professor de Fundações, dei aula de Mecânica dos Solos, participei das fundações da... da... da Ponte Pedro Ivo como fiscal, como... da execução, e é aquilo ali, que eu afirmo dentro da minha RT, minha Responsabilidade Técnica, que é assim. Eu tenho RT junto ao Crea e eu assumo essa responsabilidade que eu tô lhe dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em junho de 2012 foi assinado o oitavo termo aditivo ao contrato original prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Certo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —... até 31/12/2014. Ao final de junho de 2012, ao invés das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato estava, aproximadamente, apenas com 23% executado, mesmo após longos três anos e meio de contrato.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época? O senhor acreditava que realmente os 77% restantes da obra seriam executados nos dois anos e meio seguintes, quando 23% da obra foi executado em três anos e meio?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, o senhor me permite lhe mostrar uma coisa? Eu preciso pegar aqui na minha... eu vou dizendo, é, é...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor está liberado para pegar o documento, se desejar. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

(O depoente folheia vários documentos. Pausa.)

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu vou, eu acho que eu vou, eu vou, eu vou comentar. Mas Deputado, é o seguinte...

Deputado, a história, e o pessoal pega muito rápido, pega no meio, não conhece a história de Florianópolis que se vive aqui. Em 1968, Deputado, caiu a ponte, a, a, ponte Bridge, caiu, e o governo do Estado recebeu um aviso dizendo o seguinte: olha, a ponte igual a de vocês caiu. Então, houve uma corrida, né, de 70 a 75 pra fazer a Ponte Governador é... Ivo. Depois, logo em seguida, né, é, é, u, u tráfego começou, veio o problema da ponte, que foi feita a Ponte Pedro Ivo Campos e, assim, sucessivamente.

A... Deputado, então respondendo pro senhor, em mi... i, i, u, u o que que, por que eu quero responder? Que em 1981, em dezembro de 1981, Deputado, descobriu-se que a Ponte Hercílio Luz tinha uma das barras de olhais estavam partida dentro. A ponte caía, podia cair a qualquer instante, Deputado. E só tirou essa, essa possibilidade da ponte cair e matar um monte de gente, passando por baixo, um monte de gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, eu peço para que responda à pergunta. A pergunta era outra...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu tô respondendo, Deputado, tô respondendo pelo segui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, tô respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, Deputado Bruno, o depoente está respondendo.



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Por que... o que, o que... Vamos dizer assim, numa obra... a partir de 1982 tínhamos todos que participaram da obra tinham sob si essa... o risco da queda da ponte, que só tirou esse risco agora em julho de 2019. A ponte poderia cair. Se desse vento de 150, 140 quilômetros por hora, e deu um furacão no sul e deu um furacão no oeste, a ponte cairia, e ia cair em cima dos carros que estão passando na Beira-Mar Continental, ia passa... ia cair em cima do continen... ã... no canal e em cima da Beira-Mar Norte. Talvez hoje aqui estivesse cheio de familiares de pessoas mortas.

Então, o que que nós procurávamos, Deputado? É deixar a ponte, que nós chamamos de ponte segura, porque isso, quando era ainda recém-formado, o engenheiro Gabriel Eustáquio me mostrou um relatório da Ponte Hercílio Luz, feito lá em 1981, com as fotos originais e usou uma expressão, dizendo o seguinte: a ponte não cai porque Deus tá com a mão assim. (*O depoente demonstra com as mãos.*) Por isso, quando a ponte segura, que aparece aqueles... as colunas lá. Se Deus fizer com a mão assim (*depoente demonstra com as mãos*), a Ponte Hercílio Luz cai.

Então, senhor, o que nós estávamos lá... a, a nossa preocupação, Deputado, era deixarmos naquele contrato ainda, porque se a gente rompesse o contrato, quanto tempo que nós ficaríamos em questões judiciais se não tivesse uma razão muito forte pra romper o contrato. E, e, e, nós só chegamos a essa conclusão lá em, em, em 2003, lá no início de 2004, onde que nós tivemos motivos pra romper o contrato. Por isso que foi feito, porque nós precisávamos que as obras continuassem pra ponte não cair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Wenceslau, eu vou lhe interromper um pouquinho e pedir que vossa senhoria também seja mais sucinto na sua...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — O.k. Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...nas suas respostas, e o Deputado Bruno, igualmente, também seja sucinto nas suas perguntas.

Por gentileza, Deputado Bruno, pode continuar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, acreditava que seriam completos esses 77%, das obras, nos próximos dois anos e meio?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, senhor. A meta, senhor, era deixar a ponte segura. Essa era a meta, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em todos os relatórios do consórcio supervisor, que o senhor também assinou, de junho de 2012 até junho de 2014, a equipe técnica do Consórcio Florianópolis Monumento era composta apenas pelo senhor Gleison Lemos, engenheiro coordenador, e pelo senhor Paulo Ney Almeida, que é arquiteto. O consórcio executor não tinha mais nenhum engenheiro na obra, apenas o engenheiro Gleison?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor, é... o meu contato, né, é... o meu contato oficial com o consórcio é o representante do líder, que foi aprovado no Conselho do Deinfra, que era o preposto, que era o engenheiro Gleison. Então esse eu tinha um contato direto ali na obra com ele e acredito que ele tinha um ou dois auxiliares. Agora, no mais, na inteligência da empresa, eu não tinha acesso e não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem estava mais em campo, além do engenheiro Gleison?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Olha, eu me lembro do Gleison e tinha parece acho que o engenheiro Fernando, um técnico, que eu via pouco, mas mais diretamente o, o... porque o, o meu contato, vamos dizer de nível hierárquico, é o engenheiro Gleison, aprovado pelo Conselho do Deinfra e estava lá.



Então, nos dia a dias, nas vistorias da obra, no acompanhamento, à gente chegava lá de manhã saía à noite, sempre com a presença do engenheiro Gleison.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não deveria verificar a equipe de campo contratada?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Se... u... senhor isso é... pra aquele serviço que estavam executando na época, era o suficiente. Porque a empresa, a, a, a, empresa Fundesp tinha um engenheiro que tava fazendo as fundações, tinha uma equipe técnica. A parte... todas as, as outras empresas tinham a, a, a, engenharia também, não era só o Gleison, não. As outras... as empresas que eles estavam lá, que eles subcontrataram, eles tavam é... tinha a equipe técnica altamente qualificado. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas a presença do engenheiro Gleison cumpria com as exigências do contrato? Do edital e do contrato?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — É como eu to... tô repetindo, Deputado, não era só o engenheiro Gleison. Eram engenheiros, por exemplo, do, da, da, da Fundesp, eram engenheiros das outras empresas que prestavam serviço pra eles, que eram também engenheiros, então era uma equipe que se completava. E foi permitido pelo Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando o senhor recebia o relatório da supervisão contratada, o senhor conferia os nomes dos relatórios, se batiam com os engenheiros que estavam em campo?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nesse mesmo período de dois anos, de junho de 2012 a junho de 2014, o consórcio supervisor elencou um número que variou de 5 a 7 profissionais da Prosul-Concremat que atuaram na supervisão das obras da Ponte Hercílio Luz.



Escolhemos o mês de junho de 2012 para ilustrar os profissionais citados pelo relatório. Está na tela a sua frente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio supervisor atuava com todos esses profissionais realmente? Eles estavam diariamente na obra?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — U... ó, o engenheiro Celso Carvalho como é, é, é... não, não diariamente, mas era um dos, dos engenheiros com maior é... capacidade, é... com vasta experiência, era um, uma pessoa com quem eu, eu sempre chamava, ou ele vinha lá, qualquer semana.

No dia a dia ficava lá o Sebastião presente, o Eduardo Perotti, que é da Concremat, né, u, u Anderson participou, o Gerson, o André Luiz, que ficou até pouco tempo lá, e o, o, o José Martins, sim. Eu não me lembro se era o José Martins assim, mas o... tinha sempre o topógrafo que era obrigado ter toda a equipe de topografia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os outros faziam apenas visitas esporádicas?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não. Não, não. O que eu tô dizendo é o seguinte: que o Celso era... ele é diretor da empresa, mas ele já tinha empresa, teve empresa de engenharia, ele tinha um largo cabedal, que eu gostava muito de convidar o Celso para nós dis... é... no sentido... tirar dúvidas, era uma espécie de um... eu gostava muito de trocar ideias com ele, porque ele tinha um conhecimento muito bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais que categoricamente estavam diariamente na obra?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Menos o Celso, todos os outros.



Veja, eu não sei se o José Martins... porque o topógrafo de vez em quando mudava, né? Então, assim, mas o... eu digo pro senhor e afirmo que o topógrafo era obrigado a estar na obra diariamente porque era o (*ininteligível*). O André, que era o chefe do escritório, ficou trabalhando, então continuou trabalhando lá. O, o, o, o Gerson... aí, o, o meio ambiente, sempre tinha alguém do meio ambiente, era obrigado a ter por causa dos relatórios do meio ambiente, eu não sei se exatamente era ele, mas é o... a função do técnico, sim. Um engenheiro auxiliar, tinha lá também o engenheiro de obras de arte, o Perotti, sim, o Perotti, tem vários (*ininteligível*). E o, o, o Sebastião que era u... né? Era, era... seria hierarquicamente, que era o meu contato com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, com relação aos profissionais que atuavam na obra pelo consórcio executor, já não havia mais ninguém da CSA trabalhando no canteiro, correto?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor, como eu falei, o meu contrato oficial, o meu contato oficial é com o engenheiro Gleison. Eu, é... podia ter lá algum técnico que eu não soubesse, tá? Agora, o que eu posso... é... é... é isso que eu tô lhe dizendo, senhor, não tenho... é... é... eu não sei, eu não ia lá perguntar qual é a tua... sabe, tu é disso, do outro não... Eu não tinha... nós... é... o meu contato oficial era com o engenheiro Gleison, toda a minha comunicação, isso é previsto no contrato, que a minha (*ininteligível*) oficial é com ele. Agora, lá dentro do escritório dele, se ele tinha gente ali, lá, lá, lá... eu... deve ter porque... eu afirmo pro senhor que tinha. Agora, eu não posso dizer o nome, é o fulano de tal, o fulano de tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor afirma que existiam pessoas da CSA trabalhando ainda no canteiro?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, não tô afirmando isso não, no canteiro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.



Quais eram os critérios de medição para os projetos? Se fossem entregues, o senhor como fiscal simplesmente considerava medidos e os valores eram pagos ou havia uma análise dos projetos entregues?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Tá, primeiro vamo definir o que que é projeto, Deputados, tá?

O projeto... Uma coisa é projeto, é desenho de engenharia, outra é o que... o serviço executado. Qual que o senhor está se referindo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aos fornecidos pelo executor.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Então são os serviços executados, o.k.?

Os serviços executados... Por exemplo, nessa, nessa primeira fase, as estacas. Como é que a gente... A gente acompanhava, tinha a topografia, nós (*ininteligível*) a cota de início, medíamos a, o comprimento do primeiro mensal com a camisa metálica, medíamos a, o diâmetro, o comprimento da camisa, depois era feita a lim... toda a lim... o sistema de lim... de lim... de limpar por dentro da camisa, depois era colocado a armadur... é... depois era colocado a broca pra fazer a perfuração, nós medíamos a topografia, media o início da perfuração, o final da perfuração. Tudo isso tem os relatórios que acompanham isso, relatórios de campo pela equipe de técnica de campo, acompanhada por um topógrafo, auxiliares técnicos, é uma equipe grande que acompanha, apontadores, nós chamamos, que faziam parte do processo. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os projetos complementares entregues pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, a... é... i... isso aí foi a, a nossa sorte que nós conseguimos fazer, porque se não tivesse contratado esses proje... pagos esses projetos da, que até eu trouxe aqui a cópia da, da, de tudo que foi feito, Deputado, hoje a ponte não tinha, não tava sendo entregue.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como era feita a medida desses projetos?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu, é... conforme a, a, a, da, a planilha, né, contratual licitada é por metro quadrado, tem lá o índice lá, que a gente fazia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor analisou algum projeto que o Consórcio Florianópolis Monumento contratou com a RMG Engenharia?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim. Sim, tivemos bastante dificuldade inclusive. Inclusive, é, é porque foi um, um valor grande, o projeto é... porque a gente teve dificuldades, né? Agora, o que que a gente fez? Até procurei a universidade, né, pra me ajudar, u... e eu tive o professor Noronha, que me deu uma mão. Até eles formularam até uma proposta pra... é... pra gente auxiliar e eu tive que estudar muito. E dependeu muito de mim e muito, inclusive, do engenheiro Celso, que me auxiliou. E, e graças a Deus deu certo, senhor, porque a transferência de carga terminou lá no mês de, de julho desse ano, né, senão não tíamos entregando a ponte agora, o atual Governo não entregaria a ponte agora em dezembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os projetos foram feitos somente pela RMG?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, era RMG. A ART da obra é da RMG.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio projetista (Sondotécnica-Ingeróp) também recomendou a revisão do projeto original, bem como das condições atuais da ponte, dado o lapso temporal entre a concepção do projeto e a tentativa de licitação da obra. Sabe por que o Deinfra não tomou tais atitudes?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, eu, eu não entendi bem o que o senhor tá perguntando, mas, assim, fosse um pouco mais explícito.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Sondotécnica recomendou a revisão do projeto original, já que o projeto original... entre o projeto original e a licitação...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do edital para reformar, há um lapso de tempo muito grande, e ele fez essa recomendação. Por que o Deinfra não tomou a atitude de revisar o projeto original?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor, eu entrei lá na ponte em maio de 2012, isso aí, eu não fiz parte desse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em dezembro de 2012 é apontado no relatório do Consórcio Prosul-Concremat a seguinte informação, que está na tela do seu computador: "O serviço em execução no período pela Consórcio Florianópolis Monumento são: Serviços praticamente paralisados; Serviços de manutenção do Canteiro de Obras;"

Senhor Wenceslau, por que o Consórcio Florianópolis Monumento simplesmente paralisava os serviços?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Ele... Professor, é, é importante, eu só posso estender um pouco, Presidente, porque é importante entender, é assim, a lógica. Eu, eu, eu entendo, Deputado, assim, a dificuldade porque eu tô lá sete anos, né, fiquei sofrendo lá no dia a dia sete anos, então, é claro que eu adquiri um conhecimento, que é difícil pra alguém que tá analisando agora entender.

Então, mas o que eu quero dizer é o seguinte: nós tivemos dois períodos da obra, Deputado. Um período pra sair daquele sufoco de fazer o serviço embaixo d'água. Me lembro que até o Governador reclamava: olha, eu estou (*ininteligível*) dinheiro e a obra não tá aparecendo, porque estava submerso, né? Até que chegamos, começou a aparecer as estruturas, então a opinião pública começou a mudar, porque começou vê a estrutura aparecer, começou a mudar a figura da Ponte Hercílio Luz, porque ninguém via nada.



Isso que eu tô dizendo é por quê, Deputado? Porque nós tínhamos dois pontos, que quando chegou o dinheiro no Deinfra, que foi o mês, se não me engano, de maio ou junho de 2013... Que eu entendo, Deputado, o seguinte, um contrato, Deputado, são feito por duas partes, né? Então é o seguinte, duas partes que eu digo o seguinte: os dois têm que cumprir as suas partes. Somente, Deputado, essa balança foi equilibrada em maio de 2013, que foi aportado pro Deinfra, na conta do Deinfra, R\$ 75 milhões vindo do BNDES. Aí, Deputado, a regra mudou, disse: olha, agora vocês vão ter que sair correndo. E se olhar ali naquele (*ininteligível*) no nível de medição o senhor vai ver que de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro de 2013, vão ver quanto que a obra deslanchou, quanto que a obra teve lá, Depu... isso é importante entender.

Agora, o que aconteceu depois disso? Infelizmente, Deputado, infelizmente nós soubemos que o processo que levou à rescisão contratual que a empresa não repassou esses valores pras... como é.... pras empresas que tavam trabalhando com ele. Se olhar, se olhar, todas as empresas entraram na Justiça por não receber. Nós repassamos, eles fizeram o serviço, as empresas subcontratadas realizaram os serviços. Se olhar lá vários... tem vários processos na Justiça as empresas cobrando o que ele não repassou. Aí, a, e, e, e, isso que foi a causa da rescisão contratual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, aproveitando essa mesma pergunta, por que havia tanta variação nas medições? Eu vou projetar um *slide*, gostaria que o senhor olhasse, está no computador na sua frente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Aqui, o.k., o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio responsável pela supervisão da obra reduziu a equipe e consequentemente o faturamento, haja vista que a obra estava praticamente paralisada em alguns períodos? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, não, Deputado, tem que ver se... por exemplo, nesses picos às vezes era, era



fornecimento de material, não era serviço. Então tem que ver medição por medição, Deputado. Provavelmente, por exemplo, quando ele começou a comprar as peças pra montar a estrutura inferior, então começou vir a carretas, carretas do material, então aquelas medições deram picos, porque ele tava, nós estávamos pagando o fornecimento do material.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em algum momento o Deinfra aplicou alguma penalidade ou sanção ao Consórcio Florianópolis Monumento em virtude dos atrasos na obra, descumprimento de cronograma ou outras infrações?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, pra uma empresa que vivia de, de or... de serviços, a rescisão contratual com todas as penalizações previsto é cruel, Deputado. Tem que ficar dois anos sem poder participar de nada, não é simples não, Deputado, tirar uma empresa com o cabedal que eles tinham em jurídico lá, é, é, eles ficaram... se o senhor olhar lá na, na, na, na punição prevista na 866 (sic), no caso deles, eles ficaram dois anos sem poder ter nenhuma obra do Estado, foram penalizados e está um processo correndo junto no Minis... à Procuradoria-Geral do Estado ressarcindo os danos lá que a gente descobriu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E antes da rescisão, alguma penalidade?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, como lhe falei, Deputado, nós não.. não penalizamos anteriormente a junho, tá certo, porque não tinha, o Deinfra não tinha regularizado no pagamento, a empresa tinha dificuldade, ela não parou a obra, isso que é muito importante, Deputado... A... a empresa nunca parou a obra, ela começou a se ajustar com os recursos que ela tinha, né? Então ela sempre foi tocando e foi se adequando ao cronograma financeiro oferecido pelo contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a culpa do atraso foi do Deinfra?



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor, o Deinfra é uma autarquia que depende de uma decisão de governo, uma decisão da Secretaria de Estado da Fazenda. Uma obra como essa o governa.... o... Deputado, se o Governador não botar a mão e dizer assim: eu quero a obra, a obra não sai.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a responsabilidade foi do Governador?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Senhor, eu digo que foi uma decisão de prioridade de governo que nós não pode... a autarquia não interfere nisso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na opinião do senhor o consórcio não teve nenhuma responsabilidade em relação ao atraso?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, e, e, ele podia ter recorrido a, a, a, a, a, ao, ao mundo financeiro, né, pra dar... mas isso demandaria que ele teria que ter, né... e, e, e sem fazer isso nós pagamos bastante, a medição de dezembro, Deputado, foi 4 milhões e 600, dezembro de 2014, 4 milhões e 300, reajustado é a mais, né? E, e, e a gente acreditava que aí ia ter um sufo... ia dar uma refres... pra, pra entrar 2014 deslançando e não aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor intercedeu alguma vez em favor do consórcio executor para que não fosse penalizado ou sancionado pelo Deinfra? O consórcio Prosul-Concremat, alguma vez fez isso?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, senhor, não. O, o que se... nós sempre informamos a, a, a, sei lá, ao gerente de Contratos, ao diretor, nós sempre se reportamos em todos e isso até foi respondido ao Tribunal de Contas, à DLC, que todos os nossos relatórios... dizendo que a obra tava em atraso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Contrato PJ 264/2008 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura,



relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. Esse dispositivo foi aplicado no período em que o senhor foi o fiscal do Deinfra na ponte?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Justamente... Deputado, com a responsabilidade da falta de recurso não era da empresa, era muito pelo contrário, se tivesse recursos ela ia estrebuchar pra fazer, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas entretanto, no período de 2011 a dezembro de 2014 foram pagos R\$ 33,887 milhões ao Consórcio Florianópolis Monumento, sendo que não se exigiu o desconto de mais de R\$ 3 milhões em multa, descumprindo o contrato. Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Do meu período, Deputado, de 12 de maio, né, de, de 2012, até a... nós aí... no final de 2013 quando entrou o processo pra rescisão contratual, eu não tinha condições de multar. Isso é uma questão...

(A cadeira do depoente cedeu.)

Ué, caiu o banco.

Isso é... eu asseguro e assumo a responsabilidade das obrigações de responsabilidade técnicas que me cabem. Eu, eu, eu, eu, eu sou contratado pelo Deinfra (*ininteligível*) pra administrar um contrato, e o meu contrato, primeiro, dentro das atribuições do Deinfra, né, eu, eu tenho que ter o discernimento. Primeiro, se a obra está sendo executada conforme os aspectos físicos da obra, essa é minha função primordial, né? Se as condições... se fisicamente a obra está sendo executada, conforme o... o contrato. Isso é a minha primeira missão e a maior da minha missão, né?

Agora, também eu tenho que ter o discernimento se a empresa tá com dificuldade, a gente sabia, acompanhava, de fornecimento de caixa, eu não podia ir lá multar a empresa, né, se eu sabia que ele não conseguia, não



conseguíamos manter, né, um fluxo de caixa regular pra empresa, Deputado.

[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fala muito nisso, que o Estado não tinha recurso, mas a obra já começou em atraso, ela nunca atendeu o cronograma, nenhuma medição nunca alcançou as metas, desde o começo. A obra deveria começar, por exemplo, em dezembro de 2008 e começou somente em fevereiro de 2009.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não é do meu período, tá certo? Mas, se o senhor quiser eu posso tentar dar uma explicação pra isso, se o senhor quiser. Mas ó, eu vou dizer assim, como curioso, como curioso, com... ajudar é uma das razões de eu estar aqui é pra ajudar na solução e entender o processo.

Se o senhor concordar que o... não é isso que o senhor falou não é do meu período, mas se o senhor concordar, eu posso é... é... tentar explicar por quê. É um pouquinho mais extenso, Deputa... Presidente, porque tem que (*ininteligível*) o processo da ponte, aí, aí é mais fácil entender se for o processo... Se o senhor quiser, eu posso responder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não precisa.

Quais as medidas que o governo tomou para resolver a situação da falta de dinheiro? Ele parou de lançar obras até resolver o que estava em andamento?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Ah, professor, isso o senhor tem que perguntar pro governador, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, pois é... E o governo não tinha dinheiro para pagar... enfim...

O Consórcio supervisor Prosul-Concremat se limitava a fazer apontamentos em relatórios mensais ou alguma vez indicou ou recomendou alguma medida mais concreta e incisiva relativa à situação do atraso e lentidão na Ponte Hercílio Luz? O que foi recomendado?



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Insistentemente todo relatório, né, repetidamente, está lá todos os itens dizendo que a obra estava em atraso. Isso era função deles, era função do... demonstrar a realidade da obra e era visado por mim e nós enviávamos ao nosso diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E alguma vez o consórcio supervisor foi questionado pelo Deinfra acerca da real viabilidade da execução completa das obras conduzidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — ã, Deputado... é... não me lembro de ter feito uma pergunta pra eles, mas o... tava claro na posição deles nos relatórios, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em algum momento durante a sua execução as obras da Ponte Hercílio Luz ficaram sem as devidas coberturas dos seguros, especialmente o seguro de risco de engenharia?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Entendo essa vossa pergunta, porque eu levei um susto na última, quando foi o engenheiro lá, é... eu queria só confirmar se ele disse isso mesmo, porque eu li que a obra foi executada sem o seguro de risco de engenharia. O senhor confirma isso? Ele falou isso? Porque eu li no jornalzinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou lhe perguntando.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, é que eu tô... Não, eu tô perguntando se ele afirmou isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não... A resposta é do senhor, me perdoe, mas se o senhor não souber, não sabe. Mas eu preciso...



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, eu sei. Mas eu quero... É, é que eu li uma coisa que discordo totalmente, por isso que eu tô lhe dizendo.

Então vou lhe dizer o seguinte – essa é uma história longa, Deputado, bora lá. É uma história longa. (*Risos.*)

Deputado, a... não era da minha época, pra assinar a, a, o, o primeiro, o primeiro, o primeiro engenheiro residente questionou os seguros, isso lá em 2008, e foi então montar todo o processo, respondeu o consórcio... Assim, ó... Até ã... ficou... vou resumir. Ficou uma dúvida, tá certo, do seguro de risco de engenharia do período de 16/10/2012, tá certo, até 2014. O outro, nós tinha uma apólice.

Quando foi assinada a prorrogação de prazo, que foi lá em junho de 2012, necessariamente quando... eu fui favorável à prorrogação, o Consórcio Prosul-Concremat foi favorável à prorrogação do, do processo, nós mandamos isso pro nosso diretor, o diretor mandou e foi para as esferas. Tá certo?

Então pra assinar essa prorrogação, tá certo, era obrigado a tá vigente o seguro de risco de engenharia, que venceria... o contrato, esse contrato foi assinado no dia 6, a prorrogação no dia 6 de junho, e a apólice vigente era até o dia 16/10/2012.

Então quando foi assinada a prorrogação de prazo estavam todos os seguros vigentes, eu tenho aqui a cópia das apólices. Ficou... E lá em 2013, em agosto de 2013, recebi do pre... ã... ã... um pedido lá, que já veio da presidência, um pedido de prorrogação de prazo do consórcio em relação ao seguro de prorrogação do contrato do, do seguro de engenharia, risco de engenharia e... a... e o da... do contrato.

Então, o que eu quero dizer pra você é o seguinte: naquela, naquele instante eu devolvi o ofício pro presidente dizendo assim: senhor presidente, eu não tenho comprovação, tá certo, não tenho comprovação que o consórcio, não tem aqui nos autos e não comprovou, que ele realmente fez a renovação do seguro. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]



Isso.... Que que causou isso? Nós caminhamos pra rescisão contratual. Por quê? Porque a... aí foi passando, aí a nossa jurídica... Porque o consórcio pediu que a gente fosse fazer um, um, um, um aditivo pra pagar a renovação do seguro, e nós... Quando foi feita a prorrogação de prazo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justamente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim. E a prorrogação do prazo foi sem ônus pro Deinfra até dezembro de 2014. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — A posição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Aí, aí partimos pra romper o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A pergunta é simples: o seguro garantia do Consórcio Florianópolis foi executado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, Deputado, ele executou. Quando caiu a estaca, sabe, Deputado, ele fez outra estaca com 5 metros de profundidade a mais na rocha e ele acionou o seguro. Quando foi acionado, ele assinou o seguro, tava lá, a... a... a... a estaca caiu e... esse... o, o, o, o dono da empresa lá avisou o engenheiro residente e disse: olha, toca a ó... toca a outra, ele, ele assumiu os custos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, ao final do contrato o Deinfra executou o seguro?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Ah, o senhor tem que ver com a nossa jurídica, senhor. Aí eu não... Eu sei que foi comunicado, inclusive a empresa tem lá... Isso eu tenho que ver com a nossa jurídica, que isso não faz parte do fiscal.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda. (empresa que se consorciou com a Construtora Espaço Aberto, formando o Consórcio Florianópolis Monumento), foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que entre os anos de 2011 e 2012 ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, Secretário de Estado e o próprio Governador do Estado à época, o senhor Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos. O senhor participou de algumas dessas reuniões?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu, eu a recebi lá no escritório, tá certo? E ela... um termo mais simples, chorou as pitangas de um monte de coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela comunicou o senhor a saída da CSA?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não me lembro. Ela, ela tava inconformada... ela... mas isso é uma coisa muito pessoal, ela foi lá e eu a recomendei... O que que eu recomendei? Você tem que... isso, isso não tem que falar comigo, não, porque eu não, eu não tenho nada que ver com o problema interno do consórcio. Eu, aqui... a figura que eu trato é com o representante. A senhora procura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Onde foi a reunião?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Foi lá no nosso escritório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem estava presente?



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Só ela e eu, por isso que eu não posso falar nada, porque vai ser a minha palavra contra a dela. Então peço até pro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem determinou a continuidade do contrato, mesmo com a saída da CSA?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Isso... Essa figura eu nunca, nunca passou por mim, essa rescisão... Deputado, isso nunca passou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor como...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Na época, na época, Deputado, quando ela levantou essa hipótese, porque até ela fez a pergunta, chegou ao Governador e o processo voltou. O pro... o processo chegou, aí eu fui na Junta Comercial, Deputado, e o consórcio tava vigente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como fiscal da obra, então acreditava que a CSA continuava trabalhando?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mesmo o senhor estando em campo todos os dias e não sabendo de ninguém da CSA lá, como o senhor afirmou aqui...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, o senhor tá enganado, eu não disse isso. O que eu falei pro senhor foi o seguinte: que o... o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Ininteligível)* da CSA estava trabalhando lá?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — ...principalmente...

Deputado, se o senhor olhar na licitação, a CSA é responsável principalmente pelo sistema de sus... de suspensão da ponte. Com o quinto



aditivo, que a suspensão tirou a cancela e começou de baixo pra cima, ainda não se fazia necessário tecnicamente os serviços presenciais da CSA na obra, porque eram obra... um serviço novo que apareceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Aí... Isso foi aprovado lá no quinto, antes da minha estada.

Então assim, agora, o que eu afirmo pro senhor, que eu estive lá presente e vi (*ininteligível*), o consultor deles, o seu Khaled, que foi citado aqui... Recebi o seu Khaled lá duas vezes na obra, tá certo, ele como consultor da CSA... na CSA, perdão, consultor do consórcio, que no edital aparecia como da CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Ele foi lá... E... e... e... Deputado, foi muito importante que ele foi lá em duas, duas questões importantes. Uma era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wenceslau, o Deputado pontua uma pergunta, responde, porque está se transformando num diálogo isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pontua a pergunta e dá-lhe a resposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... Os relatórios da Prosul apontavam que a CSA não estava mais na obra. O senhor não teve conhecimento desses relatórios da empresa, do consórcio supervisor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, isso aí eu não me lembro. Isso aí eu gostaria até de ler, porque eu não me lembro disso não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Estão repetidos os contrato, aí eles em si... E aí o...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — É?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aí o consórcio supervisor insiste nesse tema. O senhor não tinha consciência disso?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não me lembro agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era o grau de conhecimento e acompanhamento das obras da Ponte Hercílio Luz que os diretores e presidentes do Deinfra e o Secretário de Infraestrutura tinham? Eles iam no canteiro de obras, requisitavam informações diretamente ao senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Praticamente um dia sim, um não eu fazia uma reunião com o diretor de Obras. Eu ia lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o presidente do Deinfra? *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Também. Não um dia sim, ou não, porque o presidente viajava e tudo mais... pelo menos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pelo menos uma vez por semana ou cada quinze dias a gente se reunia e ele também ia ali na obra. Assim, às vezes, tu passavas numa saída e ele passava, ele passava pela obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As situações dos atrasos, descumprimento dos cronogramas, paralisações dos trabalhos, do ritmo lento de execução da obra, enfim, os principais e mais relevantes assuntos eram conhecidos por essas autoridades?



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, até porque oficialmente nos nossos relatórios... ah, ele passava... quando sai de lá do nosso escritório, Deputado, passa por um gerente de contratos, passa por um gerente de obras, passa pelo diretor, né, e passa por todo o sistema, todo mundo é obrigado a tomar conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o Governador Raimundo Colombo, qual era o grau de conhecimento e acompanhamento das obras da Ponte Hercílio Luz que ele tinha?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Ele, num determinado período, é, é, é... ia todo dia lá na obra (r). Está certo? Quando ele disse: eu vou fazer a obra, ele tomou essa decisão e fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele requisitava informações diretamente ao senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, ele evidentemente tinha educação, porque tinha um presidente, isso é hierarquia, mas... geralmente quando ele pedia as informações, o, o, o presidente pedia, eu informava o presidente ou o Secretário levava pra ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As situações dos atrasos, descumprimento dos cronogramas, paralisações dos trabalhos, do ritmo lento de execução da obra, enfim, os principais e mais relevantes assuntos eram conhecidos do então Governador Raimundo Colombo?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha contato com o Governador Raimundo Colombo?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Eu tive contato com o Governador em dois instantes. Assim que começou a surgir a obra, ele ia, começou passando muito, ele começou, criou amor pela obra e ia lá. Tá certo? Assim, quando ele resolveu a questão financeira da obra, que ele conseguiu trazer os recursos do BNDES, ele realmente sentiu firmeza e ficou



acompanhando a obra (*ininteligível*). Todos os instantes em que ele chegava ou saía da cidade, não tinha horário, ele passava pela obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação — e aí eu peço para o senhor ser realmente breve na resposta...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação à estrutura provisória, sabe-se que essa estrutura não foi feita para durar mais do que cinco ou seis anos, inclusive essa é a previsão de próprio projeto. Em 2015 a empresa Empa S/A foi contratada para finalizar essa estrutura, iniciada em 2010.

Falando-se especificamente da treliça espacial, cuja montagem foi iniciada em 2011/2012, sabe-se desde aquela época que ela duraria no máximo até 2018. Neste ano de 2019, este ano, houve contratação emergencial (cujo processo foi iniciado em 2018), no valor de R\$ 3,156 milhões para reforço da estrutura provisória.

Senhor Wenceslau, que tipo de emergência é essa, que é conhecida desde 2012? Poderia nos explicar como um problema é conhecido há seis anos e inesperadamente se torna emergencial no final de sua validade conhecida?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, uma estrutura metálica, é... num meio agressivo, ela tinha que ser, necessariamente, pintada e dura no máximo cinco anos.

Foi feito um milagre, Deputado, porque essa estrutura durou mais por sorte nossa. Aliás, o senhor me pergunta, por que o desespero lá, de não parar a obra, não encerrar o contrato? Porque nós tínhamos que terminar aquilo ali o mais rápido possível, porque as, as peças foram compradas e estavam no canteiro. Nós tínhamos... a nossa agonia era tocar o mais rápido possível, Deputado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, se o contrato tivesse prosseguido com a Construtora Espaço Aberto, que ficou tocando sozinha a obra após a saída da CSA, a construtora teria conseguido finalizar a obra e entregar a Ponte Hercílio Luz completamente restaurada e reabilitada para a população do Estado de Santa Catarina?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, sem a CSA ela não faria. É, tinha que estar com a CSA, até pra cumprir as exigências de edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, pergunta que eu tenho que lhe fazer, porque é uma pergunta padrão: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não, senhor, em hipótese alguma, senhor. Sempre foi um tratamento muito profissional e cordial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, como falamos sobre essa estrutura, esse contrato emergencial que nós falamos há pouco, não parece que simplesmente ignoraram ou esqueceram o problema até ele se tornar emergente? Por que não foi feita uma licitação para essa contratação?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, nós estamos sempre correndo contra o tempo. Imagina, naquela situação, colocar outra empresa lá dentro. Não havia essas condições, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seis anos não era tempo suficiente? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Não Deputado. Agora... só... te a vida que aconteceu nesses seis anos, Deputado. Teve um



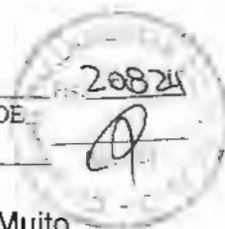
ano de atraso das licitações, teve lá no início lá... teve os atrasos lá que a... Deputado, o Deinfra é, é... pra... a, a... solução hoje que a ponte está aqui, tá segura, ela não nasceu assim não, Deputado, ela foi amadurecendo aos poucos e isso levou tempo. Isso desgastou lá o ataque às peças, isso é... foi um prejuízo que a gente teve, evidentemente, mas por quê? Porque a empresa ciente nós estávamos todos com a... nós medimos peça por peça a seção, ali a, a, a, a... a agressividade ali é muito violenta e nós não podíamos... nós rodamos todo o programa e vimos que na transferência de carga, onde que se ia transmitida ali quase 5 mil toneladas, podia estourar uma e aí nós perderíamos toda a nossa obra de arte, jogaríamos tudo fora, taríamos hoje lá catando peças lá, gastando quase os R\$ 300 milhões para tirar a ponte de dentro do canal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wenceslau, de forma objetiva, sim ou não. O senhor acha que seis anos é um tempo suficiente para licitar?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, acontece que a coisa num, num, num, num teve interregno assim como o senhor tá imaginando. Quando... É... em 2014, dois mil... é... final de 2014, o contrato foi encerrado em 2014, depois em dois mil... nos preparamos isso daí e... o... já a lampa (*sic*) entrou pra terminar os serviços, depois já fizemos outro contrato emergenciais e depois preparamos em 2016 pra, pra contratação (*ininteligível*). Agora, até chegar nesse ponto, Deputado, da transferência de carga, ela completou agora no mês de julho, e olha, e foi corrido, foi corrido, é porque a obra é assim, a obra é difícil, se não já tinha sido feita e é a única obra do mundo que tem nesse aspecto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual foi a posição do jurídico do Deinfra quanto à dispensa de licitação?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Foi... não só do Deinfra, mas como também a Procuradoria-Geral do Estado, o grupo gestor, todos foram favoráveis (*ininteligível*).



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Muito obrigado.

Presidente, por mim estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhor Wenceslau...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Teve um determinado momento da conversa que o senhor falou, segura e pronta, que tem diferença entre a ponte estar segura e estar pronta. No entendimento do senhor, hoje...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Só vou concluir a pergunta...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Pois não...

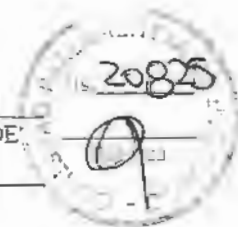
O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — No entendimento do senhor, hoje a ponte está segura?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E no entendimento do senhor, para ela passar de segura para pronta, com todas as condições favoráveis, eu digo com equipamento, com material, com recursos para concluí-la, qual seria o tempo necessário para passar de segura para pronta?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Deputado, é... eu não estou mais lá na frente da Ponte Hercílio Luz, eu não tenho mais essa competência legal para lhe responder isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.



O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Mas... se eu puder lhe ajudar, é no seguinte aspecto: semana passada eu estive lá fazendo uma visita na ponte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Correto...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Então, isso... eu gosto, vou lá porque eu gosto de ver o que tá acontecendo

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — E... faço um acompanhamento, devagarinho vou lá, faço uma visita, eu falei com o... pessoal da obra, da empresa que está executando eles tão com bastante confiança de entregar a ponte até o final de dezembro. Isso então é extraoficial, eu estou fazendo para auxiliar o senhor da posição que eu tenho hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — De segura para pronta.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Segura foi em julho, Deputado, quando a gente completou que todas a... o que que é a ponte segura? Que todas as barras de olhais entraram em funcionamento, então a ponte não precisa mais daquela estrutura de baixo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Sim.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Ela tá se autossustentando com as barras de olhais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — A minha pergunta ela está relacionada ao seguinte: uma vez que ela foi repassada como segura, como o senhor mesmo admitiu...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Certo...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E teve prosseguimento dos trabalhos que estavam sendo feitos para deixá-la pronta e na ocasião anterior ela não ficou.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E o que se leva a crer agora que ela ficaria pronta em dezembro?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Porque agora só tão botando estrados, se... terminar a pintura e botando as placas gradeadas, onde que não podia trabalhar enquanto tava fazendo a transferência de cargas, porque tinha as torres que sustentavam as barras de olhais, ele não podia trabalhar no estrado da ponte, no vão central...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Sim, mas ela se encontrava segura, como o senhor mesmo disse.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY — Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Tá o.k..

Era só isso, Presidente. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

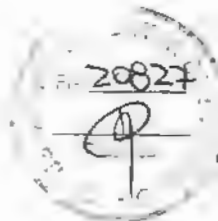
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais perguntas a fazer, dou por encerrado o depoimento do senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy.

Solicito à assessoria que o encaminhe à área externa deste ambiente.

Senhores Deputados, também em razão da ausência do depoente da tarde de hoje, que fez justificativa via *e-mail*, suspendo a reunião que teria às 17h do dia de hoje.

Solicito à assessoria que faça a distribuição do *e-mail* remetido pelo depoente de hoje.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a reunião de hoje, ficando confirmada a reunião de amanhã, às 11 horas.



Muito obrigado. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Felipe Pereira Bueno / Revisão e Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 11H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —
Bom dia todos e todas. Eu vou pedir que todos se acomodem.

Nós vamos dar início à reunião da CPI. Eu quero justificar a ausência, já de antemão, do Deputado João Amim que será substituído pelo Deputado Ivan Naatz, que deve logo estar presente conosco também.



Senhores Deputados, Deputados que nos acompanham pela TVAL e também aos presentes neste recinto, nós vamos dar início hoje a oitiva de duas testemunhas.

Havendo quórum regimental, damos início à reunião da CPI constituída pelo Ato da Presidência nº 030.

Antes da oitiva, eu quero colocar em apreciação o requerimento do colega Deputado Bruno Souza:

(Passa a ler.)

"Cumprimentando, venho por meio deste requerer a submissão do nome abaixo relacionado para ser ouvido por esta Comissão, João Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina no período de 2011 a 2018. Tendo realizado a rescisão unilateral do contrato processo judicial nº 264/2008 com o Consórcio Florianópolis Monumento e conforme indicações de testemunha ouvida, sob juramento nesta Comissão, ter sido pessoalmente cientificado sobre as evoluções das obras da Ponte Hercílio Luz durante o exercício dos referidos mandatos."

Eu coloco em apreciação esse requerimento da oitiva do ex-governador João Raimundo Colombo. Em discussão. *(Pausa.)*

Os senhores Deputados que concordam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —
Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — É uma convocação?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —
Sim, na verdade, é uma convocação para a Comissão.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, o próprio ex-governador já manifestou a sua disposição em vir. Ele falou que tem vontade, e, se for convidado, ele virá. Então nós estamos formalizando o convite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Mas seria bom nós fazermos um convite, nós da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Autor com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O problema é que não existe a figura do convite, mas ninguém que vem aqui vem na figura de suspeito, nada disso. É uma sugestão, uma convocação, a pessoa vem aqui apenas para nos ajudar.

Nós precisamos ter os cinco votos para a convocação, mas ele, como eu falei, já manifestou, inclusive hoje, no próprio Diário Catarinense, a sua disposição em vir e não vê problema nisso. Então, só para deixar claro aos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ninguém vem aqui na figura de suspeito, nada disso...

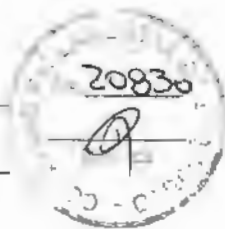
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —... a pessoa vem para nos ajudar a esclarecer fatos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Na verdade ele vem como qualquer outro depoente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Essa é a condição. Sejam aqui bem...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Hum, hum.

(A Deputada Estadual Marlene Fengler, orientada pela assessoria da CPI, manifesta-se fora do microfone dizendo que existe a figura do convite.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Existe regimentalmente a figura?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Existe.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Então eu proponho que nós deixemos para deliberar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —... em função de que se verifique juridicamente isso, pode ser?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu só peço para que nós deliberemos ainda hoje, porque hoje seria a última oportunidade possível para a CPI e parece ser intempestivo este convite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Tá bom. A assessoria vê se pode ser o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Isso. A assessoria verifica essa informação e traz a informação adequada para nós, para ganharmos tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Tá bom. Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — São 11h19min e eu fiz uma solicitação ao Deputado Bruno para que nós fizessemos essas oitivas até 12h30min em função de que, eu que presido aqui, já tenho outra Comissão para tratar, que sou membro também, que é a de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energias. Então se a gente pudesse pautar dentro desse tempo eu agradeço.



Bom, primeiro nós vamos ouvir o senhor Celso, é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi invertida a ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Então nós vamos ouvir primeiro o doutor...

(O Deputado Estadual Ivan Naatz adentra ao recinto e cumprimenta os presentes.)

... Bom dia. O doutor Wilfredo Brillinger, é isso?

(O senhor Wilfredo Brillinger manifesta-se fora do microfone: "Isso.")

Eu gostaria que o senhor, que já está aqui na frente conosco, fale no microfone.

Eu quero lhe perguntar se o senhor assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — O senhor também não é obrigado a responder as perguntas se assim desejar.

Para que as taquígrafas possam fazer o registro, eu peço que o senhor fale o seu nome completo, profissão, idade, local de nascimento e endereço, o mais próximo possível do microfone. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. WILFREDO BRILLINGER — É... Wilfredo Brillinger, é... eu nasci em Turvo, 1958. Sou engenheiro, é... é... sócio-majoritário, é, da empresa Prosul.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Seu endereço?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Rua Frei Caneca, 100, apartamento 1201, é... Agrônômica, Florianópolis.



A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luciane Carminatti) —

O.k.

O senhor está acompanhado de advogado, sim?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luciane Carminatti) — Ao advogado, se o senhor desejar ter instrução do seu procurador, é permitido, mas ele não poderá fazer qualquer manifestação ou gesto de aprovação ou desaprovação. Solicito também ao advogado que fale no microfone o seu nome completo, número da OAB e o endereço do escritório.

O SR. CESAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU — Meu nome é Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu, a minha OAB é 4.125 e meu escritório é na Rua Urbano Salles, 133, Centro, Florianópolis.

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luciane Carminatti) —

O.k.

Eu passo agora a palavra ao Relator da Comissão, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia, senhor Wilfredo.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wilfredo, nós vamos apresentar alguns documentos tanto na tela – para nossa equipe técnica poder transmitir – quanto também no computador que está ao seu lado, por isso talvez fosse melhor inverter para o senhor não precisar ficar olhando na tela.

Nós vamos mostrar alguns documentos durante esta oitiva, mas já vou começar mostrando um para o senhor.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)



Nos documentos de habilitação exigidos pelo edital da concorrência internacional nº 12/2006, vencida pelo Consórcio Prosul-Concremat, para fins de gerenciamento e supervisão das obras da Ponte Hercílio Luz, constam os seguintes itens relativos à qualificação técnica da empresa ou consórcio:

Quanto à qualificação técnica: prova de registro de empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, com jurisdição no Estado em que está sediada a empresa, com validade na data limite da entrega da documentação e das propostas; comprovação de aptidão para execução dos serviços mediante apresentação de atestados ou certidões de execução; gerenciamento, ou supervisão, ou fiscalização de obra de recuperação de ponte em estrutura metálica com extensão superior a 70% da extensão da ponte; projeto, ou supervisão; projeto de recuperação e reforço de estruturas de pontes ou viadutos; e gerenciamento, ou supervisão.

Ocorre que entre todos os atestados e certidões apresentados pelo Consórcio Prosul-Concremat nas quatro grandes áreas cobradas pelo edital – que são basicamente estrutura metálica, obra tombada pelo patrimônio histórico, estruturas de pontes ou viadutos e fiscalização ambiental de obra –, a sua empresa, a Prosul, apresentou apenas uma certidão na área ambiental, inclusive onde consta o seu nome como coordenador geral da equipe, que está ali também na tela.

Senhor Wilfredo, a qualificação técnica para os serviços era quase que completamente da Concremat, a Prosul foi mera coadjuvante na fase licitatória?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — É... Bom dia a todos. Bom dia, senhores Deputados, imprensa, é... Eu gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade, é... de a gente poder esclarecer é... esses assuntos relacionados à, à Ponte Hercílio Luz.

Se me permita, eu gostaria de fazer um breve relato da nossa empresa, é... que eu acho importante no contexto dessa discussão de hoje. É... a Prosul é uma empresa com 32 anos de existência, é... traba... com a sede em Florianópolis, sempre foi, né, inicialmente foi fundada em São José, depois eu



mudei, em 94, para Florianópolis. É uma empresa que trabalha na área de infraestrutura, é... basicamente na área de infraestrutura, estudos, projetos, gerenciamento de obras, é, no Brasil inteiro. Nós só não temos obras hoje e não estamos envolvidos, em dois Estados: no Acre e no Amapá.

É... tenho a oportunidade, aqui eu queria, eu queria fa... repassar aos senhores, aos senhores Deputados, é, esse é o *ranking* da engenharia brasileira (*mostra folder*), onde a Prosul, há vários anos, é a maior empresa de consultoria do Sul do País, e nós somos a 11ª do País. Basicamente, as empresas que estão na nossa frente são empresas que trabalham na, na área de gás, ã, de óleo e gás, que é uma área que a gente não atua. É, trabalhamos na área de infraestrutura desde na área de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos. É... temos hoje em torno, aí, de 700 funcionários, né? É... e somos, é, hoje, uma das, uma das empresas referência na área de consultoria de engenharia no País, né? [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

Eu gostaria, depois, que fosse distribuída aí um *folder* da empresa e também aqui um, um, um *ranking* da empresa, da empresa, da engenharia, da engenharia brasileira, é... que eu acho importante, nesse momento colocar, para se situar quem é a Prosul, né? É... isso muito, muito orgulha, né, Florianópolis, por ser uma empresa aqui de Florianópolis e o nosso Estado de Santa Catarina, né? Então, só queria fazer essa inicial pra, pra, pra, pra terem, pra terem é, é, ideia do, do que, do que é a Prosul.

Respondendo a sua pergunta, eu, evidentemente, é... nesse momento, eu não tenho como me lembrar exatamente da, dos atestados que foram colocados numa licitação lá em 2006, né? Mas por que que eu fui buscar a Concremat? Eu fui buscar a Concremat é... porque tratava-se uma ponte pênsil e a única empresa aqui no Brasil que tinha atestado, que tinha atestação, por isso que a concorrência era internacional, né, uma das únicas, eu não digo a única, mas uma das poucas empresas que tinha atestado em ponte pênsil era a Concremat. Essa ponte pênsil é uma ponte que eles fizeram essa, esse trabalho de consultoria e, e supervisão numa ponte no Espírito Santo, porque é, é difícil. Ponte pênsil aqui no Brasil, nós temos a Hercílio Luz que é, que é o,



que é a grande ponte pênsil hoje do mundo, não é do Brasil, né? Do Brasil só tem, só tem, nessas dimensões, só tem elas.

Então, na época, eu busquei uma empresa que me complementasse, que me complementasse para que eu pudesse participar dessa licitação internacional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse foi o único atestado apresentado pela Prosul. Então, a complementação que o senhor considera... o senhor considera que a Prosul foi complementa... a Concremat foi complementar ou ela foi protagonista?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, não, nós somos líder do consórcio. Quando, quando, quando a gente entra uma licitação, num consórcio, a gente vê os atestados. Não é que a Prosul não tinha atestado, mas a gente vê qual é o melhor atestado, qual é o atestado mais robusto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nesse caso tinha só o ambiental para apresentar?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Na... si, si a questão é essa, volto, volto, volto a te colocar que eu não lembro é... da, da... porque não é, aqui não é só a qualificação técnica. Nós temos que observar duas coisas, tais falando na qualificação da proponente, depois, tem a qualificação da equipe técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o atestado da...

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Eu gostaria de... é, eu também não lembro, eu não lembro quantos profissionais meus participaram da qualificação de, da, da equipe técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os atestados da Concremat eram robustos?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Os atestados da Concremat eram robustos a ponto de, de, de, nós sermos habilitado para o consórcio.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wilfredo, a empresa Prosul constituiu o Consórcio BR-101 Sul em 2004, o Consórcio Prosul-Themag em 2009, os Consórcios Prosul-MPB e Prosul-Projel em 2010, o Consórcio Vidal Ramos, em 2011. São apenas alguns exemplos registrados na Junta Comercial de Santa Catarina. Entretanto, o Consórcio Prosul-Concremat não foi registrado na Junta Comercial, apesar de o edital exigir o registro antes da assinatura do contrato.

O senhor poderia explicar por que não foi cumprida essa exigência do edital?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, eu não sei, porque eu não tenho essa explicação. Agora, eu posso dizer uma coisa, eu tive vários consórcios... a lei, a lei, a lei lá atrás, não sei qual é a data, não necessariamente você tinha que inscrever o consórcio na Junta, na Junta Comercial. Ou seja, não necessariamente você precisaria ter um CNPJ, tá? A partir de um determinado momento, que eu não sei se precisar, tá, a lei alterou e, hoje, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nessa época precisava.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — ...é obrigatório, é obrigatório qualquer consórcio, você é obrigatório, a, entrar na Junta Comercial e você, é... ter um CNPJ e liberar como consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade o próprio edital exigia que estivesse registrado na Junta Comercial antes da assinatura do contrato. Por isso, a nossa pergunta. O senhor tem alguma explicação para isso?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, não lembro, não lembro desse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com relação à equipe técnica a ser alocada no canteiro de obras, o Consórcio Prosul-Concremat apresentou a seguinte relação de profissionais, que está na sua



tela – eu não vou ler a inteira para não desgastar a Comissão. O único profissional da Prosul nessa relação é o senhor, confere?

(O Depoente confere no computador a relação dos profissionais.)

O SR. WILFREDO BRILLINGER — É, tem, tem profissionais aqui que são profissionais, é... que estavam ligados a nós, por exemplo, o João Paulino, o arqueólogo; o Diego, é, é biólogo nosso; o João Goulart, sociólogo é nosso, é... deixa ver mais aqui. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

(O Depoente lê novamente os nomes dos profissionais da equipe técnica em voz baixa.)

É, aqui, dessa equipe aqui... deixa eu ver, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12... 1, 2, 3, 4, 5, 6... Seis são nossos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode citar quais são?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — É... e, eu, né *(ri)*, o... Osvaldo Paulino, Diogo Miguel, João Goulart Júnior trabalhava conosco, é... os outros aqui, João Eduardo faz tanto tempo, eu não, não, não lembro quem é... engenheiro auxiliar, não, não, não lembro... Ronaldo... é... São esses aí, a princípio que eu me lembro são esses aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E porque eles não estavam na relação de responsáveis apresentada pela Prosul, tampouco no item de comprovação de vínculo dos profissionais detentores de acervo?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não estavam como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eles não estavam na relação de responsáveis apresentada pela Prosul, e também não estavam, esses profissionais da Prosul...

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Mas isso, isso foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...nem no item de comprovação de vínculo dos profissionais detentores de acervo.



O SR. WILFREDO BRILLINGER — Essa, essa foi a equipe que entrou na licitação da obra. A lei me permite, eu, em eu ganhando a licitação, tá? Eu fazer a substituição dos profissionais por currículo equivalente ou superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou perguntando sobre esses aí, exatamente. Mas por que esses que o senhor apontou não estavam na... não apresentavam nenhuma relação de responsáveis apresentada pela Prosul como vinculados a Prosul e tampouco no item de comprovação desse vínculo. Por isso que eu lhe pergunto.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — A, mas eu não lembro agora se, se, se eles estavam, tinham vínculo. Nós estamos falando de 2000... 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se o senhor puder olhar agora esse *slide*. (*Mostra imagem.*) Esta é a comprovação de vínculo no edital: Para comprovação de vínculo de engenheiro-agrônomo Wilfredo Brillinger, vide contrato social da empresa Prosul, página 11 do presente volume.

Ou seja, no edital, apesar do senhor ter apontado, os únicos que apareciam com relação com a Prosul era o senhor, por isso a pergunta.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Eles deviam ser, eles deviam ser provavelmente na época, se eles não tinham vínculo, eles eram meus consultores, a gente tem muito... alguns profissionais de área específicas, como arqueologia, biologia, específica. Alguns, alguns profissionais, você não tem ele no seu quadro, você tem ele como... você tem contrato de prestação de serviço com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No primeiro relatório mensal produzido pelo consórcio Prosul-Concremat, referente aos meses de agosto e setembro de 2006, consta a seguinte equipe técnica do consórcio supervisor. Vai estar a sua disposição, vai estar na tela, só um momento. (*Mostra imagem.*)

Nós podemos perceber que as funções de engenheiro coordenador e de engenheiro de estruturas metálicas já estão sendo exercidas, no primeiro mês



de supervisão, por outros profissionais que não aqueles que foram relacionados na licitação. Por que isso aconteceu?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Volto a repetir aquilo que eu falei pra você, quando você entra numa licitação, você entra com os profissionais... determinados profissionais. Você não sabe se você vai ganhar ou vai perder aquela licitação. A partir do momento que você ganha a licitação, a lei, até hoje é assim, a lei me permite que a partir do momento que eu assine o contrato, eu faço a substituição dos profissionais desde que o currículo seja equivalente ou superior. Então, isso foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eles tinham o mesmo acervo que os engenheiros que concorreram?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Se não tivessem não seria provado pelo órgão... contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que eles não foram incluídos já na equipe técnica no edital?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Eu vou te explicar. Não foram incluídos porque com certeza a equipe técnica que eu apresentei na, que eu apresentei na, na, na, na, na proposta técnica, naquele momento, era mais interessante o currículo. Eram, eram... Não é que esses aqui não atendiam, eles podiam atender, só que aqueles currículos, eram currículos que atendiam o edital e eram muito superiores. E eu precisava, naquele momento, botar o que eu tinha de melhor na, na minha proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante toda a execução do contrato os nomes se mantêm parecidos para as funções de coordenador e engenheiro de estruturas metálicas, com a aparição do engenheiro Celso Carvalho e depois do engenheiro Sebastião Rezende como coordenador. Algum profissional da Concremat assumiu essas funções durante a execução do contrato?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Ó, â... eu, assim, detalhes, eu vo, eu vo só pra, só pra vocês aqui entenderem o processo. A minha função na



empresa, a minha função na empresa, eu faço, eu faço a parte institucional, a parte política e a parte comercial, né? Então, eu, eu busco mercado, é, disputa licitações, me envolvo com isso. A partir do momento que eu assinei o contrato, eu ganhei a licitação, eu assinei o contrato, eu passo, eu tenho várias diretorias dentro da empresa, eu passo para aquele diretor afim para ele fazer a parte operacional do contrato, né?

Então, pra deixar claro, eu não me envolvo. Eu não me envolvo já há muito tempo, né, na, na parte operacional dos contratos. Eu tenho os meus diretores aqui, é, que fazem isso, inclusive, na sequência, o engenheiro Celso, que é o meu diretor de obras já há mais de vinte anos, talvez ele possa esclarecer melhor essas questões aí, mais específicas referentes ao contrato.

[Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Bruna Maria Scalco]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se existia algum profissional da Concremat?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Com certeza, com certeza, com certeza. Isso, sim, porque a gente também numa obra desse vulto, evidentemente, que eu procurava obter informações, como é que estava o andamento da obra, etc. E, os profissionais, com certeza absoluta - isso eu afirmo sem sobra de dúvidas -, os profissionais da Concremat participaram ativamente desse contrato. Eu não sei nomes, assim, se me perguntar nomes eu não sei, mas, com certeza, tinham profissionais da Concremat participando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wilfredo, nós fizemos um levantamento dos profissionais apontados na licitação pela Prosul-Concremat e das suas atuações ao longo dos anos. Vai entrar agora também na tela.

(O Relator pede para passar o slide.)

Nenhuma das funções de engenheiro, de 2006 até 2010, foi ocupada pelos profissionais apontados na licitação. O Deinfrac anuiu com essas substituições?



O SR. WILFREDO BRILLINGER — Veja bem, todas as substituições... você só pode... todas as... volto a dizer, a pergunta é referente novamente entre a equipe que entrou na proposta e a equipe que atuou. Volto a dizer, a lei me permite que assim que eu ganhe uma licitação... porque eu não posso ter profissionais na prateleira, entendeu? Tenho um profissional na prateleira e eu vou entrar; se eu ganhar, eu pego a pessoa; se eu não ganhar... não existe isso, não é assim que funciona. Existe, como eu volto a repetir, você entra com uma equipe que você tem de melhor dentro da empresa. Em ganhando a licitação você faz a substituição pro currículo equivalente ao superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia apresentar a documentação encaminhada à época ao Deinfra que comprovou que o substituto tinha o mesmo acervo técnico? Poderia ceder à CPI?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Ah, eu não lembro disso, mas, com certeza, isso é corriqueiro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria a documentação para nos encaminhar?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Se eu teria?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Poderia nos encaminhar?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — *(O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu orienta o depoente fora do microfone dizendo que é possível que exista administrativamente dentro do Deinfra esse material.)*

É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Requisitamos já.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — É, é possível que exista essa documentação oficial dentro da, do, do próprio Deinfra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essas substituições, elas não... O senhor não guarda os registros dessas substituições?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Eu guardo... alguns registros eu guardo, tá. Normalmente na empresa, depois de cinco anos, a gente, a gente... incinera todos os documentos porque é coisa que não, não, não interessa mais, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essas substituições elas são normais...

O SR. WILFREDO BRILLINGER — São normais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Elas não ocorreram rápido demais, logo no primeiro mês de...

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, são normais e se faz isso realmente no primeiro mês, porque a partir do momento... tá, eu botei um profissional meu gabaritado, esse profissional meu pontuou e eu fui ganhador da licitação por causa desse profissional. A partir do momento que eu começar a executar esse profissional; ele está alocado, até porque entre uma licitação e outra... desde o momento que eu participo da licitação, até o momento que eu... é... a definição se eu vou ganhar ou não vou ganhar até assinar o contrato, isso pode decorrer até seis, sete meses. De repente, esse profissional que eu coloquei lá, já está envolvido em outra obra. Então, é, é, é assim mesmo. É no primeiro mês, quando você inicia o contrato, assina o contrato, tem ordem de serviço, você tem que colocar aquela equipe que vai trabalhar efetivamente na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, pelo que eu entendi do seu relato, esses profissionais que o senhor colocou no edital estavam lá só para pontuar na licitação?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Esses profissionais que eu coloquei na, na, na... que nós colocamos, né, o consórcio, né, sempre falar o consórcio,



né, eu não entrei sozinho, é um consórcio. Nós sempre colocamos o que nós tínhamos de melhor nas duas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wilfredo, eu vou aproveitar um trecho do depoimento do senhor Paulo Ney Almeida nesta CPI. *(Passa a ler.)*

“O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, contesta a empresa supervisora?”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Resposta do senhor Paulo Ney Almeida.

(Continua lendo.)

“O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, nós não tivemos nunca... Nós... nós... nós... A supervisora ela estava nos fiscalizando, tá, e muitas vezes nós também achávamos que ela não tinha todo o pessoal necessário.”

O senhor concorda com essa afirmação do senhor Paulo Ney Almeida, que a supervisora, muitas vezes, não tinha todo o pessoal necessário?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, jamais, né, isso nunca aconteceu, né, *(risos)*. O que se deu foi exatamente o contrário, né, o que se deu foi exatamente ao contrário. Por isso, que a ponte sofreu esse atraso brutal aí no cronograma. O problema não era nós, o problema era quem estava executando a obra. Esse que foi o problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Prosul-Concremat participou da elaboração do edital de licitação para a fase 2 (trabalhos no vão pênsil) da restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Se nós participamos do edital, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da elaboração do edital.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Esse... esse... esse detalhe, o, o Deputado, não... eu não, realmente não lembro, não lembro. Isso talvez o



engenheiro Celso, na sequência, possa esclarecer. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se o projeto básico foi revisado pelo consórcio supervisor?

O SR. WILDREDO BRILLINGER — O que eu sei é o seguinte, é... vamos lá. Nós trabalhamos na... Aliás, aqui eu também queria me... eu queria, se me permite, fazer só uma, só uma, uma pequena, uma pequena esclarecimento aqui. No ofício encaminhado, né, aqui pela, pela Assembleia, pela Comissão no dia 13 de março de 2019, a Comissão nos pede somente dados, cópia física digitada dos boletins de acompanhamento de obra etapa 2. Só etapa 2.

Então, vamos lá. O que é a etapa 1? Etapa 1 eram os viadutos de acesso da ponte, a etapa 2 eram as fundações das duas torres e a etapa 3 era o vão pênsil. Nós, mostrando a nossa lisura, a gente respondeu no dia, no dia... (*olha documento*) respondemos... tá aqui... no dia a, a, no dia 16 de abril, que era o prazo, que era o prazo pra entregar toda essa documentação, nós entregamos a documentação... apesar de vocês nos terem solicitado somente do vão, da etapa 2, nós mandamos toda a nossa participação na etapa 1, na etapa 2 e na parte da etapa 3. Isso consta de quatro DVDs, se me permita eu ler:

(*Passa a ler*)

"DVD um: relação mensal dos colaboradores do Consórcio Prosul-Concremat que atuaram e foram medidos na supervisão das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz, ficha cadastral, GFIP dos colaboradores CLT, contrato de prestação de serviço dos demais colaboradores 2006 à 2014. DVD dois: diário de obras das fases um, dois e três entre agosto 2016 e julho de 2014. DVD três: relatórios mensais de supervisão de obras e relatórios ambientais de agosto 2006 a julho 2014. Por fim, o DVD quatro: documentos que comprovam a lisura da atuação do consórcio supervisor ao/o qual informou reiteradamente os atrasos da obra e a ausência de capacidade técnico e operacional para concluí-las no prazo assinalado, dezembro 2014."



Esses quatro DVDs, acho que vocês tiveram a oportunidade de ler, né, isso soma mais de cinco mil páginas.

Então, aqui mostra toda a nossa lisura em, em, em... nesse processo da Ponte Hercílio Luz durante o período que a gente atuou lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alguma vistoria na Ponte Hercílio Luz foi realizada pela supervisora na época da elaboração do edital?

O SR. WILDREDO BRILLINGER — Do edital?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do edital da fase 2.

O SR. WILDREDO BRILLINGER — Essa... isso, isso também eu gostaria que consultasse o, o engenheiro Celso, porque isso num faz parte do meu dia a dia eu visitar a obra, etc. pra montar a proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O sabe se o Deinfra, em algum momento, consultou o consórcio projetista sobre alguns pontos do projeto-base?

O SR. WILDREDO BRILLINGER — Deixa eu falar pra vocês, pra esclarecer, outro ponto importante. Quando essa obra foi contratada, o vão central, o projeto, o projeto é, é, que foi licitado, é... por um... foi um, quem fez esse projeto foi uma... foi um consórcio de empresas lá atrás, uma empresa francesa eu acho que era SeteRut (*sic*) o nome da empresa - deve ter nos altos aí - com uma empresa nacional. A empresa nacional realmente eu não lembro o nome nesse momento. E esse projeto aí era inexecutável, inexecutável. Não tinha como executar a recuperação do vão central com aquele projeto. E, aí, sim, a concepção desse projeto, dessa ponte segura, que foi o projeto que foi executado agora fazendo aquela ponte embaixo da Ponte Hercílio Luz, né, aquela concepção daquele projeto foi nossa, né... a concepção foi nossa. Quem elaborou depois o projeto executivo foi a empreiteira, porque era de responsabilidade dela, e a gente fiscalizou esse projeto, esse novo projeto,



essa nova concepção de projeto, que o que foi executado aí e que deu certo. Graças a Deus, a ponte está recuperada, aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E em que momento o senhor verificou que o projeto era inexecutável?

O SR. WILDREDO BRILLINGER — No momento... foi no momento que a gente foi... que nós fomos... foi no momento... Veja bem, quando a gente começou lá, nós começamos a fiscalizar os viadutos de acesso, né. A segunda etapa nossa... quando começamos estudar a etapa 2, a etapa 2, que era as fundações, que era as fundações das torres, ali nós verificamos, ali nós verificamos, que aquele... esse projeto, esse projeto inicial, ele não previa esse reforço da, da, das fundações da, da, das duas torres, né. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

A partir do momento que nós detectamos que precisaria se mexer nas fundações, que se precisaria mexer nos pilões das, das, das duas torres, imediatamente, nós chegamos à conclusão que esse projeto, que até então era o que tinha sido licitado, era inexecutável, era de alto risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor saberia me dizer se isso foi antes de 2008?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Ah, não lembro, não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era possível facilmente verificar que o projeto era inexecutável?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Era, era. Por todo estudo que foi feito na época, o nosso especialista... o, o, o risco era... o risco de desabamento da ponte no momento que se fizesse... a ponte corria sério risco de colapso se fosse executado aquele projeto. Por isso, que se mudou... a nossa, a nossa opinião foi firme no sentido de mudar o projeto. E o projeto que a gente concebeu é esse projeto que tá aí hoje, né, que realmente foi feito toda a recuperação do vão central sem risco nenhum de desabamento da Ponte Hercílio Luz.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra acreditava que era possível realizar esse projeto?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Na época... eu não posso dizer, porque, na época, eu não sei quem é que fez a análise desse projeto inicial do Deinfra. Eu não tenho informação. Quando a gente entrou lá, esse projeto era o projeto pra ser executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E, após a Prosul se manifestar, o Deinfra assimilou que era possível a realização?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Sim, com certeza, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando o Consórcio Florianópolis Monumento contratou projetos com a RMG Engenharia, o consórcio supervisor analisou os projetos entregues?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Analisamos, analisamos. Essa empresa RMG foi a empresa que o Consórcio Monumento contratou para fazer o detalhamento desse projeto, que é a empresa hoje que tá fazendo... com a nossa saída lá em 2014, eles estão lá fazendo a supervisão dessas obras, da obra hoje lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Analisaram mais algum outro projeto realizado por outra empresa pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, que eu me lembre, não, que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe que detalhamentos eram esses?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Detalhamento do projeto final de engenharia... o projeto executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eles eram, de fato, necessários na opinião do senhor?



O SR. WILFREDO BRILLINGER — Sim, porque se não faz o projeto executivo não tem como executar a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O atraso acumulado da obra e o ritmo aquém do cronograma do Consórcio Florianópolis Monumento eram situações que preocupavam o senhor?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Veja bem, como eu... Volto a repetir, eu não participava do dia a dia dessa obra, tinha a minha equipe que tocava lá junto com a Concremat, mas eu sempre procurava me inteirar, até porque era uma obra emblemática, né, era não, é uma obra emblemática pra Santa Catarina, pra Florianópolis. E, realmente, tinha... nos preocupava demais. Se vocês tiverem acesso a esses relato... a toda essa documentação que a gente, que a gente encaminhou aqui pra Comissão... e esse... toda essa documentação também na época a gente encaminhou para o Deinfra, e a todo momento a gente alertando... porque nós não tínhamos o poder de decisão, nosso poder era o de constatar, de alertar. Então por várias e várias vezes, dentro do nosso relatório, é, é, do nosso, do nosso diário de obra, dos relatórios mensais, várias correspondências. A gente sempre colocou a nossa preocupação com a questão do atraso da obra, né.

Então, isso foi... isso é constante, basta olhar os autos aí que tão com vossas excelências e vocês vão ver que a nossa preocupação sempre foi nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor mencionou algo que me deixou em dúvida aqui. O senhor disse que não estava sempre lá na obra. Acabou de falar isso. Mas consta nas relações de profissionais da supervisão praticamente todos os meses. Qual era a sua atuação efetiva? Estava em campo, só às vezes...

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não. Eu cuidava... eu cuidava, eu cuidava... o que eu tinha... eu sou o responsável técnico pela empresa pela área ambiental. Então, a minha equipe ambiental cuidava, sim, dessa obra, principalmente quando houve uma, a renovação da licença instalação onde a Fatma exigiu uma série de procedimentos, procedimentos ambientais que até



então não constavam. Por exemplo, a arqueóloga subaquática; a gente escaneou todo o fundo ali do mar, né, onde foi encontrado um navio muito antigo; controle de água; controle da qualidade de água; controle de qualidade do ar; a questão dos riscos, né.

Então, eu apareço porque eu sou responsável pela parte ambiental da Prosul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aquela relação de profissionais apresentados nos relatórios mensais, inclui profissionais que estavam em campo e que davam assessoria esporádica também então? *[Transcrição: Grazielle da Silva]*

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Sim, porque não era só o que tava em campo, tinha em campo, tinha em escritório, nós tínhamos... Os profissionais todos... de quando você faz uma supervisão de uma obra, os profissionais não estão todos no campo; alguns estão no campo e outros estão no escritório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quantos eram em campo?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Ah, não lembro agora. Isso... Talvez tu pudesse esclarecer com o engenheiro Celso, porque variou muito, variou muito; com certeza, fez uma variação assim enorme. Depende o pico da obra, depende o momento da obra, tinha mais ou menos profissionais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Supervisor Prosul-Concremat se limitava a fazer apontamentos aos relatórios mensais ou alguma vez participou de alguma medida mais concreta e incisiva para apontar situações de atraso ou lentidão nas obras da Ponte Hercílio Luz executadas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — A nós cabíamos fazer todos os relatos, o que acontecia na obra, fazer os alertas para o Deinfra, porque a nossa equipe era uma equipe... é... o nosso contrato era de apoio ao Deinfra; nós não tínhamos poder de decisão sobre o... contra... sobre o... executor da



obra; o que nos cabia, e assim é até hoje nos contrato de consultoria que a gente trabalha, a gente tá lá, é o apoio técnico. Nós somos um braço, éramos, na época, um braço do Deinfra na obra. Nós fazíamos todos os relatos, volto a dizer, esses relatos estão constantes em todos os... em todo esse material que foi entregue aqui exaustivamente, né. Agora, a decisão de, de, de romper com a empresa ou multar empresa, enfim, essas medidas administrativas e até judiciais, não nos cabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só se manifestavam pelos relatórios, então?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Pelos relatórios, pelos diários de obra e pelas correspondências enviadas durante o mês. Não era só pelo relatório de obra, só pelo relatório mensal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aconteciam reuniões para fazer?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Várias, várias reuniões, várias reuniões, várias reuniões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E em alguma foram apontados esses problemas relacionados ao ritmo e aos atrasos?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Em todas, em todas, em todas, em todas. E aqui eu até me permito, pra enriquecer aqui a discussão, é... O governo, na época, muito preocupado com essa, com essa questão da, da, do ritmo das obras, ele procedeu algumas reuniões na própria, no próprio Palácio, na 401, né, onde chamava a empresa executora, nos chamou, os engenheiros do Deinfra e tal, preocupado com o ritmo das obras, né? E ali, e ali era colocado claramente, sempre foi colocado claramente a nossa preocupação com o cronograma, é... o previsto, né, o previsto da obra e o que tava sendo executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quais autoridades participavam nessas reuniões?



O SR. WILFREDO BRILLINGER — Ah, os... participava normalmente o Secretário de Obras, o diretor do Deinfra, engenheiros do Deinfra, é... o superintendente, pessoal do Deinfra que tava na ponte... Era um grupo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Governador em exercício?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — O Gover... em exercício, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Governador na ocasião, né?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Sim, o Governador participou de... Ele que convocava essas reuniões, preocupado com o andamento das obras, né? Algumas reuniões foram feitas lá, não foram muitas, mas foram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele tinha ciência dos atrasos, então?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Tinha, tinha ciência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alguma vez o consórcio supervisor foi questionado pelo Deinfra acerca da real viabilidade da execução completa das obras conduzidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Se o Deinfra nos questionou? Nos questionou, e nós temos aqui um... temos aqui vários ofícios, inclusive temos um ofício aqui datado, que tá nos autos aí também, datado de 1 de julho de 2014, onde esse nosso relatório aqui é... essa, essa nossa correspondência foi base, foi base pra que se fizesse a rescisão unilateral do consórcio construtor na época, né? É... na verdade, toda, toda essa, essa, essa rescisão unilateral ela foi toda ela embasada em todo o trabalho que nós fizemos, em todo o nosso diário de obra, volto a dizer, todas as correspondências de alerta, é, enfim, a gente alertou o tempo todo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eles tinham a preocupação se a obra vai sair... eles perguntaram se a obra vai sair, de fato, é possível acabar essa obra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Veja bem, a cada reunião que se fazia se apresentava um cronograma, e a partir do momento que a empresa construtora dizia: “Eu vou cumprir esse cronograma.”, por mais que a gente duvidasse até, mas era, era difícil tu chegar naquele, né... a gente levantava, bom, mas pra fazer isso, vai ter que aumentar a equipe técnica. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*] [*Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

Vai ter que qualificar, tanto quantitativamente como qualitativo... sob o ponto de quantidade e qualidade a equipe técnica. Vai ter que, enfim, uma série de procedimentos administrativos na própria obra, para que se cumpra. É possível que se cumpra esse cronograma? É possível que se cumpra, evidentemente, dá para cumprir. Agora, tem que fazer uma série de procedimentos que até agora não foram feitos. Se você fizer de agora em diante, entrega sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a posição da Prosul-Concremat, era uma posição mais cética em relação a isso, mostrava ao Deinfra a dificuldade de se cumprir esse cronograma ou...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Nós sempre colocamos o seguinte: se fizerem o que estão propondo nesse momento, é possível terminar, sim, a obra. Agora, esses procedimentos, que estão sendo colocados agora aqui, até agora, durante todo esse período da obra, não aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E qual foi o momento que a Prosul, de fato, viu que a obra não iria acontecer?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Foi nessa, foi, foi, foi nessa, nessa, nesse... eu acho que neste documento final. Eu não tenho detalhes, talvez o engenheiro Celso possa... possa relatar com mais precisão, mas foi, foi no ano daqui de 2014, né, 2014. A gente sempre vinha alertando, mas esse documento, eu encaro esse documento aqui (*mostra documento*) como um documento fundamental, onde a gente faz aqui uma análise. No dia 1º de julho



2014 a gente encaminha um relatório para o Deinfra, onde aqui a gente faz um histórico, um histórico de toda essa questão do cronograma de execução da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wilfredo, isso foi em 2014, após cinco anos e meio de contrato. Já no período em que a obra já era para ter sido entregue já há mais de dois anos e meio. Só foi possível verificar então, de fato, que a obra não seria completa em 2014?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, não ao contrário. Se você observar toda a documentação que a gente encaminhou aqui, vai verificar que a gente alerta do risco de não cumprimento do cronograma previsto. A gente alertou o tempo todo. Agora, volto a dizer, a decisão de rescindir um contrato ou não, não era nossa. Assim como esse contrato foi rescindido em 2014, né, foi uma decisão do Poder Público, foi uma decisão do Deinfra, ele podia ter rescindido em 2010, podia 2011. Nós alertamos. Agora, não tínhamos poder...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra tomou alguma atitude efetiva?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Desculpa, eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra tomou alguma atitude efetiva em relação a...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim, tomou, tomou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...todos esses avisos antes de 2014?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Eu não tenho essa informação, eu não tenho essa informação. Talvez o engenheiro Celso, volto a dizer, que acompanhava o dia a dia da obra. Mas, com certeza, né, eu não posso afirmar detalhes, mas o Deinfra fazia notificações, etc., com base do que a gente, com base no que a gente levantava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No relatório de fevereiro de 2011 é a última vez que o senhor Fernando Hayashi é



mentionado como integrante da equipe técnica da construtora, sendo que ele era o responsável técnico da CSA Ltda. A partir da saída dele do canteiro de obras, havia mais algum profissional da CSA que, de fato, participava da obra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não posso te informar porque eu não...volto a dizer, eu não acompanhava a obra no dia a dia, não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O consórcio Prosul-Concremat foi notificado oficialmente acerca da saída da CSA da obra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Também não posso te, te afirmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como funcionava a verificação de alocação do pessoal do Consórcio Florianópolis Monumento, ou seja, os nomes que constavam no relatório eram os nomes daqueles profissionais que efetivamente estavam na obra ou o consórcio executor passava uma lista para compor o relatório do consórcio supervisor?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Deputado, não posso lhe informar, porque, volto a dizer, eu não acompanhei a obra no dia a dia, não tenho como saber.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Consórcio Prosul-Concremat se manifestou em alguma oportunidade sobre a aplicação de alguma penalização ao Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Que eu me lembre, não, até porque não era a nossa função. A nossa função é alertar sobre os problemas de atraso, todos os problemas da obra. A decisão se vai notificar, se vai multar, se vai rescindir, essa é uma decisão do Deinfra, na época, da Secretaria, Deinfra, enfim, do governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe se alguma penalidade foi alguma vez aplicada?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não sei, não sei te responder.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O consórcio supervisor intercedeu alguma vez em favor do consórcio executor para que não fosse penalizado ou sancionado pelo Deinfra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, jamais, jamais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O fato do contrato do Deinfra com o Consórcio Florianópolis Monumento ter perdurado durante cinco anos e meio foi vantajoso para o Consórcio Prosul-Concremat?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – É... não foi vantajoso e nem desvantajoso. Nós cumprimos aquilo que estava no nosso contrato, né. A, a, tem...só para deixar bem claro, só para deixar bem claro, o edital, o edital é muito claro, que dizia o seguinte, nosso edital, né, que a gente venceu essa licitação. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

Aqui no seu item, no seu item 432, é muito claro, que diz assim ó: (Lê) "A conclusão dos serviços dar-se-á com a entrega e aprovação do relatório do cadastro da obra concluída, *as built*, juntamente com todas as fichas de controle tecnológico dos serviços."

Portanto, nós estávamos lá, é... a, o nosso... o edital previa que nós ficaríamos lá até o encerramento da obra. E se a obra atrasou, não era problema nosso. A gente fazia os alertas, agora se a obra era para fazer em 24 meses e levou 36, e levou 48, nós não... não era nossa função essa de, de, de, de nos envolver com essa questão da, do cronograma físico financeiro da empreiteira...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas...

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Apenas alertar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o Consórcio Prosul-Concremat ganhou mais por ficar mais tempo na obra, inclusive, com meses com serviços paralisados?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — O Consórcio Concremat ele ficou na obra durante o tempo que tinha a empresa construtora lá. De acordo com o



nosso edital, nós tínhamos que ficar até o final da obra, só não ficamos porque o contrato foi rescindido unilateralmente, volto a dizer, graças a todo o trabalho que nós fizemos. Toda base da rescisão foi com base nas nossas anotações, nos nossos relatórios e a partir do momento que foi rescindido o contrato com a empreiteira foi rescindido o nosso contrato também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Wilfredo, essa pergunta eu faço para todos, é padrão: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Não, jamais, jamais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu estou... por mim, eram essas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Passo a palavra para ao Wilfredo se quer ainda alguma consideração final, breve, ou é isso?

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Eu acho que é isso, é... eu também queria fazer aqui só pra vocês é... só pra eu também poder justificar de repente... é... alguma, duas consideraçõenzinhas que eu acho importante aqui se me permitam, é...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — O senhor seja breve e esse documento pode ser remetido aos Deputados.

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Pode, pode sim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — O.k.

(O senhor Wilfredo faz a entrega dos documentos)

O SR. WILFREDO BRILLINGER — Eu queria fazer duas considerações que eu acho importante, é... que é o seguinte, só pra... é... vocês entenderem



né, aquilo que eu coloquei dentro da empresa, eu cuido da parte política, a parte comercial, a parte institucional. Só pra vocês ter uma ideia da Prosul, a Prosul em 2006, quando nós assinamos o contrato da ponte, nós tínhamos 109 contratos em execução e 750 funcionários. Em 2014 quando nós encerramos o contrato, nós tínhamos 304 contratos em andamentos e 1.051 funcionários. Por isso que é... é difícil, eu não tenho como acompanhar o dia a dia de uma obra dessas.

E aqui também eu gostaria de colocar... é, é, é... aqui gostaria de colocar, é... o nosso... nós ficamos lá na obra, nós ficamos lá na obra, é... durante, durante 75 meses, foi a nossa atuação é... na ponte nesse contrato, né? Nós faturamos R\$ 13,163 milhões, em 75 meses, isso dá um faturamento médio aqui de 175 mil por mês.

É... o atual consórcio, e eu não tô, eu não tô contra eles, não tô dizendo que tá errado, mas só pra medida de comparação, o atual contra... o atual contrato com a empresa de supervisão na Ponte Hercílio Luz é... já faturou 14,412 milhões, em 54 meses. Um faturamento médio de 267 mil por mês, ou seja, é um faturamento proporcional, já sob o ponto de vista absoluto maior que o nosso, né, e sob o ponto de vista de valor mensal, é, é... bem superior ao nosso.

Então, só pra registrar, não, não tenho nada contra, mas eu acho que é importante pra, pra se colocar, pra, pra se ter ideia de comparativo, né?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —
O.k.

Eu coloco ainda se tem algum Deputado que queria fazer questionamentos? *(Nenhum Deputado presente demonstra interesse em fazer questionamento.)*

É isso? Então, nós agradecemos a presença do doutor Wilfredo e também do seu advogado. Encerramos então essa oitiva.

O.k. Muito obrigada.



O SR. WILFREDO BRILLINGER — Obrigado também. Só pra finalizar queria agradecer. Eu acho que é um papel, um dos papéis, tantos papéis importantes da Assembleia, mas eu acho que um dos papéis importantes é fazer isso. Quando se tem dúvida, tem que se realmente chamar as pessoas, fazer CPI. CPI não quer dizer que as pessoas vão ser condenadas, né, vem aqui esclarece, fala aquilo que sabe, que entende, né, e eu espero ter ajudado, colaborado nesse processo da Ponte Hercílio Luz.

Muito obrigado a todos. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — O.k.? Obrigada, então.

Bom, enquanto nós damos o tempo necessário para que o próximo depoente também tome assento, eu quero colocar em apreciação o requerimento em relação ao ex-Governador. Quero fazer uma ponderação aqui, foi consultada a assessoria jurídica também, é possível que seja feito um convite, e acho que seria razoável fazer um convite, porque ele se dispõe inclusive a vir.

Então eu coloco em apreciação, se for assim aceito também pelo requerente. Pode ser desta forma Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, eu só gostaria de deixar registrado só uma data...

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Tem uma possível data, dia 30 de outubro já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, isso era a sugestão que eu daria.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Isso, é. Então, a possível data já previamente identificada pela Comissão: dia 30 de outubro às 17 horas, O.k.? Convite então ao ex-Governador Raimundo Colombo.



Em votação. Os senhores Deputados que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

O.k., então. Obrigada.

(O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu dirige-se a Presidente: "Deputada, se a vossa excelência me permite.")

Sim.

(O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu manifesta-se dizendo que o doutor Wilfredo gostaria de assistir a continuidade, é possível? Ele já deu o depoimento dele.)

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Acredito que sim, é perfeitamente possível. Tome assento.

(O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu justifica o pedindo dizendo que vieram juntos e vão voltar também.)

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Sim, tome assento, é público. Fique à vontade.

Bom, então agora nós temos a oitiva de Celso de Magalhães Carvalho, já está presente Celso de Magalhães Carvalho?

(A assessoria da Comissão informa que ele já está vindo.)

Ok, hum, hum. *(Pausa.)*

(A testemunha Celso de Magalhães Carvalho adentra o recinto e senta no local indicado pela assessoria.)

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Senhor Celso, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje nesta reunião? Por favor se manifeste ao microfone.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Sim.



A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade acerca dos fatos do que lhe for perguntado?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Sim.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Para que as taquigrafas possam fazer o registro, eu peço que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, idade, local de nascimento, e endereço, o mais perto possível do microfone.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Celso de Magalhães Carvalho, nascido em 5 de julho de 1947, no Rio de Janeiro, morador no bairro dos ingleses, na rua Mario Giocondo Crocetta, 245.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k. O senhor então também continua com acompanhamento aqui do seu advogado, e se o senhor desejar ter instrução do seu procurador é permitido, mas ele não poderá fazer qualquer manifestação, ou gesto de aprovação, ou desaprovação. Eu solicito ainda ao senhor procurador, que fale no microfone novamente o seu nome completo, o número da OAB e o endereço do escritório, por gentileza.

O SR. CESAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU – Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu, OAB 4.125, endereço rua Urbano Salles 133.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k.

Bom, agora, então, eu já passo a palavra ao Relator da Comissão, Deputado Bruno Souza, para fazer os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Celso, muito obrigado pela sua presença.

O senhor tinha, à época, alguma experiência em obras de estrutura metálica de grande porte, rebitada, tombada pelo patrimônio histórico?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Sim, na recuperação das obras da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, devido à enchente de



2000... não de 1974, eu vim pela empresa Essex Noronha, do Rio de Janeiro, participar dessa equipe. E nós recuperamos diversas pontes feitas pelos ingleses, quando eles abriram a estrada, que eram pontes metálicas, ao longo do trecho Imbituba, Urussanga, Orleans e Lauro Müller.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tinha alguma especialização em estruturas metálicas?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... especialização, no tempo que eu me formei, que é um pouquinho tempo, eu formei em 1970, engenheiro na Federal Fluminense do Rio de Janeiro. Naquele tempo não era praxe se fazer especialização e ou mestrado. Eu tenho especializações em rodovias, ferrovias e tráfego, tá? E o tempo, esses 49 anos hoje, tá, de engenheiro praticante, nunca parei de trabalhar, eu acho que me dão experiência suficiente para ter esse conhecimento. *[Transcrição: Felipe Pereira Bueno.]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia explicar qual o serviço do engenheiro coordenador de uma empresa de supervisão, qual sua dedicação, se é exclusiva ou não?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... não é uma dedicação exclusiva. Naquela época eu já era diretor da empresa Prosul, na parte de obras, diretor de obras, então eu tinha que coordenar todas as obras vigentes. Não sei dizer quantas eram, mas com certeza eram mais de dez obras concomitantes. Como essa obra se localizava em Florianópolis e é uma obra muito importante pra cidade né, é... nós realmente nos dedicávamos um pouco mais. Toda vez que havia uma reunião importante ou um fato novo importante eu me deslocava até a ponte e participava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quantas obras o senhor era responsável ao mesmo tempo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Hoje?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, na época.



O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Como eu disse, provavelmente mais de dez, eu não me lembro agora exatamente, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O orçamento para execução da obra previa itens de detalhamento do projeto executivo, ou seja, projetos complementares no valor de R\$ 22 milhões. Quais eram os critérios de medição para tais para tais projetos? Metragem, unitário, volume?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Esse orçamento que você tá dizendo era o orçamento da construtora, do Consórcio Florianópolis Monumento, tá. No edital do... do... da licitação dizia que o consórcio teria que fazer detalhamento de todos os projetos, fazer novos levantamentos, verificando qual era o estado da estrutura, uma vez que o projeto base licitado era um projeto entregue em 2004 ao DNIT, tá. Então os critérios de pagamento eram, eu não me lembro exatamente se era por prancha ou por item. Eu sei que nós verificávamos, nós recebíamos todos os detalhamentos de projetos feitos pelo Consórcio Florianópolis Monumento, verificávamos, tá, a parte de cálculo, a parte de detalhamento, quantitativos e muitos desses trabalhos inclusive não eram feitos no escritório nosso de supervisão de obra e, sim, no escritório da Prosul, aqui no centro de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se o projeto do edital estivesse atualizado e fosse exequível, precisaria desse item no orçamento?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Olha, quem fez esse orçamento e quem fez a licitação foi a equipe do órgão, tá. Nós naquela época estávamos fazendo a supervisão da execução da restauração da etapa 1, ou seja, viaduto de apoio, de acesso ao vão central. Não participamos desse... Qual foi o motivo? Mas eu acredito que, de qualquer maneira, se esse projeto base foi entregue em 2004, os levantamentos da situação da corrosão, que era o principal agravamento que nós tínhamos na estrutura, já deve... já deviam tá bem variando entre 70... entre... é, é, entre 1999/2004, tá.

Então haveria necessidade de qualquer maneira de fazer uma revisão detalhada, tá, e fazer algumas adequações. Talvez não houvesse de fazer uma



modificação grande, mas a modificação grande não foi no projeto. A modificação grande foi no método construtivo da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E na época esse valor seria suficiente para contratar um novo projeto para a ponte?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não sei dizer. Quem fez o contrato do projeto original foi o DNIT. Contratou um consórcio feito pela Sondotécnica e a francesa Ingérop, eu não sei nem os valores que foram envolvidos tá, não sei dizer, não sei calcular.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A supervisora, ela revisou os projetos?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... nós fomos recebendo os projetos do órgão, do Deinfra à medida que a obra ia evoluindo, tá. No... na etapa 1, o projeto dizia, conforme a situação de cada peça, se ela tinha uma coisa do tipo um, tipo dois, tipo três. Conforme essa detecção, então: tipo um, seria feito um reforço ou só uma limpeza, tipo dois, seria trocada peça, e assim sucessivamente. Então o projeto era orientativo, tá, e foi cumprido totalmente nessa fase.

Na segunda fase, nós recebemos o projeto praticamente concomitante com a chegada da...Consórcio Florianópolis Monumento, que venceu a licitação, e se não me engano assinou o contrato no... em dezembro de 2008, se eu não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem eram os responsáveis pelos aceites desses projetos?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não entendi sua pergunta. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A construtora, o Consórcio Florianópolis Monumento, encomendava esses projetos e os



senhores faziam as medições. Quem eram os responsáveis pelo aceite desses projetos, pelo o.k. desses projetos?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — A supervisora Prosul-Concremat, o consórcio, tinha duas obrigações. Um: verificar a qualidade e a, e a, e a, compl... e se esse projeto tava completo. E segundo, fazer... a, a construtora apresentava a medição e nós atestávamos a medição. A parte de, de faturamento e pagamento era do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então os senhores atestavam a qualidade dos projetos também. E quem fazia isso dentro da Prosul?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — É... Essa equipe é, era uma equipe multidisciplinar, mas é importante ressaltar a presença de um consultor internacional, o engenheiro inglês Richard Lamb, com grande experiência nesse tipo de obra, tá? Já tinha feito lá na, na Europa e... se eu não me engano nos Estados Unidos, várias recuperações de ponte estaiada. Eu não sei se ele foi consultado por vocês aqui, fez a testemunha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Celso, verifica-se nos relatórios de acompanhamento mensal, emitidos pelo consórcio supervisor, que o executor descumpriu reiteradamente alguns itens contratuais ou de edital, tal como o descumprimento do cronograma executivo. Quais atitudes foram tomadas em relação a essas negligências do executor?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Bom, a... o Consórcio Florianópolis Monumento, a supervisão, a sua função era dar apoio técnico e informações ao Deinfra, que era o órgão que tinha o poder — vamos chamar assim — de polícia, de advertir, multar, punir. Tá?

É... a partir... Em 2010 houve a mudança do método construtivo. Janeiro de 2010 a reunião primeira, tá, onde se apresentaram os motivos e realmente nós, pela, pela, pelo consórcio participamos e concordamos que aquilo obrigava a mudar o método construtivo.



Bom, na sequência esse... no come... final, durante o ano de 2010 ele foi apresentando os projetos dessa nova metodologia; 2011 ele teria que começar a construir a chamada de ponte de sustentação provisória, que ia escorar por baixo, que tá ali presente e serviu, perfeitamente, essa fase agora da Construtora Teixeira Duarte.

Bom, é... Começo de 2011, ele devia começar a executar, e nós começamos a notar que não estava executando no ritmo ideal. Começamos, nessa fase, a alertar o, o fiscal — nossa comunicação com o órgão era o fiscal —, fazia documentos ao fiscal.

2012 esse atraso tornou-se, é... irré... vou chamar assim de irreversível. Nós passamos então a fazer, é, mensalmente uma co... lançar no diário de obra, fazer uma correspondência ao engenheiro fiscal e pegar cópia dessa correspondência protocolada e mandar ao Governador, tá, haja visto a nossa preocupação com este problema, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Todo mês era feito esse relatório?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Todo mês...

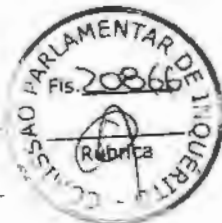
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa preocupação era externada todo mês?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO –... Todo mês...

Em 2012 era todo mês. A partir de 2013 passou a ser semanal a correspondência, o lançamento no diário de obra, que são os dois documentos legais contratuais, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a correspondência ao Governador era semanal?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... nessa fase a gente protocolava, vamo dizer, no primeiro dia da semana para o engenheiro fiscal, e dois dias depois entregávamos, protocolava no Governador.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem era o engenheiro que o senhor menciona? Quem era o fiscal...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – O engenheiro da Prosul?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, o fiscal que o senhor...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Nessa época era o engenheiro Wenceslau Diotallevy.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor entregava essa comunicação diretamente ao Governador Raimundo Colombo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não, nós deixávamos protocolados por ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que o consórcio supervisor relata com mais ênfase o descumprimento do cronograma apenas nos relatórios finais? Se lá em...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não. A partir de 2013, inclusive tem uma listagem no, no, no a, num dos anexos, aquela correspondência enviada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Fale mais próximo ao microfone.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO –... Tem uma... Tem um dos anexos, que eu vou até ver qual é, aquela correspondência enviada no início dos trabalhos aqui, à CPI, tá?...

(O Depoente manuseia vários documentos.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu me refiro à ênfase maior à pe... Já que o senhor disse que em 2012 os senhores já tinham noção de que se tornou impraticável, por que...



O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Tá, não estava, estava se tornando impraticável, estava se tornando impraticável, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando que o senhor considera que...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – DVD 4, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando que o senhor se deu conta que realmente a obra não seria exequível?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – 2014. A partir de 2014 nós, é... demo mais ênfase a essa situação. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

É... nessa época o Governador começou a convocar reuniões mensais, tá, na, na, na, no 401, na SC-401, onde nós comparecíamos, comparecíamos os principais Secretários de governo, o presidente do Deinfra, o engenheiro fiscal e o representante do Consórcio Florianópolis Monumento. E aquilo foi se agravando e, no início de junho, praticamente as obras estavam abandonadas, vazio o canteiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... então o senhor alega que só em 2014 o senhor percebeu que seria inexecutável?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Não. A partir de 2014 era irreversível, antes não, não seria irreversível. Teve que fa... teve vários aditivos de prazo, aditivos, até teve um ou dois aditivos de valor, tá, pequenos, de coisas que não tavam previstas no projeto inicial. Mas, no caso específico, 2012, primeiros alertas; 2013, tornando-se preocupante; 2014, tornando-se, não vou dizer irreversível, porque isso não existe, mas tornando-se muito difícil de reverter.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então em 2012, 13, o senhor ainda acreditava que era possível realizar a obra?



O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Não, não acreditava.

Achava que poderia haver uma reação, dependeria das atitudes que o órgão iria tomar com a construtora. Dentro da, do contato com a construtora havia primeiro uma advertência, depois uma multa e depois a rescisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foram cinco anos e meio com a obra concluída em apenas 40%. Não se demorou muito para verificar isso?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Não, nesses relatórios que o senhor mesmo citou de 2012... A partir de 2012 a gente citava sempre anexo: qual a percentagem devia tá no cronograma e qual estava. Então... se aparentava, então, bem mais grave ainda a situação. Percentagem e cronograma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Na imagem projetada, e aí no computador também.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Verifica-se que durante algum tempo o consórcio supervisor realizou medição em montante maior ao do executor, ou seja, quem supervisionava estava medindo mais do que quem fazia a obra, de quem restaurava a ponte. Quem supervisionava a restauração estava medindo mais do que quem estava restaurando, inclusive, durante alguns meses seguidos, como ali está apontado.

Senhor Celso, considerando que o Consórcio Florianópolis Monumento jamais alcançou o percentual previsto de execução, alocando poucos trabalhadores e equipamentos, não parecia evidente que eles não tinham condições de executar a obra?



O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Vou me reportar à resposta anterior. A partir de 2012, preocupação; a partir de 2013, muita preocupação; a partir de 2014, prática, quase uma certeza.

Quanto esse... parte de faturamento. Nós tínhamos obrigação de estar mobilizados na obra com vários especialistas, especialista em obra de arte, especialista de planejamento, esses tinham que tá presentes. O nosso contrato não estava hora nenhuma vinculada à produção da construtora. À medida, me permita, à medida que a construtora diminui o ritmo e causa mais preocupação, tá, o próprio órgão pede que a gente aumente a fiscalização, a verificação, com mais alocação de pessoas.

Outro fator importante: em 2010, quando foi feita a mudança do método construtivo, a Fatma é, pediu uma série di, di, de estudos novos para revalidar a licença que se referia ao processo do DNIT de 2004, o projeto de 2004. Isto aí nos obrigou a fazer mergulho, é... escanear o fundo do mar, arqueologia submarina, uma série de coisas, que tiveram que ser remunerados.

Nesses picos que aparecem de medição (*mostra na imagem*), tá, tá da Prosul ali na fase 2010/2011, são esses serviços exigidos pela Fatma para revalidar a licença, que foi revalidada.

Bom, voltando a isso. Se eu tenho que estar lá para verificar que ele não está construindo ou está construindo errado, eu tenho que estar lá. Se eu estou lá, a minha remuneração contratual é por homem/mês lá trabalhando, não há como evitar, isso acontece, tá? É muito ruim, é muito ruim por causa que leva esse tipo di, di, de pergunta, mas que, legalmente, a nossa, nossa remuneração foi perfeitamente adequada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que foi permitido dilatar o prazo de execução em mais dois anos, dois anos além do inicial previsto, aditar valor e valor contratual, quando se ainda estava claro que não eram cumpridos os requisitos dessa obra desde o início? O aditivo de prazo foi em 2012, dando mais dois anos e meio por contrato?



O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — O senhor tá falando do contrato da construtora?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Tá.

A... quando foi mudado o método construtivo, a partir de janeiro de 2010, já houve um aditivo, mas que não deu reflexo financeiro, mas de troca dos elementos que iam ser executados e medidos, tá? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

A partir de 2012, quando já estava claro que seria possível cumprir o cronograma inicial, acho que terminava no segundo semestre de 2012, eu não tenho certeza, tô especulando, tá, começamos a pressionar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No microfone, por favor.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — ...começamos a pressionar o próprio consórcio construtor, tá, e o engenheiro fiscal que tinha que dar um jeito, ia vencer. E aí, a, a, o Consórcio Florianópolis Monumento, dentro de uma regra que existe no Deinfra até hoje, ele tem de pedir um aditivo de prazo numa antecedência de sessenta dias do vencimento. Ele cumpriu, mas foi em cima do vencimento. Obedeceu o que tava no contrato dele, no edital dele, mas foi... tava em cima do vencimento, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor aparece como responsável técnico do Consórcio Prosul-Concremat a partir da 25ª medição, referente a agosto de 2008. Portanto, um pouco antes do início da segunda fase. O senhor poderia explicar quais os procedimentos para a substituição do engenheiro anterior? E o senhor teve que apresentar CAT como responsável técnico ao Deinfra?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — É... bom... A minha ART, que é a nossa Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Crea, eu, pela empresa, eu sou o responsável técnico desde agosto de 2006 até 30 de



junho de 2014. Tá? Isto não quer dizer que eu vou ser remunerado nas medições. É uma responsabilidade da empresa designar uma diretoria pra tocar e um responsável técnico legal perante o Crea.

Com licença... (O depoente toma água.)

A partir dessa data, provavelmente foi me pedido uma maior presença... Desculpe. Uma maior presença nas reuniões, tá? E aí meu nome apareceu eventualmente junto ao órgão e jun... Não sei nem se eu cheguei a ser medido, acho que não, tá? O.k.? Então espero ter respondido a sua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O anexo 7 do Edital 12/2006 estabelecia a quantidade de engenheiros por etapa. A etapa 2, que envolvia o reforço das fundações (que sofreu alterações) exigia o índice de 0,352 engenheiro coordenador por 10 meses, ou seja, o profissional deveria dedicar 35,2% do seu tempo pra supervisionar a obra. A etapa 3, recuperação do vão central, exigia um índice de 0,746 engenheiro coordenador por 36 meses. Isso precisaria de 74,6% do seu tempo presente na obra.

O senhor considera que o Consórcio Prosul-Concremat respeitava essa dedicação exigida do profissional da supervisão da obra? Tem um *slide* aqui que apresenta justamente essa necessidade das etapas, segunda etapa e terceira etapa.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Primeira, primeira colocação que eu quero fazer: a etapa 2 não se realizou, de obra. O Consórcio Prosul-Concremat é quem fez um estudo do projeto do DNIT para a etapa 2 e concluiu que ele era superdimensionado, tá? Não era necessário cumprir aquilo que estava no projeto. Realmente não foi cumprido, hoje aí pela Teixeira Duarte esse estudo da Prosul importantíssimo, deu um ganho pro erário e evitou essa des... essa despesa, e foi seguido agora Teixeira Duarte.

Deixa eu voltar. Essas percentagens, elas não são obrigatórias de ser cumpridas dentro do canteiro de obra, tá? Existe uma série de atividades que você tem e pode fazer do seu escritório, estudar relatórios, orientar. Então, se foi medido, tá, na etapa 2... Nossas medições, na época... desculpe, deixa eu



voltar um pouquinho atrás. As medições do Consórcio Prosul-Concremat não separavam por etapas, usavam aquela planilha que está no final dessa, do edital que o senhor tá vendo, a planilha tem 44 meses de trabalho com todas as somas acumuladas. Não... O órgão não separava, medição da 1, da 2, da 3. Até porque na 1 a gente usava, estudava essa parte da 2, esse projeto da 2, tá?

Então, eu não acredito que eu tenha sido medido nesse valor o tempo todo, acredito que não, teria que verificar, não me lembro mais, tá? Que à época que eventualmente eu tenha sido medido, que eu poderia ser cobrado isso, não fui medido e dava atenção, não há problema, tá? Foi nessa época que me pediram pra participar das reuniões, primeiro pra mudança de método construtivo e, depois, pra poder pressionar o consórcio quando... ele tinha, inclusive, também só dois engenheiros na obra, o consórcio construtor, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Teria que verificar.
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade o relatório 25, que nós iremos apresentar aqui também, o relatório da 25ª medição aponta que o consórcio supervisor alocou 0,48 engenheiro coordenador, ou seja, aproximadamente metade das horas mensais ele estaria trabalhando na supervisão da Ponte Hercílio Luz. Por que a diminuição aconteceu, senhor Celso?

O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Não entendi a pergunta da diminuição. Se... se nesse relatório apontou 48 é porque eu dediquei 48%, provavelmente foi uma das fases críticas que me pediram mais tempo. Agora, eu não sei se reduziu, por que reduziu. Eu não me lembro dessas medições. Se o senhor julgar importante, eu vou estudar esse assunto e retorno em outra oportunidade.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade é porque a exigência de 0,74, era 74,6% e a medição aponta que o consórcio supervisor alocou 0,48.

O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Como o senhor mesmo disse, tá, se o consórcio construtor estava diminuindo o ritmo, é muito provável que o próprio órgão tenha pedido pra reduzir o custo, tá, não precisa mais, porque se não tem velocidade, eventualmente...

Como eu disse, eu preciso reestudar esse assunto, tá? Tô fazendo aqui uma hipótese, pode... é uma... provável, porém não garantido. Eu gostaria de estudar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Deputado Bruno, são 12h30min, nós estenderemos mais quinze minutos para a conclusão, o.k.? Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Celso, peço que o senhor olhe as ARTs da supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz. Gostaríamos que o senhor explicasse o motivo de tantas ARTs... Nós vamos entregar para o senhor os documentos.

(A assessoria da CPI entrega os documentos ao depoente.)

Peço que o senhor olhe essas ARTs da supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz e gostaríamos que o senhor explicasse o motivo de tantas ARTs anuladas.

(O depoente analisa os documentos.)

Enquanto o senhor olha, vai ficar na tela uma imagem que mostra todas as anotações, sendo que as da parte de cima foram todas as anuladas, e as de baixo apenas a última foi informada a data de baixa.

Veja bem, as ARTs que tinham o período de responsabilidade especificado, com início e baixa, estão anuladas, enquanto outras, como a 2558591-0, a segunda da lista, consta obra/serviço em andamento desde 2006, como pode ser verificado na tela aqui.



A segunda ART informa que está em andamento...

O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Eu vou pedir pro senhor depois repetir, porque eu vou responder cada caso. Eu posso responder cada caso? O senhor vai terminar a pergunta aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou... eu vou... eu vou fazer a pergunta e o senhor...

O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Aí eu vou lhe pedir pra... pra colocar

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vamos... vamos... vamos fazer a pergunta, está bom?

A segunda ART informa que está em andamento até hoje, pois não tem data de baixa: atividade de coordenação de controle de qualidade e supervisão e fiscalização, ambas em pontes, viadutos ou elevados metálicos.

A terceira ART, de 13/05/2010, como pode ser verificado na tela, ela especifica o período de maio de 2010 a agosto de 2012, foi anulada por substituição, quando da ART de 31/08/2012 - no período de maio/2010 a agosto/2012. O senhor foi responsável técnico pela supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Perante o Crea, Anotação de Responsabilidade Técnica representando a empresa Prosul, parte do consórcio, fui, tá? Quanto essas que o senhor diz, anuladas, elas não são anuladas, elas são substituídas por outra. Então fica a presença integral da pessoa, só substitui o documento. Às vezes, porque entra no serviço, eu vou fazer especulação também, entra um item novo que gera classificação e eu tenho que fazer uma nova ART. Teria que verificar também, mas não há anulação, tá? É importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que não há data de baixa?



O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Isso... Se não há data essa baixa aí, é uma falha da empresa, do consórcio, e nós vamos dar baixa, porque tamo aí gastando um valor desnecessário. O nosso contrato foi... foi encerrado unilateralmente em agosto de 2015.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A última ART que vamos mostrar informa que a obra/serviço foi concluída e que a data de ingresso na obra foi 16/04/2013 a 18/04/2013, essa última ART que o senhor tem à disposição na tela. Ou seja, apenas quatro dias, incluindo todos os serviços e cancelamentos à ART anterior.

Pelo exposto, gostaríamos que o senhor explicasse o motivo de tantas ARTs e qual, e essa última, se o senhor poderia explicar por qual motivo ela tem quatro dias apenas?

O SR. CELSO DE MAGALHAES CARVALHO — Provavelmente essa ART foi emitida e como o nosso contrato foi paralisado no dia 01 de julho de 2014 e encerrado unilateralmente em agosto de 2015, ela tem que ser cancelada. Então, se tá paralisada, ela não tem... teria que estudar, mas todo... durante todo o tempo foi cumprido o nosso dever legal de fazer ART e o serviço foi prestado de acordo com o contrato. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas uma ART de quatro dias, o senhor saberia o motivo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Como eu disse, teria que estudar, provavelmente foi pra... paralisação da obra eu tenho que encerrar a ART. Tenho que ver.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Celso, nós solicitamos ao Crea que fornecesse as ARTs emitidas pelo senhor no período de 2006 a 2015, sendo informadas 206 anotações, não incluindo as anuladas, como vimos anteriormente.

Considerando que os relatórios mensais e as medições informam que o senhor exerceu a função de coordenador da equipe no período de setembro de



2008 a agosto de 2009, bem como de maio de 2010, gostaríamos que o senhor explicasse com que frequência o senhor visitava as obras ao qual estava vinculado por meio das ARTs?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Bom, eu vou ter que explicar uma coisa primeiro. A maioria, no, essas ARTs são de responsabilidade técnica, responsabilidade técnica perante o Crea não implica em dedicação de qualquer tempo, é apenas a pessoa responsável, se houver um desastre ou um problema, a pessoa ser responsabilizada, até eventualmente criminalmente, porque ela é responsável. Então, como eu sou o responsável por todos os serviços da Diretoria de Obras, como diretor, sou obrigado a exercer a função, embora possa designar um dos meus gerentes para ser a pessoa direta, eu tenho que fazer essa ART. Então sendo duzentos, trezentos, não há a menor problema.

Segundo, a percentagem de trabalho no, no Deinfra, aqueles valores que se forem, foram emitidos é que teriam que ser verificados, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou exibir algumas ARTs aqui, peço que coloquem na tela apenas alguns exemplos de trabalhos que foram exercidos ao mesmo tempo com a supervisão da Ponte Hercílio Luz.

Primeiro: é do Deinfra, serviço de supervisão e fiscalização de obras da Ponte Hercílio Luz, expedido em 20/12/2006, término previsto para 10/04/2010. Segundo: vem da Prefeitura Municipal de Chapecó, serviço de supervisão e fiscalização de obras, expedido em 19/08/2008, término previsto para 04/01/2013. Terceira: Projeto Geotecnia, 108 quilômetros, BR-342 em Nova Venécia, Espírito Santo, expedida em 19/08/2008, término previsto para 12/01/2010. Quarta é pelo Deinfra, serviço de supervisão, no quilômetro 15 na SC-450, em Praia Grande. Quinta, projetos executivos de obras emergenciais, 247 quilômetros de rodovias no Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina. A sexta é o DNIT, coordenação projetos rodovias, 112 quilômetros da rodovia BR-280, São Francisco do Sul. A próxima é serviço de supervisão, 17,4



quilômetros na rodovia SC-447 também. O outro, projeto geométrico e terraplanagem, 430 quilômetros, BR-135.

E, por último, vou colocar uma tela com o mapa: o senhor poderia explicar como fazia para coordenar a execução de cinco projetos e a supervisão de seis outras obras, tudo isso ao mesmo tempo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Conforme eu já lhe expliquei. A emissão de uma ART de responsável técnico não representa garantia de dedicação horária e, sim, responsabilidade legal. Tá? Essas obras todas, eu me lembro de todas elas, era responsável legal. Eu tenho cinco gerentes, hoje, naquela época talvez tivesse um ou dois só, e posso delegar aos gerentes, aos engenheiros supervisores e exigir apenas que se cumpram.

O senhor tá encarando a ART como um compromisso de tempo, não é isso. Espero que o senhor verifique.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor visitava essas obras?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Eventualmente, sim; uma vez cada dois meses se necessário. Se estivesse correndo bem, às vezes não era necessário. Como eu disse, é um diretor, tá, hoje eu tenho 35 contratos ativos na minha diretoria, tá, espalhados no Brasil inteiro, nós trabalhamos em todos os Estados, menos dois no Brasil, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na Ponte Hercílio Luz, era a mesma coisa?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Na Ponte Hercílio Luz era, uma, um percentual menor, como eu disse, deveria ter pelo menos dez, doze contratos naquela época, mas eu não sou obrigado a comparecer pra eu ter minha responsabilidade técnica, tá? Tem que verificar se essas ARTs são de responsabilidade técnica ou não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a sua atenção... só para nós entendermos, a sua atenção com a ponte era a mesma que com as outras obras.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Conforme eu falei no início, da, da minha audiência aqui, tá, a Ponte Hercílio Luz tem uma importância muito grande para o Estado de Santa Catarina, para Florianópolis, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Então... Com licença.

Eu dedicava uma atenção muito superior a que eu dedicava aos outros contratos que existiam na mesma época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor declarou em reportagem publicada no Jornal Notícias do Dia, de 11/05/2011, está na tela, que "o contrato para a segunda e última etapa de restauração e reforma da ponte termina em 2012", acrescentado na sequência "que fatos novos poderão adiar a inauguração".

Haja vista que a obra não foi entregue em 2012, o senhor poderia explicar quais os fatos novos adiaram a inauguração? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Como eu te disse, pela data dessa entrevista, vamos dizer assim, foi 2011. Em 2011 nós começamos a ficar preocupados com o ritmo de obra e que ele poderia não permitir a término a data prevista. Tá?

Então acho que essa minha declaração aqui bate bem com aquilo que eu lhe expliquei da evolução dos problemas 2011, 2012, 2013 e 2014, então, tá bem coerente com o que o senhor viu aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Prosul-Concremat participou da elaboração do edital de licitação para a fase 2, dos trabalhos no vão pênsil, da restauração da Ponte Hercílio Luz?



O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Não, absolutamente. A nossa função é supervisionar a obra, parte administrativa é do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Presidente, eu estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Questiono se algum Deputado quer se manifestar. *(Pausa.)*

(Nenhum Deputado presente demonstra interesse em fazer questionamento.)

Vossa excelência quer fazer alguma consideração final ainda, doutor Celso?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO — Só de agradecer aí a atenção e dizer que nós, da Prosul, continuamos a inteira disposição no sentido de esclarecer qualquer dúvida que haja, tá?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — O.k. Então não havendo mais perguntas a serem feitas, dou por encerrado o depoimento do senhor Celso. Agradeço a sua presença e a do advogado.

Solicito que a assessoria o encaminhe até a área externa.

(O depoente pergunta ao senhor Relator se pode levar o documento para verificar.)

(O depoente deixa o recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, lembrando que teremos reunião dia 29 de outubro, terça-feira, às 17 horas.

Justifico, ainda em tempo, a ausência do Deputado Sargento Lima em função de agenda em Brasília.



Obrigada. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira/Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 11H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc. Cumprimento todas as senhoras e todos os senhores que se fazem presentes nesta reunião.



Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Ato da Mesa nº 30, de fevereiro deste ano.

Não há ata a ser lida, tendo em vista que não ficou pronta. Vai ficar para a próxima reunião.

A pauta de hoje é a oitiva do senhor João Raimundo Colombo, na condição de convidado, conforme aprovado nesta Comissão.

Convido sua senhoria, o senhor João Raimundo Colombo, para fazer parte da mesa. Por gentileza, sente-se ali naquela cadeira.

(O senhor João Raimundo Colombo senta-se no local indicado pelo senhor Presidente.)

Senhor João Raimundo Colombo, vossa senhoria se faz acompanhar de advogado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor João Raimundo Colombo requereu a este Presidente que possa ter ele a condição de fazer uma apresentação antes das perguntas do Relator e dos demais senhores Deputados.

Defiro o tempo de até dez minutos para vossa senhoria fazer a exposição. Vai aparecer aqui *(no lap-top)* e aparecer no telão *(refere-se à projeção de imagens)*.

(O senhor João Raimundo Colombo manifesta-se fora do microfone dizendo que a sua exposição será oral e que não se utilizará de projeção de imagem.)

Oral? Ah, não tem nada a ver com imagem. O.k., então vai ser oral.

Então o senhor João Raimundo Colombo vai ter até dez minutos para fazer a sua apresentação.

Como vossa senhoria foi convidado e aprovado por esta Comissão, deixo de fazer as perguntas de praxe se convocado fosse. Mas alerto vossa senhoria que se



não quiser responder qualquer pergunta formulada pelo Relator ou pelos senhores Deputados, vossa senhoria tome a decisão que achar pertinente, adequada.

Eu gostaria que o senhor, então, dissesse o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Bom dia a todos.

Meu nome é João Raimundo Colombo, é... sou empresário rural e moro na Avenida Rubens de Arruda Ramos, 1.389, apartamento 601, Edifício Sant Claude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — São 11h10min e vossa senhoria tem até dez minutos para a sua fala inicial.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Bom, cumprimentando a todos os senhores Deputados e agradecendo a oportunidade e afirmando do prazer de estar aqui na Casa do Povo e perante a todos os senhores, é uma alegria pra mim e assim eu os cumprimento, eu vou tentar fazer em dez minutos uma apresentação rápida das ideias que fazem com que o dia a dia de um governante se transforme nas ações que... que dela decorrem.

Quando você assume o governo, né, vindo de fora do governo, você é atingido por um mundo de pessoas que têm seus projetos, que têm suas ideias, né, e um dos grandes desafios era a questão da mobilidade em Santa Catarina: é a questão de Chapecó, a questão de Blumenau, de Jaraguá, de Criciúma, e aí você tem a via rápida, o acesso complicado em... em... em... em Chapecó, você tem a Antônio Heil, quer dizer, um conjunto de obras, né, e na Grande Florianópolis havia, realmente... era o maior desafio de todos, além da... de um outro desafio muito grande na região de Blumenau.

Então, as propostas que chegavam pra gente, de vindo de, de pessoas de dentro do governo e de fora, elas traziam ideias boas, mas que precisavam mostrar a sua viabilidade.

Então, por exemplo, uma questão: fazer a Beira-Mar Continental, continuar ela duplicando, é uma ideia muito boa, mas um custo muito elevado, com desafios ambientais muito altos, né? E você tinha que... a ideia era fazer uma área criada



nova e vender esta área pra iniciativa privada, que pagaria a obra. É uma ideia que, pro futuro, eu acho red... interessante. Mas ela, no momento, ela é totalmente impossível de ser realizada.

Outra ideia que veio era um túnel submerso. Uma empresa de São Paulo colocou o seguinte: olha, o... o... nós fazemos a obra e cobramos um pedágio. Tá, mas e as outras pontes? Não, pedágio é só nesta obra. Olha, é interessante. Eles vieram, fizeram todo um estudo, saía ali na ponta da Beira-Mar ia até lá no Angeloni, né? A conclusão deles foi que teria que o Estado pagar dois bilhões e o... e o... e a... o pedágio seria quase R\$ 50,00. Então não era de graça, né?

Aí tinha também estudos marítimos, né, que levava, levava ao norte da Ilha, à região de Palhoça. A gente estimulou todos esses estudos, né, isso por custo da empresa. *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Conseguimos junto ao BNDES um projeto pago pelo BNDES, o Plamus, Plano de Mobilidade Urbana, né, que está à disposição. E algumas obras já estavam até em andamento, como, por exemplo, a duplicação da 401, né? Aí nós conseguimos fazer a duplicação dos Ingleses, a 405, a terceira pista; a 407, a terceira pista; o acesso sul do aeroporto. Então foi um conjunto de obras realmente muito significativo, o recapeamento da estrada pra Jurerê. E aí a gente já constatou, já num primeiro momento, a dificuldade do consórcio que estava fazendo a ponte em relação à capacidade de fazer essas obras todas ao mesmo tempo, porque eles tinham ganho também a construção do terminal do aeroporto de Florianópolis, do terminal do aeroporto em Porto Alegre, que era da... do órgão federal, o hospital aqui, da Base Aérea.

Então eram muitas obras e nós queríamos que essas obras andassem.

Em relação à travessia, a gente estudou todas as alternativas possíveis e chegamos... Aí tinha também o alargamento da Via Expressa, né, que agora se realizou; o contorno da Grande Florianópolis. Todo mundo ajudando pra que essas coisas saíssem do papel e se realizassem.

Em paralelo a Ponte Hercílio Luz era uma opção. A obra tava se arrastando, né, e não tinha no Orçamento do Estado nem o financeiro, nem o orçamentário



correspondente. Então... eu também não tinha na época a segurança de que aquela era a melhor opção, até porque não é uma recuperação de uma ponte, uma obra, é uma restauração, e isso implica em respeitar todas as ações dos órgãos, né? Por exemplo, a ponte você teria que fazer ela com rebite e não com parafuso, era uma exigência do Iphan, e tinham muitas outras exigências. Isso tornava isso bastante complexo.

Mas a pergunta é o seguinte: é possível fazer o uso pleno desta, desta, desta rodovia? Então... dessa ponte? Então aí a gente começou a estudar com o nosso grupo de trabalho, cujo Secretário inclusive está chegando agora aqui, era o Secretário Valdir Cobalchini, né, e... também depois Carlos Ecker, Secretário de Obras; e depois o Deputado Vampiro, foram os três Secretários deste período - aqui está o diretor-presidente do Deinfra na segunda etapa, eu soube que o Paulo Meller já tá aqui, já teve aqui; o engenheiro Wenceslau foi, depois, o responsável pela obra... E esse processo todo era um processo muito difícil de decidir, porque era de alta complexidade, né? E tinha um problema grave: tem que... tem que arrumar o dinheiro também, porque senão fica na... no processo de não andar. Aí a... a... a gente começou a alocar recursos e pressionar pra que a obra andasse no ritmo necessário.

E nós começamos a perceber claramente que a empresa, não me cabe aqui juízo de valor, mas o consórcio não tinha a capacidade técnica pra executar a obra. E as empresas associadas que davam a sustentação técnica estavam descontentes e saindo da obra, né? Então nós só tínhamos uma solução: romper o contrato, não havia outra solução. E romper o contrato só não adiantava, tinha que achar alguém que tocasse a obra e que tivesse perfil. E a terceira etapa tinha que ter o dinheiro, porque também senão, que parceiro você vai arrumar se você não tem o dinheiro pra fazer a obra, né?

Então, eu tenho que agradecer aqui também a parte jurídica, né, e aqui está o doutor Serpa, que foi uma pessoa muito importante, tá o Procurador João dos Passos, a quem eu agradeço muito, e eles fizeram esse trabalho de construir um instrumento jurídico que desse segurança, porque o Estado sempre é mais penalizado quando isso é... foi feito um julgamento. Então... haja visto, por



exemplo, e era uma coisa que eu tinha na memória, nós não podemos repetir o resultado da 401, que foi interrompido um consórcio, né, uma obra, e nós temos um esqueleto no armário aí, um passivo enorme que tá sendo discutido até hoje na Justiça, sobre como fazer pra poder concluir.

Então foram tomado todos os cuidados, com extrema cautela, com muito aprofundamento jurídico pra gente poder chegar, né, à conclusão de... de um rompimento unilateral da... do contrato que tava sendo desenvolvido.

A partir daí aconteceu também um desdobramento, e já antes, já tinha sido interrompida a obra da, dos Ingleses, porque ela não continuava, era uma tristeza, você ia pela 401 e você via as máquinas funcionando, era uma empresa não sei da onde, tocava que era uma beleza. Aí você derivava pros Ingleses, tinham duas máquinas, não andava, não parava... não funcionava, e as pessoas cobrando bastante, né?

Então nós conseguimos arrumar os recursos através do, do... fizemos alguns esforços, inclusive um o Cobalchini lutou muito pra gente aprovar, da Lei Rouanet, um valor significativo. Nós fizemos com que os órgãos do Estado aportassem na Lei Rouanet o lucro correspondente pra aplicar na ponte, mas nunca conseguimos, junto ao Ministério da Cultura, liberar esse dinheiro, né? Ficou... a burocracia dominou e esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa senhoria tem mais três minutos. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — E esse caminho não se mostrou, né, adequado.

Então, aí com todo o grupo técnico, nós nos dirigimos à empresa que construiu a ponte, a americana American Bridge, que deu toda a segurança técnica e a garantia, depois de três dias de debate, com o projetista, que é um engenheiro alemão, o nome dele é Jurn, e eles conseguiram, né, fazer... nos dar a segurança de que tecnicamente era possível a restauração e a entrega pra plena atividade à sociedade catarinense.



A partir daí se procedeu ao processo de dispensa de licitação, né, que foi uma coisa muito elaborada e muito construída, tanto é verdade que deu certo, nós ganhamos em todas as instâncias, né, os recursos que foram colocados. Uma coisa que a gente exi., exigia era absoluta transparência, porque uma obra dessa complexidade e com essa coragem de procedimentos, então toda peça que era tirada, que era substituída, você fotografava a peça que tava saindo, fotografava a peça que tá entrando, assinam os engenheiros, quer dizer, esse processo todo ele... ele foi feito. E, claro, tem que ter todo um cuidado.

Eu vou narrar, por exemplo, um exemplo que todos nós, agentes públicos, estamos enfrentando. Ali, quando deu aquele processo do Morro dos Cavalos ali — um minutinho só, Presidente, quero narrar isso pra colocar no contexto das preocupações —, o governo do Estado só tinha um jeito: era seis horas de fila, era acidente toda semana, mas é uma obra federal, então o procedimento jurídico, que foi liderado pelo doutor João dos Passos, era usado, nós temos que entrar na Justiça contra o governo federal, mas isso é uma coisa difícil de fazer, porque qualquer ente procura ter o melhor relacionamento com o outro, e quando você faz uma demanda judicial, esse relacionamento fica arranhado.

Então eu procurei as autoridades federais pra explicar que as pessoas tavam morrendo, levei os dados, levei... as filas, o problema que trazia pra economia, pro turismo e a necessidade, então, de a gente fazer com que aquela obra acontecesse. Então nós acionamos o governo federal na Justiça, foram... se não fizesse isso eu poderia ser processado por prevaricação.

Bom, ao fazer isto, isso acabou indo no Supremo, nós ganhamos uma liminar e foi autorizada pra fazer a obra. Então resolvemos o problema. Agora, eu, semana retrasada fui procurado por um oficial de justiça, eu disse: olha, o que será que... porque essa obra nós resolvemos, o que que... é uma ação civil pública feita pela Procuradoria Federal por eu ter tomado a iniciativa, né?

Então, se você não tiver todos os procedimentos jurídicos bastante fortalecidos, você acaba tendo que responder nesse sentido.

Então a... a... eu poderia me alongar mais...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mais um minuto.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Vou cumprir o horário que você coloca.

Nós tivemos alguns problemas, Presidente, na época de tocar a obra, né? Uma foi a... a... aquele pilar do, do, do continente, né? Ali tinha uma invasão, três casas, há muito anos, né, e aquele pilar era o que tava mais atingido, até porque ele era isolado e ninguém tinha entrado lá pra fazer a manutenção, as casas bloqueavam aquilo. E quando a empresa chegou até lá, disse: olha, aqui tá um ponto crítico, este, se nós não... não adianta arrumar o resto, se não tá... se não der segurança neste aqui. Nós levamos sete meses com pendência jurídica, adotando todas as ações que a justiça determinava, pra poder liberar aquelas famílias e isso atrasou, e aí não tem o que fazer.

O segundo problema, a... quando tinha que fazer um reforço no pilar do continente e no pilar da Ilha, e no pilar da Ilha tinha que interromper a beira-mar em alguns momentos e uma pista por bastante tempo. E aí nós tivemos com a Prefeitura uma série de demandas e dificuldades pra poder definir. Isso também atrasou, mas depois nós superamos.

Então, a, a... eu acho que eu fico à inteira disposição pra me colocar em relação... sendo objetivo. Eu teria muito mais pra falar e pra argumentar em relação a essas coisas, mas eu acho que assim fica mais fácil de, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu lhe agradeço.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — ...estar no horário que o senhor determina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de passar a palavra ao Deputado Bruno Souza, Relator da matéria, quero comunicar ao senhores que a Deputada Marlene se encontra ausente, mas indicou o Deputado Milton Hobus para representá-la. Seja bem-vindo.



Da mesma forma, como o Deputado João Amin ainda se encontra em viagem, ele indicou o Deputado Ivan Naatz para representá-lo. Também seja bem-vindo.

A Deputada Luciane Carminatti comunica a ausência no dia de hoje e também o Deputado Fernando Krelling comunica a ausência no dia de hoje. Mas registro a presença dos Deputados Ismael dos Santos, Luiz Fernando Vampiro, Valdir Cobalchini e Moacir Sopelsa. Sejam todos bem-vindos.

Deputado Bruno Souza com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia, senhor Raimundo Colombo.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por atender o nosso convite, e nós esperamos que seja uma oportunidade para esclarecermos alguns episódios de um período no qual nós temos algumas dúvidas. Agradecemos a disposição de vir aqui conversar com esta CPI.
[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

Eu quero começar fazendo a seguinte pergunta ao senhor: o senhor Celso de Magalhães Carvalho, que foi engenheiro coordenador do Consórcio Supervisor Prosul-Concremat, afirmou em sua oitiva nesta CPI, no dia 23/10, que enviava correspondência mensal (no ano de 2012) e semanal (no ano de 2013) ao senhor, dando conta dos problemas e das situações que envolviam a Ponte Hercílio Luz, sendo esta correspondência uma cópia do expediente que era remetido ao engenheiro fiscal do Deinfra.

O engenheiro fiscal do Deinfra, senhor Wenceslau Jerônimo, afirmou em seu depoimento, no dia 20/10 (*sic*), que o Governador Raimundo Colombo, abre aspas, “em um determinado período, ele ia todo dia lá na obra”, e também confirmou que o senhor tinha conhecimento do andamento dos trabalhos e dos principais problemas nas obras da ponte.



Senhor Raimundo Colombo, o senhor poderia confirmar qual era o seu nível de conhecimento acerca da obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — O conhecimento de um leigo, né? Eu não sou engenheiro e não posso atestar qualidade da obra. Eu tenho bom senso e a responsabilidade. Então o que eu procurava fazer, que era meu dever fazer a obra andar, né, fazer ela tocar, e eu comecei cobrar com bastante rigor, tanto da nossa equipe, quanto das empresas contratadas pra executarem isso.

Eu não lembro de ter recebido ofício desse senhor Celso, mas se recebi, eu encaminhei ao Deinfra, que é a quem cabia avaliar. Eu não ia todo dia na obra, mas ia sempre que eu podia, o máximo que eu podia ir, então acho que fui... sei lá, cinquenta vezes, o máximo que era possível pra acompanhar e ver qual era as dificuldades, porque se não fizesse isso não terminara nunca, né?

Então eu me sentia no dever de dar proteção e apoio a uma equipe técnica extremamente qualificada que tava lá e que, às vezes, precisava de apoio pra falar com a Justiça pra acelerar esse processo, pra falar com a Prefeitura, pra agilizar a... a obra.

Então eu tava disponível o tempo inteiro pra tentar ajudar naquilo que demandasse, agora, obviamente, eu tenho que afirmar que não tenho conhecimento técnico pra avaliar procedimentos de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor acompanhava os relatórios da fiscalização?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Nós fazíamos uma reunião... quando a gente começou a perceber... nós tínhamos o dinheiro, tínhamos que tocar a obra, e esta era a única alternativa, eu, na posição de Governador e não tendo conhecimento técnico, eu chamava toda a nossa equipe, a equipe jurídica, a equipe dos engenheiros da Secretaria e dizia: bom, e o que que tem que fazer, o que precisa fazer, qual é o caminho que a gente tem que percorrer. E provocava pra que a gente achasse a melhor solução.

Fizemos muitas vezes essas reuniões e isso deu certo, tanto deu certo que a gente pode hoje chegar aqui e dizer, mais um mês ou dois a obra tá pronta.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor tinha contato rotineiro com o engenheiro Wenceslau?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, eu tinha com os Secretários, né? Eu respeito muito a hierarquia, nunca falei com o Wenceslau sobre... tentava cumprir a hierarquia, nem com o presidente do Deinfra, eu falava com o Secretário, que é o que determina. Agora, obviamente que quando você se disponibiliza você vai recebendo informações, e nesse período muitas pessoas procuravam pra falar da ponte e de todas as outras obras. Sempre que eu podia, eu... pois não, fique à vontade, fala o que tem que falar. E aí eu ouvia, né?

Fui procurado por uma senhora de uma empresa do consórcio, eu não lembro, né? Ela tava lá na antessala e me avisaram: olha, tem uma mulher aí que trabalha lá e que tem uma de... uma informação muito importante pra fazer... Manda ela entrar, porque senão você não fica sabendo, o poder isola. E ela me assustou muito, ela disse que a obra tava correndo sérios riscos e tal. No outro dia eu chamei a equipe e disse: olha, eu tô com informações graves aqui, né?

Teve um outro senhor de uma obra de... ele fazia manutenção...

Oi, Deputada, tudo bem? (*Cumprimenta a Deputada Luciane Carminatti, que adentrou ao recinto.*)

...manutenção da ponte, era uma empresa de Curitiba, eu não lembro o nome, mas me parecia uma pessoa muito qualificada, experiente, ela tava há muito tempo na obra, ela também me assustou. E obviamente que quando um leigo recebe uma informação, ele chama as pessoas e diz: olha, tô recebendo essas informações, nós precisamos avaliar esse processo. E essas informações foram também decisivas pra que a gente acelerasse o processo de encontrar alguém competente pra fazer o trabalho — essas empresas tavam dando pra gente informações que internamente o quadro era ruim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essas reuniões que o senhor afirmou que aconteciam, quando da chegada desses relatórios, elas aconteceram em que ano?



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Acho que foi 2013, né, eu não lembro bem. Mas é quando... naquela fase em que você terminou, que não tinha mais... porque nós tínhamos que concluir a convicção, né, de que a empresa não era habilitada.

Então você chamava eles e eles tinham que apresentar um cronograma, né, e o que eles tinham feito e o que precisavam fazer, e aí o nosso pessoal ia questionando. Então eles passaram a assinar esses documentos e oferecer esses documentos pra nossa equipe técnica. Não cumpriram o que escreveram, isso era um instrumento jurídico indispensável pra você poder fazer a substituição. Eu não sei se foi 2012, ou 13, ou foi os dois anos... Não, eu não lembro bem isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor poderia nos descrever alguma dessas... exemplificar alguma dessas situações que o assustaram, como o senhor mencionou?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, que a ponte estava em risco, ela poderia cair e a empresa não tinha competência pra continuar a obra. Basicamente era isso. *[Transcrição: Felipe Pereira Bueno]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando o senhor assumiu o governo do Estado, em janeiro de 2011, os serviços relativos à obra da Ponte Hercílio Luz conduzidas à época pelo Consórcio Florianópolis Monumento estavam apenas 15,99% executados, quando deveriam estar com 83,33% realizados, com base no cronograma original. Com vistas a demonstrar o quanto o cronograma da obra estava atrasado, esse percentual de 15,99% de execução deveria ter sido atingido durante o 5º mês do contrato, porém já estávamos no 25º mês de vigência da contratação.

Senhor Raimundo Colombo, quando assumiu o governo o senhor buscou se informar sobre a real situação das obras da ponte? Nós temos aqui o *slide* demonstrando como estava na ocasião.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não... quando você assume o governo vem uma avalanche pra cima de você, né? Então, a ponte não era uma coisa prioritária naquele momento, eu não tinha as informações. Eu vim tomar conhecimento mais tarde um pouco, quando nós tratamos do problema de mobilidade urbana, né? E o problema aí, certamente, foi questão financeira, não tinha o dinheiro, a obra foi contratada, mas o Tesouro do Estado... houve uma... começou uma recessão forte e esses recursos não tavam disponíveis, né? Então não tinha como tocar a obra se não houvesse uma, uma, uma capacidade grande política de arrumar recurso.

E como é que nós arrumamos os recursos, Deputado?

Na... naquela emenda... a Resolução nº13, onde o Estado de Santa Catarina foi prejudicado, né, porque eles impediram a importação via os portos de Santa Catarina, nós fizemos uma guerra lá no Senado, junto ao governo federal, porque Santa Catarina tava sendo muito prejudicada e isso nós... eles, o governo oferec... federal resolveu, minimizou aqueles efeitos e depois disponibilizou recursos para executar obras de, de, de, de estrutura pro Estado. E, aí, nós fizemos o programa Pacto por Santa Catarina e, aí, foi disponibilizado o valor necessário pra obra ir até o final, e esse dinheiro tá no banco até hoje, né? E... foi aí que nós conseguimos, neste momento é que a ponte se viabilizou, aí, aí realmente se assegurou os recursos.

Muitas vezes você... faltava recurso pra uma obra e o pessoal dizia: tira da ponte, porque vai, va... aquela vai demorar mais. Eu dizia: não, não, não, não mexe aqui, porque não podemos deixar essa obra é... abandonada ou... ou sem terminar. Esse dinheiro tá destinado à ponte e vai ficar lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a situação financeira do Estado era o principal fator de atraso nas obras, não era a capacidade técnica do consórcio executor?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Isso eu não sei, porque eu acho que se você ganha uma licitação e, e, e assegura a competência técnica, você deveria ter. Pra mim eles perderam a capacidade técnica quando as empresas começaram a abandonar. Eu não conheço as empresas, não sei quem é essa



pessoa... porque eu pedi pra essa pessoa da... que, que teve lá, essa mulher, eu disse: então você escreve isso, deixa um documento. Eu nunca recebi esse documento. Então é... você tinha que ir intuindo qual era o melhor caminho. Eu não sei avaliar se essa empresa tinha competência técnica ou não, isso não, não me cabe, não, não, não tenho essa condição técnica de avaliar isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante o seu primeiro ano de mandato, em 2011, o Consórcio Florianópolis Monumento faturou apenas R\$ 5,2 milhões, quando deveria ter faturado acima dos R\$ 30 milhões acumulados no ano. Em comparação, em 2009 foram faturados R\$ 14,3 milhões e em 2010 foram R\$ 11,8 milhões.

Por que durante o primeiro ano da sua gestão o ritmo dos serviços caiu tanto? O que gerou tanto atraso no cronograma original da obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — O primeiro ano, em qualquer governo, nesse tá acontecendo isso também, você preci... precisa conhecer o que tá em curso, o que tá contratado, capacidade que tem. Então é natural que isso ocorra, em qualquer governo, em qualquer época, você precisa conhecer, você não entra com o pé no acelerador sem ter dinheiro e sem ter conhecimento da importância daquele projeto.

Então eu acho que isso é uma coisa natural e foi... deve ter sido o que aconteceu, porque tem uma equipe técnica pra cuidar disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 2012 a situação pouco se modifica e as médias mensais de medição se mantêm próximas às verificadas no ano de 2011, ou seja, igualmente muito aquém do previsto no cronograma. Ocorre que em junho de 2012 é assinado o oitavo termo aditivo, o Termo Aditivo 155/2012, ao contrato original, Contrato PJ 264, prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja, até 31/12/2014, como está no computador a sua frente e também projetado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao final de junho de 2012, ao invés das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato



estava aproximadamente 23% executado, mesmo após longos três anos e meio de contrato.

Por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época? *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Existe um protocolo de termos aditivos em qualquer órgão, né, do Estado. No caso o Deinfra é uma autarquia, autarquia significa autonomia, né, das decisões. Como é que se faz isso dentro desse protocolo? O engenheiro fiscal aponta um documento pra diretoria, que leva pra diretoria colegiada, e a diretoria colegiada submete a um conselho do... do Deinfra. Isso vem há muitos anos funcionando desta forma. Isto não é submetido a, a, ao Governador, nem sei se ao Secretário, acho que também não, né?

Então eu não tenho conhecimento desse, desse, dessa decisão e ela é uma decisão técnica. Eu acho que vocês já ouviram os engenheiros aqui, eles devem ter dado explicação sobre isso. A minha parte é de liderar o processo de fazer a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então de quem foi essa decisão final de firmar esse aditamento?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Do, do Deinfra, óbvio, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seria do presidente do Deinfra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Do colegiado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do colegiado do Deinfra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — O protocolo de, de, de... é esse que eu, que eu falei. Você vai submetendo e depois o colegiado homologa ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O colegiado... para que fique claro, o colegiado do Deinfra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Do Deinfra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do Deinfra.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — É... é... aí você tem a, a, a diretoria do Deinfra mais os enge... os engenheiros que fazem parte, que representam os diversos setores. É uma coisa bem transparente. É histórico, isso não começou com a gente, já tinha isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, não participou de qualquer forma nessa decisão?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, eu não... não, não cabia a mim, não... eu era o Governador do Estado, a obra era tocada pelo Deinfra, que é uma autarquia, né? Se tivesse algum problema talvez fosse informado, mas não, não... não cabia a mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na opinião do senhor, uma decisão dessa importância não deveria passar pelo Governador do Estado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Prorrogação de prorrogação de prazo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Um aditamento de uma obra que estava com 23% conclusa, quando deveria estar com 84, em uma das obras mais complexas do litoral catarinense, provavelmente a mais complexa.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Olha, eu procurei trabalhar 24 horas por dia e ficar disponível a todos os que me procurassem. Se houvesse alguma razão, eu teria sido procurado. Essa resposta não... não cabe a mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acreditava que esses 77%, na hora de firmar o aditivo... O senhor acreditava que os 77% restantes da obra seriam executados nos dois anos e meio seguintes?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, enquanto nós não tivesse a solução financeira, a obra ia se arrastar, porque não existe você tocar uma obra sem dinheiro, né?



Então a... a obra se consolidou em dois momentos: um momento em que nós conseguimos tirar o consórcio, eu acho que ali a gente readquiriu as condições técnicas; e o momento que se disponibilizou os dinhe... o recurso, né? Do contrário ela ia se alongar por, por tempo indeterminado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Logo após o aditivo de junho de 2012, o contrato entra na sua pior média de execução, sendo que no segundo semestre de 2012 inteiro, julho a dezembro, as medições do Consórcio Florianópolis Monumento apontavam ínfimos R\$ 375 mil faturados, o que representa, aproximadamente, 2% do que deveria ter sido executado nesse segundo semestre, nesse período.

O relatório do Consórcio Supervisor Prosul-Concremat do mês de dezembro de 2012 é emblemático, sendo que não apresenta nenhuma foto de nenhum serviço técnico executado – é o que está projetado e está no computador também, na frente do senhor –, bem como aponta as seguintes observações: “Os serviços em execução no período pelo Consórcio Florianópolis Monumento são: Serviços praticamente paralisados; Serviços de manutenção do Canteiro de Obras.”

Senhor Raimundo Colombo, o canteiro de obras estava praticamente abandonado e os serviços técnicos estavam parados, e essa não era uma situação eventual, era a realidade ao longo dos últimos seis meses. Por que o contrato não foi rescindido nesse momento? Já não era hora de dar um basta na situação? Já não estava claro para o Estado que a executora não iria finalizar a obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Aí é a responsabilidade da gente, né? Eu vi agora as imagens do gov... do Prefeito do Rio de Janeiro botando uma retroescavadeira e destruindo tudo. Poderia ter feito isso, teria sido capa de jornais e talvez essa pergunta não existisse. Mas a responsabilidade pra que não ficasse uma pendência jurídica, pra que não acontecesse como aconteceu da... com a... com a... com a 401, era obrigado você tomar com responsabilidade passo a passo, mesmo que isso desse desgaste e permitisse essa pergunta.

Agora, a resposta dela é a seguinte: com grande sucesso a empresa foi tirada, foi contratada novas empresas e nós podemos inaugurar a ponte.



Então se eu fosse cuidar desse processo passo a passo, como foi cuidado, se não fizesse isso, nós teríamos hoje uma depe... uma pendência jurídica e certamente derrotas na Justiça. Então o que que aconteceu? A decisão era: não adianta tocar com essa gente e temos que colocar os outros. Essa fase de transição não fazia nenhum sentido você pagar e mandar os caras fazer a obra. Nós távamos na fase de substituir eles, porque tínhamos formado a convicção de que com eles a obra não iria acontecer. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

Eu me lembro... o Cobalchini aqui vai lembrar, os outros da equipe, acho que o Paulo Meller que terminou a reunião com eles, eles fizeram uma apresentação, eu pedi que a equipe ficasse na sala e perguntei: gente, nós estamos num momento decisivo, eu quero ouvir com franqueza e com segurança a opinião de cada um. Esse pessoal tem chance de concluir essa obra? Nós estamos seguro tecnicamente? E todo mundo, todo mundo foi falando, o Cobalchini lembra, e todas as pessoas, parece-me que doze ou quatorze, disseram: não tem. Eu digo: então não há mais o que fazer, vamos interromper.

A partir daí não tem mais o que eles fazerem no canteiro de obra ou continuar as obras. Agora, é uma questão jurídica que precisa ser feita com absoluta responsabilidade de equilíbrio pra não ficar um passivo pro Estado. Isto eu quero considerar e cumprimentar a nossa equipe, foi um dos grandes méritos do governo. Nós ganhamos em todas as instâncias jurídicas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando foi isso? Foi em 2012?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu não lembro as datas. Eu tô dando um cronograma da memória política que eu fiz. O operacional... o governo... o Governador não cuida do operacional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a convicção que... Essa reunião onde se formou a convicção...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Ah, se a data for tão importante...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...de que a empresa não iria terminar.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Se a data for tão importante, eu vou procurar na Casa Militar quando é que foi isso e posso dar a data. Eu agora não vou lembrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seria, seria importante...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Posso fazer isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...se o senhor pudesse disponibilizar para nós.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Claro, claro, faço com o maior prazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tecnicamente – uma pergunta apenas para finalizar esse tema – não era indicada a rescisão muito antes de 2014? A substituição começou, ela... até o... de 2012, do aditivo, até a substituição foram dois anos de rescisão. Tecnicamente o que seria indicado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Deputado, a, a situação era a seguinte: você tinha que ter três passos que são indispensáveis, você cancelar, né; você tem que se... ter claramente pra onde ir, né? Aí o que que a gente fez? Eu peguei os nossos técnicos e... a... uma... o cara que fez o projeto, oh, nós vamos conversar com quem? Quem é que vai nos orientar? Não, a empresa tal. Aí alguém sugeriu, não lembro agora, por que que não procura a empresa que fez a ponte? Eu digo: existe ainda? Existe. Então vamos lá. Era Pittsburgh o nome da cidade.

Fomos lá, fizemos todo o trabalho, a gente foi recebido por toda a diretoria, o presidente era um senhor alto, né, e eles fizeram... eles, eles tinham um museu lá, olha, é impressionante. Eles tinham mais dados da ponte, era, era, incrível o, o, o que eles têm lá. E aí nós ficamos dois dias discutindo: é viável, esse projeto que está aqui é o projeto certo? Essas torres de sustentação, é esse o caminho? Aí o



presidente da empresa disse: olha, eu faria diferente. Eu digo: ah, não, não, só um pouquinho, vamo parar, eu gostaria que agora o projetista e o senhor debatessem pra ver se o que tá sendo feito é o caminho, porque eu sou leigo. E, aí, no primeiro momento ele disse: não, o modelo certo é ir retirando peça por peça na ordem inversa do que ela foi colocada. Eu digo: bom, então nós tamo fazendo errado! Daí o procurador que era um... o projetista, que é um alemão, ele chegou e disse: não, deixa eu fundamentar. E aí eles ficaram num debate técnico de um dia e meio ali e, no final, eu perguntei pro presidente da American Bridge: o senhor concorda com o projeto? Diz ele: sim, tá bem encaminhado, as duas alternativas vão levar ao mesmo resultado, vai dar certo.

Bom, então nós temos a empresa que poderá fazer a obra, agora tem que arrumar o dinheiro, né? E esse era o essencial. Nós estamos falando aí de R\$ 300 milhões ou alguma coisa parecida. E, graças a Deus, conseguimos essa etapa.

Então, neste contexto... a gente, a hora que a gente tinha esses instrumentos na mão, a gente acelerou ao máximo, né? Até então não era possível. Não tinha... você interrompe, mas não começa de novo e aí você fica com um espaço, é... neutro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nesse período, 2012, o Estado já tinha o dinheiro para a obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu não lembro agora, mas ã... ele foi, e... o financiamento aconteceu, porque ali tem dinheiro do financiamento do Banco do Brasil e do BNDES, são três ou quatro fontes – tem no trans... no Portal Transparência ali os recursos. Eu não... não lembro, mas a gente... a decisão dos recursos ela ficou materializada, a gente tinha outros... tentativas, outros projetos, né, mas ela se materializou naquela época da Resolução 13, que eu acho que foi em 2013, eu não lembro se tem o 13 tem associação ao ano ou não, mas aí o governo federal disponibilizou esses recursos.

Eu posso depois dar a data, eu não, não saberia te dizer se foi 12 ou 13... foi, foi naquela negociação da, da, da Emenda 13, da Resolução 13 do Senado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raimundo Colombo, se o Consórcio Florianópolis Monumento paralisa a obra, ele não recebe pelos serviços. Mas o Estado continua gastando com a empresa de supervisão, no caso o Consórcio Prosul-Concremat. Enquanto o executor mediu apenas R\$ 375 mil no segundo semestre de 2012, o Deinfra gastou com supervisão quase R\$ 580 mil.

O senhor tinha consciência que as despesas de supervisão, que deveriam ser acessórias, estavam maiores que as despesas de execução? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, isso não... não era uma atribuição minha. A única coisa que eu pedi o seguinte: ó, vamo tirar os dois, né? Não faz sentido você tirar quem exec... quem tá executando e a empresa de supervisão ficar, porque eles... os dois fizeram isso, então tem que substituir os dois. Agora, quanto faturou, isso não, não fazia parte do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apesar do não cumprimento do cronograma, em 18/02/2013 o Deinfra assinou um Termo de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na condição de interveniente anuente, anuindo com a apresentação do Contrato de Empreitada PJ 264, que é o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz firmado entre o Deinfra e o Consórcio Florianópolis Monumento, como garantia de um empréstimo de R\$ 9,4 milhões realizado pela Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha ciência que a Construtora Espaço Aberto pleiteou um empréstimo no Badesc, consignando apenas os valores a receber do contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz como garantia?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu não participei desse encaminhamento, mas eu... foi falado numa reunião que eles tavam tentando fazer um empréstimo bancário pra... porque as empresas tavam saindo do consórcio, né, porque não tavam recebendo. O Estado pagava, mas os, os terceirizados não



recebiam o dinheiro, então... e a colocação que foi feita é que a empresa tava fazendo um... um empréstimo financeiro, um negócio dessa ordem e que isso iria resolver. Isso... lembro que isso passou em algum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tinha ciência, então, do contrato com o Badesc?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu não lembro se foi com o Badesc ou não, mas foi colocado que eles iriam emprestar dinheiro, né, num banco. Agora, tanto o Badesc quanto o BRDE, aí tinham os procedimentos bancários, né, de padrão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como Chefe do Poder Executivo, não lhe ocorreu a possibilidade de talvez ser considerado conflito de interesse o governo contratar uma obra, financiar a empresa e dar em garantia o saldo a pagar do contrato com o próprio governo?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Mas eu não... eu acho que o banco empresta pra quem preenche os pré-requisitos, os requisitos necessários. Eu cuidei muito do balanço do Badesc e do BRDE. O BRDE nós quintuplicamos, né, hoje é um ativo que o Estado tem aí na ordem de R\$ 5, R\$ 6 bilhões. Em 2011 ele tava quase quebrado, porque o custo dele era muito alto e ele não conseguia emprestar. O Estado aportou nesse empréstimo 200 milhões no BRDE, o que significou uma alavancagem de 1,4 bilhão novos empréstimos, isso ajudou a economia do Estado. Foi um instrumento importante pra você fazer com que a... a economia catarinense não parasse. O mesmo foi feito no Badesc, sobretudo na questão de microcrédito, foi emprestado muito recurso com juro zero e os dois bancos apresentaram lucro operacional. Era disso que eu tratava, agora pra quem eles emprestavam, qual era o juro, aí não... não cabia a mim... Tinha também um programa de Municípios, o Badesc fez um belo trabalho de... de contribuição ao Estado.

Quando uma empresa faz empréstimo, é exigido um mundo de documentos lá. Eu não sei, certamente exigiram todos esses documentos pra poder emprestar o dinheiro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o Estado pagar e os fornecedores não receberem, como estava acontecendo, não era motivo também para iniciar essa rescisão do contrato — lembrando que esse empréstimo foi realizado um ano e meio antes da rescisão?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu acho que todas as informações que a gente recebia levavam ao mesmo comum... ao mesmo lugar. A empresa não tinha capacidade de fazer. Agora, eu vou dar um dado que é impactante: nestes sete anos nós conce... cancelamos mais contratos do BRDE, tiramos mais empresas de obras do que toda a história do Deinfra junta. Oitenta anos do Deinfra em sete anos, nós cancelamos mais contratos do que nos oitenta anos que se passaram.

(O senhor Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Isso não é simples de fazer.")

Isso não é simples de fazer, romper um contrato, porque sempre tem uma demanda judicial, sempre tem uma cláusula, sempre tem... Então a equipe jurídica, eu cumprimento mais uma vez, eles foram brilhantes, isso reconhecido inclusive pela Justiça, né?

Então eu acho que... nós tamos comemorando aqui um sucesso, né? O ruim é o que aconteceu na 401, que nós temos ali R\$ 3 bilhões de passivo, né? E graças a Deus nós rompemos esses contratos todos e o Estado de Santa Catarina não está onerado em nenhum centavo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para que esta CPI tenha isso registrado: o senhor considera que a rescisão foi feita no momento certo, então?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — No momento possível. O certo era nem ter contratado esse consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raimundo Colombo, eu vou mostrar três *slides* para o senhor e faço a pergunta sequência, pode ser?



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Pois não, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa apresentação foi adaptada da matéria do jornal Diário Catarinense, publicada em março de 2014, que apresenta as obras contratadas com a Construtora Espaço Aberto – obra de restauração da Ponte Hercílio Luz, iniciada em dezembro de 2008, estava com 30% executada, e a obra de ampliação e pavimentação da pista do aeroporto de São Joaquim, iniciada em dezembro de 2009, estava com 90% concluída. [Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Bruna Maria Scalco]

A imagem seguinte (*aponta para o quadro*) apresenta informações extraídas do Sicop na área de transporte rodoviário. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 o Estado firmou mais 55 contratos, assumindo compromissos na ordem de R\$ 135 milhões. Mas considerando que o senhor tomou posse só em 2011, refizemos o quadro excluindo 2010. Assim, somam mais de R\$ 100 milhões em novos contratos, como está nesse último *slide*.

Considerando todos os *slides* que foram apresentados, havia dinheiro para pagar a obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, o dinheiro nós conseguimos arrumar. Tanto havia que a obra tá pronta, mas naquele momento era um desafio. Agora, se você começar uma obra e só vai fazer quando você tiver o dinheiro no banco, você não vai fazer nunca, né? Então você tem que tocar, fazer projeto, é... dar os passos, faz... faz os andamentos burocráticos e fica tentando arrumar os recursos pra fazer as obras. E, graças a Deus, mesmo em que pese ser um período muito duro, recessivo na economia brasileira, nós conseguimos aportar recursos muito significativos, né, com a participação importante do governo federal, e a gente conseguiu realizar.

Eu precisava saber, Deputado, depois se o senhor pudesse me mandar, quais foram as obras e em que estado elas está. Se o senhor tiver interesse, eu posso relatar o aeroporto de São Joaquim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pra fins desta CPI...



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, não é necessário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu termino aqui e se o senhor tiver algo mais a acrescentar... pode ser as perguntas, aí, se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Perfeito, o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu lhe pergunto: por que o Estado assumiu mais esses compromissos na área de infraestrutura rodoviária quando ele já estava consideravelmente comprometido?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Existiam fundos no Orçamento do Estado que eram destinados a obras, né? Por exemplo, uma parte dos incentivos fiscais do ICMS tinha um fundo lá, eu não lembro o nome, que tinha recursos disponibilizados pra realizar obras, né? Então, o que foi feito foi com recursos assegurados, né? E algumas obras você fazia o projeto, você dava o encaminhamento pra você deixar elas prontas porque tinha uma possibilidade de viabilidade de alocar recursos. Então eu precisava saber quais são, em que estágio elas foram pra ver se a gente errou ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas mesmo esses... mas mesmo esse... (*pausa*).

Senhor Raimundo Colombo, sobre o projeto em si há fortes indícios de que o projeto usado para licitar a recuperação da ponte estava defasado, ou seja, não estava atualizado e tinha exequibilidade suspeita. O governo não estava incorrendo no mesmo erro contratando vários projetos, 38, no caso do quadro aqui (*faz referência à imagem projetada*), sendo que sequer havia esse recurso para pagar as obras em curso?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Mas, Deputado, o que o senhor faz no primeiro ano de governo? Faz projeto pra executar durante o governo, você não vai fazer projeto no último mês, você faz no começo. O inverso seria se eu tivesse fazendo 38 projetos no final do governo. Você tem que fazer no primeiro ano. Quando você assume uma missão, você faz os projetos pra executar durante o seu governo.



Então é absolutamente natural, o inverso é que seria errado. Não faz sentido nenhum você fazer projeto no último ano, você faz no primeiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade isso foi durante dois anos.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — ã, nos primeiros anos, no começo de um governo, né? Nós tivemos sete anos de governo.

Então, a lógica é essa, sabe, você entra, olha a demanda vem, você manda fazer os projetos. Nessa época também tinham projetos financiados pelo Banco Mundial, que eram exclusivamente pra projetos, né? Esse foi um contrato importante que o Governador Luiz Henrique fez e tinha um saldo pra fazer projetos; uma parte já tinha sido feita, eu acho que era US\$ 50 milhões, alguma coisa dessa natureza, e tinha um saldo. Então foram eleva... elencadas as prioridades, o Banco Mundial nos preparou e, aí, foram feitos os contratos pra fazer os projetos decorrentes. E é absolutamente natural que se faça projeto no início do governo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esses US\$ 50 milhões gastos em projetos não poderiam ter sido aportados diretamente na ponte?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Mas a ponte seguiu o seu curso, nós estamos inaugurando ela. Eu não posso cuidar só da ponte, tem que cuidar do Estado inteiro. A ponte não era a única obra do Estado. Tinha 1.500 quilômetros sendo feitos, a demanda vinha de todos os lugares, inclusive a ponte era uma obra complexa que exigia coragem pra definir ela como prioridade. Você fazia uma pesquisa: 50% era a favor, 50% era contra. Então... olha, pessoal, eu não tô aqui pra agradar 50 e nem contrariar 50, eu tô aqui pra fazer o problema da mobilidade, então o desgaste eu pago, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor mesmo afirmou que a ponte era prioridade no seu governo, agora no começo (*ininteligível*).



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Ela passou a ser a hora que nós percebemos que esse era o melhor caminho. A prioridade em Florianópolis, na mobilidade em Florianópolis; agora tinha prioridade de hospital, tinha proble... priori... prioridade do Cepon, tinha prioridade de ativar o Hospital Florianópolis, tinha prioridade de duplicar os Ingleses, de fazer o aeroporto, que, aliás (*risos*)... Engraçado, a gente conseguiu resolver o problema do aeroporto e me telefonaram pra explicar porque não poderiam convidar. Eu disse: olha, pela primeira vez na vida eu vejo uma pessoa me ligar pra dizer que não pode me convidar pra ir no aeroporto. Eu dispenso o convite. É esse tipo de nojeira que, que, que traz pro líder político. Ele: olha, nós não podemos convidar o senhor pra inauguração do aeroporto porque há um veto.

Isto é uma vergonha, enoja qualquer pessoa! Então, não é por aí que as coisas devem ser feitas. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raimundo Colombo, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda., empresa que se consorciou com a Construtora Espaço Aberto formando o Consórcio Florianópolis Monumento, foi ouvida como testemunha aqui nesta Comissão e informou que entre os anos de 2011 e 2012, ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, Secretário de Estado e o senhor, Governador do Estado à época, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos.

O senhor se recorda de ter participado de algumas dessas reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu tô imaginando que seja essa pessoa que eu me referi no começo. Eu não sei o nome dela, eu fui procurado, certamente tá lá no registro da Casa Militar, eu a atendi e realmente fiquei impressionado. Ela me ajudou, porque ela trouxe informações que eu não tinha e talvez a equipe principal do governo não tinha, me assustou, ela e esse outro senhor.



Eu conversei com essa mulher uma única vez, eu pedi que ela entregasse um documento do que ela estava dizendo, eu não recebi esse documento, não sei se ela entregou, mas ela deu uma colaboração importante. Foi correto isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o assunto era a saída da CSA do canteiro de obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — E alertando o risco de cair a ponte. Essa era a... era o principal argumento dela, ela dizia que... eu não lembro assim, porque faz muitos anos, né, mas a narrativa em tese era que não tinha como continuar com aquela empresa, eles não cumpriam, não davam condições de trabalho e, mantido eles, a ponte ia cair, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como que foi tratada a saída da CSA do canteiro de obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Mas era uma coisa unilateral entre eles, o Estado não tinha esse, esse, essa condição de ir lá acertar parcerias, né? O que ficou evidente e foi usado na peça jurídica é que quem dava sustentação técnica não era o conso... era o consórcio através desta empresa. Então, é como... quando você perde aquele que tem... não sei como é que chama o... o conhecimento técnico, a empresa restante fica inabilitada e isso é um instrumento importante pra poder cancelar o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, na verdade a rescisão do consórcio, ainda que de fato fosse motivo para a rescisão do contrato...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso não foi levado em consideração? A saída dela era motivo para rescisão unilateral por parte do Estado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, eu acabei de dizer que consta do, do, do ato jurídico de rompimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a rescisão foi em 2012.



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Sim, mas a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A saída da CSA, eu me refiro, foi em 2012.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Sim, ela foi um elemento importante pra fazer a peça jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essa reunião ela aconteceu onde, o senhor lembra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, não foi uma reunião, ela me procurou lá na Ca... na, na, no Centro Administrativo. Ela procurou na verdade o Lauro, que era o assessor que ficava na antessala, não tinha marcado, né, e ela disse que tinha uma coisa importante pra falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual foi o motivo alegado para a saída da CSA das obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — A dificuldade operacional e relacionamento... e aí era um monte de coisa lá, eu não lembro agora os detalhes, mas era considerado inviável a manutenção e não iam tocar mais juntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De quem foi a decisão de continuar o contrato mesmo com a saída da CSA? Foi do senhor?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Como continuar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como foi relatado, a saída de um integrante do consórcio é motivo para rescisão unilateral por parte do Estado, segundo o contrato. Mesmo assim foi... demorou ainda dois anos para ser rescindido o contrato. Então, nós queríamos entender de quem foi essa decisão de continuar o contrato mesmo com a saída da CSA.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Oh, Deputado, pela lógica, né, se você diminuiu o ritmo e preparou a saída, você teve esse tempo pra construir a peça jurídica, né? Então eu num... não foi a minha decisão de... eu não tinha conhecimento jurídico, o que eu fiz foi uma reunião, repassando as informações que recebi da mulher e formando o conceito de que aquela empresa não tinha



condições e que tinha que ser tomadas as providências pra cancelar a obra com aquela empresa.

Eu tô repetindo, mas é que a pergunta vai pro mesmo, mesmo lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Contrato PJ 264 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. O senhor sabe por que esse dispositivo nunca foi aplicado até a rescisão contratual? *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Olha, o que o Estado fez foi muito mais do que isso, o Estado rompeu o contrato e inabilitou a empresa pra prestar... participar de qualquer concorrência pública por não sei quantos anos. Isso é muito duro, é a medida mais extrema.

Talvez pudesse ser aplicado multa, mas se você olhar, Deputado, se o senhor olhar, o senhor vai ver que no Flamengo aplicaram 50 multas lá no Ninho do Urubu e o resultado foi a tragédia, né? Se o senhor olhar que lá na... na... na barragem de Mariana aplicaram 76 multas, né, e não cuidaram de Brumadinho.

Então o que nós... podemos ter cometido um erro, e aí é uma atribuição do Deinfra não ter aplicado a multa, mas nós não fizemos o que aconteceu no Ninho do Urubu e nem o que aconteceu no, no, em Brumadinho. Nós tiramos a empresa e colocamos as pessoas certas. Isso é um dos méritos que precisa ser reconhecido na equipe de governo, e eu quero aqui, como é meu dever, destacar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E existia algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Aí tem que perguntar pro Deinfra, porque ele tem autonomia pra tratar disso. Eu nunca... nunca me perguntaram, não era a minha função saber se tinha multa ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que no período de 2011 a 2014 foram pagos R\$ 33,887 milhões ao Consórcio Florianópolis



Monumento, sendo que não se exigiu que fosse descontado mais de R\$ 3 milhões em multas, descumprindo o contrato.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa decisão de não exigir esse desconto de R\$ 3 milhões em multas coube a quem?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Ao Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor convocava reuniões para tratar das obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem participava dessas reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — O Secretário, a diretoria do Deinfra, a parte jurídica nossa, né? Eu não lembro agora, mas posso ver depois e te mandar, umas dez, doze pessoas e, às vezes, a gente chamava as empresas pra eles fazerem a exposição e o andamento em que elas estavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a supervisora, ela participava das reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Em algumas reuniões, quando ia a empresa executora ia a supervisora junto também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E alguma vez a supervisora foi enfática em apontar que o Consórcio Florianópolis Monumento não entregaria as obras da ponte? Quem representava a supervisora nessas reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — No... no... nesta reunião que todas as pessoas, eu perguntei pra cada um, eu pedi pra empresa supervisora ficar. E era um senhor baixinho, um engenheiro baixinho que era o chefe lá da... da... da obra que tava presente. E ele, aquela vez, foi a primeira vez que ele disse que não tinha mais condições, que a empresa não... não concluiria. Acho que é Celso o nome dele, não tenho certeza.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essa foi a primeira vez que a empresa supervisora foi enfática quanto a não capacidade de cumprimento da obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Pra mim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em fevereiro de 2015 o senhor foi pessoalmente aos Estados Unidos apresentar o projeto de restauração da Ponte Hercílio Luz à empresa American Bridge, que posteriormente não aceitou assumir a obra. A comitiva gastou nessa viagem, à época, R\$ 120 mil em passagens e R\$ 59 mil em adiantamento e diárias.

O senhor saberia informar se foi pleiteado judicialmente o ressarcimento dessas despesas para a retomada das obras da Ponte Hercílio Luz do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — ã, eu tava mais preocupado em resolver o problema da ponte. Essa parte não era minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Após a rescisão do contrato com o Consórcio Florianópolis Monumento, o governo tentou repassar o serviço de restauração da Ponte Hercílio Luz para outras duas empresas que desistiram também. Por que essas empresas não aceitaram o serviço? Não confiavam no Estado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — A American Bridge, você tá falando?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, houve duas empresas, a American Bridge e...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E mais a... já vamos dizer o nome... um consórcio, nesse caso internacional também, acabou desistindo e não aceitando a obra.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — A American Bridge eu lembro, essa outra eu não, não, não lembro dos detalhes. Mas essa o... eles aceitaram



fazer a obra no primeiro momento, mandaram pra cá a diretoria deles, veio um vice-presidente, ele fez vistoria na, na obra e encaminharam tecnicamente a segurança da restauração. Mas... Aí tem um documento até que, que expressa a posição deles – nesse momento o Brasil entrou em crise internacional financeira e entrou numa situação bastante difícil. E o conselho superior, por razões financeiras do País, que tinha caído na faixa de risco lá de... de empréstimos, então eles disseram que o conselho, e eu lembro que o vice-presidente e o engenheiro disseram: olha, a gente lamenta, porque essa era uma obra... é a única no mundo, é uma obra que tem que se acompanhada pela engenharia do mundo, é uma obra extraordinária e nós, os técnicos, estamos vibrando com essa oportunidade, mas o conselho superior, pela razão de risco do Brasil ter aumentado no *ranking* internacional, não aprovou. Eu disse: tá, mas aí vocês estão nos deixando na estrada. Disse ele: olha, tem uma parceira que nós recomendamos, e a ela nós emprestaremos todo o nosso portfólio técnico e o nosso acompanhamento gratuito e que tem parceria em diversos lugares do mundo. Aí entregaram pra nós, eu passei pros engenheiros, eles fizeram todo o estudo e, aí, partearam a fazer contato com a empresa que está hoje, que é uma empresa portuguesa, e que tinha feito muitas obras em parceria e que eles recomendavam que essa fosse a empresa executora.

Esse outro consórcio internacional eu confesso que não... não registro, não... acho que não passou por mim isso. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade foi a Construtora Roca.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Ah, essa eu acho que essa é de Curitiba, que não quis ficar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que a condução administrativa da obra prejudicou que essas empresas internacionais aceitassem realizar a obra, de alguma forma?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, o relato que eu dei foi a informação que eu tive do, do, da empresa americana, que era um problema internacional da economia brasileira, de credibilidade internacional da capacidade



financeira brasileira, que entraria numa crise e tal. Isso tem por escrito num ofício deles. Eu não sei como é que consegue resgatar isso, mas... se tu quiser eu acho que tem o porquê que eles...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agradeço.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Porque que eles não quiseram fazer. O... o... tem que tentar achar esse documento, mas ele tem, eu tenho esse documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Tentar localizar ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O arquiteto Paulo Ney Almeida encaminhou *e-mail* para o colunista do Diário Catarinense – está aqui também projetado –, senhor Moacir Pereira, que publicou os seguintes questionamentos em 20/1/2015, abre aspas, “Chama a atenção a última... Perdão, chama a atenção a última pergunta feita pelo empresário, abre aspas, “por que a Espaço Aberto teve que tocar a obra sem os recebimentos devidos?”

Senhor Raimundo Colombo, isso realmente aconteceu?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Olha, com a Espaço Aberto nós passamos a ter conflitos, porque... a gente queria uma coisa e o serviço não vinha. E não era apenas... Você pode usar, a gente pode pensar: bom, a Ponte Hercílio Luz tava atrasada, mas as outras não tavam. A obra da... a obra dos Ingleses não tinha um tostão atrasado e não andava; a estrada do aeroporto não tinha um tostão atrasado e não andava; as outras obras que eles tinham não tocavam; o aeroporto de Florianópolis a to... atro... atrasou dois, três anos por causa dessa empresa; o de Porto Alegre a mesma coisa, o aeropor... o, o, o, o hospital ali, eu me lembro que uma vez veio o Comandante da Base Aérea e disse o seguinte: o que que a gente faz? Tá aqui o dinheiro e o pessoal no toca a obra, né?

Então, as razões eu não sei, mas as decisões que foram tomadas eram essas.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A principal questão era de condução técnica, na opinião do senhor, então, desse atraso?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Talvez tenha, no começo, talvez tenha o aspecto financeiro também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raimundo Colombo, qual a responsabilidade na condução administrativa das obras da Ponte Hercílio Luz realizadas pelo Consórcio Florianópolis Monumento? O senhor considera que o Estado teve alguma responsabilidade pelo insucesso dessa contratação ou da manutenção do contrato?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Hum... A licitação eu não... não posso... foi feita em 2008, eu acho que o que tá errado é a lei, né? Você... é uma obra de restauração, que não é uma obra de construção, você exige pela 8.666 o menor preço. A partir daí, a empresa faz o menor preço, mergulha e depois não entrega a obra. Isso é comum em tudo quanto é obra pública que é feita no Brasil. E aí vem um desgaste pra toda a classe política, parece que a classe política é que não tá sendo responsável, quando, na verdade, as empresas mergulham e, depois, ficam tentando fazer aditivos. E isso é uma realidade da lei. Eu acho que teria que ser corrigida a lei, na minha opinião.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que tem alguma parcela de responsabilidade em relação ao insucesso da conclusão das obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Em relação ao quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação ao atraso e a não conclusão da obra pelo Consórcio Florianópolis Monumento.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Não, eu tenho uma visão diferente, eu acho que depois de 31 anos a obra parada, né, nós conseguimos entregar a obra. Eu acho que isso não é insucesso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raimundo Colombo, a última pergunta é padrão, nós fazemos aqui para todos.



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Com certeza absoluta, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Por fim, se o senhor tiver mais alguma informação ou declaração que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, fique à vontade para compartilhar neste momento.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Obrigado, Deputado.

Eu agradeço a oportunidade, agradeço o convite, cumprimento pelo trabalho, pelo esforço em trazer à tona um assunto tão importante. Eu acho que é isso que o Parlamento deve fazer, me sinto honrado de tá aqui sendo convidado e me colocando à disposição. Desculpa aí se não pude esclarecer todos os seus questionamentos, porque a função do Governador ela é mais de motivar, de dar as condições, de construir o ambiente, de oferecer os meios, né, agora essa parte operacional existe toda uma estrutura, porque é muito complexo, são muitas obras em todo o Estado, são muitos problemas, uma hora é uma greve, outra hora é uma penitenciária que queima, enfim, foi uma fase muito turbulenta, né? Mas a gente procurou dar o melhor de si.

Eu fico à disposição e agradeço ter *(ininteligível)*. [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu agradeço também a oportunidade e gostaria também de deixar registrado em ata a disposição que o senhor mostrou em oferecer a esta Comissão os documentos que o senhor também relatou que poderia nos fornecer.

Então, gostaria de já deixar isso consignado.



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu fico à disposição. Se vossa excelência desejar que eu ajude em alguma outra coisa, a qualquer momento, é só me ligar. Estou à inteira disposição pra colaborar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

Presidente, por mim eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, quero aqui registrar a presença do Deputado Romildo Titon. Seja bem-vindo.

Vamos começar então pelo Deputado Jessé Lopes. Vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim.

Senhor Raimundo, obrigado por atender ao pedido e estar participando aqui da CPI.

À época da conclusão do seu mandato, que se encerrou em 2018, foi amplamente veiculado na imprensa o intento de que as obras da ponte fossem entregues ainda naquele ano.

Nesse sentido, o que ocorreu para que a entrega da obra não se concretizasse?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Deputado, existia, sabe, você sabe que eu até cheguei a anunciar que, que... eram as informações que eu recebia, que eu acho em março, abril, elas estariam prontas. Não ficaram. Eu identifiquei dois problemas: aquele lá, daquele pilar lá, que foi uma coisa muito grave e os engenheiros assustavam a gente, e depois esse outro problema. O resto eu não tenho conhecimento.

Quando eu saí do governo, eu nunca mais voltei na obra, porque eu não considero legítimo a gente ficar... pode ser visto como atrapalhando. Então, desde fevereiro de 2018 eu nunca mais fui lá. Tenho até vontade de ir lá olhar, porque um dos momentos mais importantes na vida pública de um gestor é você acompanhar uma obra, é você ver a execução, você, a máquina, você vê as pessoas



trabalhando, interagir com eles. Mas eu me senti no dever de não... de não comparecer.

Eu peço desculpa, mas eu realmente não sei quais as razões que atrasaram. Mas o que eu passo por fora ali, eu vejo que ela tá pronta. Alguns engenheiros me disseram o seguinte: se quisesse entregar em julho, era possível. Mas parece que a estratégia é entregar no *réveillon* e tal, o que também é muito bom.

E uma coisa muito boa, que os americanos esses tempos mandaram um documento, ela tem a mesma capacidade de resistência da Colombo Salles e da Pedro Ivo. Ela pode carregar... ela suporta o mesmo peso ao mesmo tempo, né, e ela pode cumprir um papel completo. Ela está habilitada pra ser uma nova... ela é, na verdade, uma nova ponte, né? Agora, eu confesso pro senhor que eu não sei lhe dizer o que que impediu o andamento. Não posso fazer um juízo de valor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo.

No decorrer do primeiro e do segundo mandatos à frente do governo do Estado havia alguma dificuldade de ordem interna que constituía entrave para os avanços da obra, tais como ineficiência ou demora na atuação de órgãos estaduais ou as dificuldades eram somente de ordem externa, vindas das empresas?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — É, nós chegamos a estudar, sabe, uma possibilidade de fazer uma quarta ponte. Existia um outro projeto que... fazia uma ponte no meio das duas, né, e aí ampliava bastante a pista, né? Era um outro projeto estudado. Mas existia um problema muito sério pra fazer uma nova opção, que seriam as questões ambientais. Extremamente difíceis de fazer, tanto que o acesso do sul da Ilha nós levamos cinco anos pra resolver.

Então, a... eu não lembro assim, não tenho conhecimento de nenhum problema externo na ponte. Em outros lugares, nós tivemos. O sul da Ilha ali foi terrível pra conseguir fazer. Mas não teve dificuldade ambiental ou técnica. Acho que não, não fui informado, não tô lembrando, acho que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. Muito obrigado.



O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu que agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jerry Comper, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Sim, senhor Presidente.

Primeiro é uma alegria muito grande poder estar aqui nesta nossa CPI da Ponte recebendo um ex-Governador, alguém que fez tanto por Santa Catarina, e a prova disso é que os seus Secretários estão aqui, Casa Civil, Infraestrutura, enfim, tantos Deputados que foram junto com você no governo. E eu não tenho dúvida nenhuma, nenhuma, da forma que os oito anos, que foi tratado o assunto a nossa ponte, porque o senhor tinha uma visão de Estado. Tendo uma visão de Estado, com certeza estava preocupado com a mobilidade.

É a nossa Capital, é aeroporto, é tudo aqui na Capital. Então o senhor estava preocupado, sim, com o que nós poderíamos fazer. E é como o senhor bem falou, essa ponte pode fazer o trabalho que as outras duas pontas fazem, a Colombo Salles e a Pedro Ivo.

Então agradeço a oportunidade de poder estar aprendendo um pouco, também de saber como funcionavam esses sete anos de mandato, depois o doutor Eduardo como Governador, do trabalho que vocês tiveram com a ponte. Eu não tenho dúvida nenhuma que, com certeza essa ponte pronta, entregando agora ao final do ano... [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A pergunta, Deputado Jerry, a pergunta vossa excelência tem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Não, eu só estou fazendo um agradecimento, eu, como membro da Comissão...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode continuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER — Mas tudo bem, era isso aí. Obrigado pela presença.

Tenho direito, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, senhores Deputados, senhora Deputada, quero cumprimentar todos os presentes.

Eu também não tenho pergunta, mas eu queria fazer um registro, porque em 2013 eu passei a integrar o governo como Secretário da Defesa Civil, que também era um trabalho iniciante do Estado e que tínhamos um projeto muito audacioso. E assim o Estado de Santa Catarina, nesse período do Governador Raimundo Colombo – e aqui nós temos vários ex-Secretários presentes – nós tivemos avanços em muitas áreas. Infelizmente, infelizmente hoje, e eu falo isso como gestor público que fui durante oito anos também, ser gestor público hoje é um risco para qualquer pessoa com o mínimo de responsabilidade e credibilidade neste País, infelizmente. Porque o que se discute ao final é a colocação de uma vírgula, de um ponto, de uma norma contratual, e a prática não é assim, a prática não assim.

Quando... quando a gente vê uma declaração daquela ali na imprensa, onde se questiona a idoneidade de um governo porque uma empresa contratada diz que vai processar o governo, e quando você vê um ex-Governador sentar aqui, de forma espontânea, e trazer relatos de muita responsabilidade e afirmar: rescindimos um contrato de décadas, essa ponte ela está interditada desde 1981 e o Estado gastando dinheiro para mantê-la em pé, porque é um patrimônio histórico de Santa Catarina, e até você chegar à conclusão de que aquilo que está lá não está indo para lugar nenhum... Você entra num governo, você tem mil coisas pra fazer, e ter a coragem de fazer o que foi feito e achar um caminho, Governador, pra que essa ponte não só continuasse sendo um patrimônio histórico, que vai ficar



aí por séculos adiante, com certeza, mas ela voltar a ser útil para os catarinenses e para os florianopolitanos, como uma obra de mobilidade.

E se considerarmos isso, Deputado Cobalchini, ela se tornou uma obra muito barata, muito barata, porque se analisar o que se jogou de dinheiro fora pra manter ela em pé sem saber pra onde ia, que assim foi as leis de licitação que deram validade pras contratações, e depois com responsabilidade, como a gente viu fazer, se achar uma solução definitiva pra que essa obra pudesse servir o povo. O melhor dinheiro gasto é aquele que chega no cidadão, e a Ponte Hercílio Luz é um exemplo disso.

Então eu quero cumprimentá-lo, Governador, ex-Governador, porque um pouco nós acompanhamos. E depois que essa empresa portuguesa estava lá fazendo, começou lá debaixo do mar fazer toda aquela sustentação, e uma vez nós fomos lá, nós, Deputados, eu não era mais Secretário e, sim, Deputado, fomos convidados, assim como o Governador convidava Tribunal de Contas, convidava tantos órgãos pra ir lá olhar... Tanto é que teve a preocupação de fotografar peça por peça retirada e colocada na obra, pra que isso fosse realmente transparente. E a gente viu a complexidade de uma obra dessa, porque não é simplesmente o restauro de um patrimônio histórico que foi feito tal como qual, mas é você viabilizar que esse instrumento histórico pudesse servir novamente aos catarinenses.

Então, essa foi a decisão de um Governador, é a decisão política, com respaldo da equipe técnica que viabilizou tanto o distrato de uma empresa que não levava nada a lugar nenhum, estava consumindo dinheiro do Estado, e a coragem de ir em busca de alguém que pudesse resolver um problema que há décadas não foi resolvido em Santa Catarina.

Então, parabéns, Governador. O senhor merece de todos nós, aqui, de todos os catarinenses, os parabéns e espero que lhe convidem para a inauguração dessa obra. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputada Luciane Caminatti, vossa excelência tem alguma pergunta? Deputado Sargento Lima?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor João Raimundo Colombo, mais alguma consideração final, por gentileza?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu gostaria só, eu me esqueci e foi uma injustiça da minha parte: um passo importante que foi feito e coordenado pelo doutor Serpa, foi que os órgãos de controle e fiscalização acompanhassem a obra. Então o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa, a Associação de Engenheiros, que aqui está representada, o Crea, voluntariamente eles acompanharam a obra e deram segurança pra gente, porque nós fizemos com dispensa de licitação, né, um negócio de altíssimo risco. Então a participação, o acompanhamento desses órgãos foi um instrumento decisivo no ato de fazer com que esse fosse o caminho, então eu cometi a injustiça de não citar eles na iniciativa, e seria injusto não registrar essa parceria fundamental de todos esses órgãos.

E aqui eu queria deixar com o senhor também um documento que substanciou toda a ... o rompimento, é uma portaria... um documento que fez com que nós pudéssemos tomar essa decisão.

(O depoente entrega ao senhor Presidente da CPI cópia do documento citado.)

Só para dar um número, que eu deveria ter dado antes, mas... É dois minutos: a Ponte Rio-Niterói ela tem um trânsito de mais ou menos 140 mil veículos/dia, as duas nossas, em período de baixa temporada, dá 185 mil veículos/dia, agora já passa de 200 mil veículos/dia. Então não tinha como esperar mais, era indispensável fazer e a solução mais rápida, de entregar em menor prazo, era a Hercílio Luz.

Então esses foram fundamentos importantes e essa participação dos órgãos... E a inspiração veio porque... Não sei se vocês lembram, aquele túnel que vai para o aeroporto ele ficou parado um tempo também, e a forma que encontraram de resolver aquele problema foi que esses órgãos de controle se reuniram e deram sustentação ao governo, eu não lembro qual foi o governo que



fez. Então aquele foi o... Nós procuramos fazer mais ou menos igual ao que foi feito no túnel, que resolveu aquela vez e que deu sucesso de novo. Ou seja, quando todo mundo se reúne, se juntam as forças, né, aí a imprensa, a sociedade, você consegue fazer o que é quase impossível de ser feito. E essa participação foi decisiva, e eu quero aqui, agora como catarinense, e como gestor à época, em nome da nossa equipe, agradecer a confiança desses órgãos e dessas instituições, que eu fui... Às vezes na ponte estavam lá eles, cumpriam agenda toda semana, fiscalizavam voluntariamente, a Associação de Engenheiros e o Crea que fizeram essa contribuição importante na... na... nessa solução da ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, o documento recebido do senhor João Raimundo Colombo é datado do dia 3 de julho de 2014, assinado pelo mesmo, na condição de Governador à época, e trata realmente do Consórcio Florianópolis Monumento. E o documento determina ao Deinfra, à Procuradoria-Geral e à Casa Civil para tomarem providências acerca do assunto.

Então dou por recebido, solicito à assessoria que faça a devida anexação ao processo da CPI e distribua cópia aos senhores Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ — Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O Deputado Ivan Naatz deseja ainda fazer uma intervenção.

Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ — Na verdade eu aguardei concluir para ver se não tinha nenhuma intervenção de um colega Deputado. Chamou-me muito a atenção, vossa excelência ficou até emocionalmente ativo com relação à inauguração do aeroporto de Florianópolis. Vossa excelência não foi convidado para a inauguração do aeroporto? Ou foi desconvidado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu não sei o que aconteceu, Deputado, mas eu nem fui convidado, mas me pediram pra não ir, então eu não sei, eu não podia ser desconvidado de um negócio que eu não fui convidado, né?



Eu não fui convidado, mas pediram para mim não ir, então é uma coisa meio estranha, eu não sei explicar que figura é esta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ — Mas o governo do Estado não?...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Eu até não quis nem identificar, porque eu perdi a paciência. Eu disse: olha eu não sei se na Suíça vocês fazem isso, mas aqui no Brasil é a primeira vez que eu vejo uma pessoa que não foi convidada ser informada que não é para ir, porque se eu não fui convidado eu não vou, né? Mas eu não quis nem identificar, eu... aí passou do limite, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ — É que está havendo uma prática assim, né, falta de delicadeza do governo estadual é uma coisa que se espalha bem rapidamente.

Obrigado, Deputado. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Deputado, vamos nos ater à questão da CPI.

Mas, senhores Deputados, não havendo mais perguntas dirigidas ao senhor João Raimundo Colombo, dou por encerrado o depoimento de vossa senhoria e solicito à assessoria que o encaminhe à área externa desta sala. Muito obrigado pela presença.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO — Obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, como já está, para às 17h do dia de hoje, nesta mesma sala.

Muito obrigado. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira*]



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, muito boa-tarde. Boa tarde igualmente às senhoras e aos senhores telespectadores da TVAL, bem como, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc. Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar as pessoas que aqui se encontram.

Havendo quórum regimental, damos início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída que foi por Ato da Mesa nº 30, de fevereiro de 2019.

Recebemos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina o Ofício superintendência nº172/2019, que trata sobre a consulta do



banco de dados desse Conselho e também da localização de ARTs, bem como do acervo técnico. Solicito à assessoria da Comissão que dê recebimento, que faça a devida anexação ao processo da CPI e cópia aos senhores Deputados se assim for solicitado.

Temos hoje, senhores Deputados, a ouvida de duas pessoas: o senhor João Nogueira Motta e o senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro. Vamos ouvir primeiro o senhor João Nogueira Motta.

Solicito a vossa senhoria que se aproxime da mesa e sente onde está o notebook, por gentileza, e solicito à assessoria que encaminhe o senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro até a sala da Coordenadoria das Comissões, para que possa aguardar lá, por gentileza.

(O Depoente, senhor João Nogueira Motta, senta-se no local indicado pelo Presidente.)

Boa tarde senhor João Nogueira Motta.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor pode se aproximar bem da mesa. Solicito que o senhor fale sempre bem perto do microfone para que as taquigrafas possam entender bem.

O senhor sabe por que está aqui hoje?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor recebeu o ofício?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Recebeu o ofício.

Aproxime mais o microfone para si, um pouquinho mais.



(O Depoente, senhor João Nogueira Motta, arruma o microfone.)

Gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – João Nogueira Motta, sou engenheiro civil. No momento eu resíduo na Rua Almirante Lamego, número 965, apartamento 201, Centro, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor promete dizer a verdade e somente a verdade nesta reunião de hoje?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k. O senhor também não é obrigado a responder as perguntas...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –... Se o senhor desejar não responder, o senhor diga que não deseja responder. Da mesma forma, se o senhor quiser levantar alguma questão de ordem, o senhor pode se dirigir à minha pessoa...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA –... Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –... E dizer da questão de ordem que o senhor desejar suscitar.

Passo a palavra ao iminente Deputado Bruno Souza, o relator da CPI, para que possa já fazer as perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde, senhor João.



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seja bem-vindo à essa CPI. Esperamos que o senhor possa nos ajudar a esclarecer alguns fatos relacionados ao período em que o senhor teve contato com as empresas e a obra relacionada.

Senhor João, antes de entrar no atual contrato de supervisão da RMG, gostaria de fazer algumas perguntas sobre a época que o senhor trabalhou na Usiminas. O senhor declarou no seu perfil do LinkedIn que exerceu o cargo de gerente de engenharia no período de outubro de 1971 a junho de 1987.

O senhor participou, de alguma forma, do contrato nº PJ-048/82, firmado entre a Usimec Usiminas e o Estado de Santa Catarina? Esse instrumento de 1982 foi a primeira tentativa de recuperação da ponte, para que o senhor saiba de qual instrumento eu estou falando.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA – Sim. Era a minha área.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O objeto do contrato firmado em 1982 informava que se tratava de obras de restauração, consistindo, aspas, “na construção, compra, fornecimento dos materiais, equipamentos, utensílios, contratação de pessoal, implantação, operação e manutenção de um escritório para apoio de obras.” A Usiminas executaria o projeto de restauração e subcontratava a Steinmann? *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Subcontratou a Steinmann por intermédio de uma empresa chamada Goldblatt.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem de fato então realizaria a obra?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — A Usiminas Mecânica, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além...



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Ah... se o senhor me permite, a Steinmann foi projetista, como o senhor deve saber. E nós subcontratamos para ganhar tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além da Steinmann a empresa Goldblatt também aparece no cenário dessa contratação. Qual a responsabilidade de cada empresa naquele contrato?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — A Goldblatt era representante no Brasil da Steinmann. Só isso. É intermediária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E a responsabilidade da Steinmann e da Usiminas, qual era a de cada uma?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — A Usiminas tinha um contrato e a Steinmann uma subcontratada, simplesmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 23/01/1985 foi firmado termo aditivo alterando o cronograma físico-financeiro do contrato original...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Quando?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —... Em 23/01/1985 foi firmado termo aditivo alterando o cronograma físico-financeiro do contrato original, sendo que o vencimento do instrumento passou para 31/12/1986, passando a totalizar o contrato o valor de Cr\$ 14.118.743.533,00, ou seja, quase cinco vezes o valor do contrato original. Houve acréscimo de serviços no aditamento? O senhor pode precisar quais foram os serviços?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. Eu não sei dizer se foi efetivado isso. Eu acho que era uma previsão, uma estimativa, se eu não me engano. O contrato foi rescindido, eu acho que em 83 parece, assim paralisado, quando houve aquelas enchentes lá em Blumenau etc., e, praticamente, eu não sei por que, não me lembro disso exatamente, porque em 85 nós fomos contratados para fazer a... que vocês chamam de Pedro Ivo, a segunda etapa da Colombo Salles, de 85 a 90.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra desse...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —... aditamento.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Desse aditamento não, porque a ponte ficou parada. Depois de 83 nós entregamos os relatórios e os levantamentos. Até um relatório foi elaborado pelo Arango, Gaston Arango, são os relatórios que ele fez e... parou por aí. A Steinmann voltou, pronto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato original era dividido em um total de quatro macrofases subdivididas em 27 etapas, sendo que existem documentos que indicam que, pelo menos, até a etapa 9 foi realizada e até a etapa 8 foi pago. O senhor consegue precisar até que ponto o contrato foi executado e o que faltou para ser feito?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Só relatórios. Fizemos um levantamento de campo, uma equipe nossa, mais uns quatro americanos que vieram, inclusive o Gaston, e terminamos o relatório, entregamos e aí acabou o dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Projetos foram feitos então?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. Só um estudo com estimativa de custo, só. E iria ter feito projetos, detalhamento, e tudo mais, mas não avançou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em termos percentuais o senhor saberia dizer o quanto foi realizado?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 31/05/1985 foi apresentado o orçamento pela Usimec no valor de US\$ 8.600.000,00, equivalente a Cr\$ 126.000.000,00, referentes a serviços da Usimec, mais US\$ 302.400,00 e US\$ 45.000,00 referentes a serviços da



Steinmann, e, ainda, as importâncias de Cr\$ 49.280.000,00 e Cr\$ 9.328.000,00 referentes a serviços da Goldblatt, para restauração da ponte, sendo que em 02/02/1987 o contrato foi prorrogado através da Portaria nº 099/87, por mais 36 meses. Desta feita, a partir de mais esta prorrogação contratual, o que de fato foi realizado até a rescisão do contrato, em 29 de dezembro de 1987?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Eu me lembro de ter praticamente, na área de engenharia não foi feito absolutamente nada, depois do relatório final apresentado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe se houve faturamento nesse período?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não houve, provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve problemas de pagamento do Estado, atraso, inadimplência?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Hum... não, praticamente... no último, acho que nos últimos entendimentos lá, é que houve uma paralisação, evidentemente haviam as despesas do pessoal dos americanos aqui, deve ter sido uma cobrança sim, provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se outras empresas tinham problemas com pagamentos?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Outras?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era falado algo do tipo? *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 10/11/1987 a Usimec apresentou um orçamento para a recuperação final da Ponte Hercílio Luz, no valor de Cz\$ 54 milhões, equivalente a R\$ 13 milhões



em fevereiro de 2019, sendo que a referida proposta não foi aceita pelo Estado e o contrato foi resilido. Sabe o motivo pelo qual o orçamento não foi aceito?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não sei exatamente por que o cliente não aceitou. É... naquela época a ponte estava menos deteriorada do que nessa fase final, porque não houve manutenção, principalmente no vão central. Provavelmente o Estado não tinha talvez, recursos. Sinceramente eu não sei o motivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era... Era dito algo sobre algum problema de planejamento financeiro? Algo do tipo?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não sei. Aí o cliente... nós simplesmente... Eu acho que deve ter sido feito uma solicitação de uma atualização de orçamento e tudo mais e foi apresentado. Como de praxe, as obras são postergadas e tem inflação no Brasil, você tem que... atualizar preços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao seu ver, quais os motivos que levaram o contrato e a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz não ser finalizada na década de 1980 pela Usiminas/Usimec?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — O nome da empresa é Usiminas Mecânica, não é Usiminas/Usimec.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É o contrato...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Usimec é uma contração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É... O porquê não foi feito eu acho que foi falta de recursos, só isso. Nós tínhamos como consultores o projetista, não o projetista - o senhor David Steinman tinha oferecido em 1960 -, nós simplesmente chamamos a empresa dele para que nós assessorasse e auxiliasse, então, tinha todo apoio e infelizmente não avançou.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tem alguma documentação importante da época, que possui, e que possa entregar à Comissão, que não tenha sido tratado na data de hoje?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Eu tenho apenas uma cópia do contrato de 1982 que vocês devem ter.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tem mais alguma informação ou impressão que queira acrescentar e que julgue relevante para o esclarecimento dos fatos desta época?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, eu acho que o relevante é o relatório que foi apresentado, na época, das condições que estavam, em conjunto com a empresa projetista, que eu acho que traduzia fielmente o estado da ponte naquela oportunidade. O trabalho aqui foi de uns 6 meses de levantamento, então, acho que o documento mais relevante é esse relatório do Gaston Arango, eu acho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor conhece o senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro, dessa época da Usiminas?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Sim. Eu entrei na Usiminas Mecânica em 1970, e o Carlos Luiz Carneiro entrou em 1974. Ele saiu em 1990, montou a empresa junto com outros três colegas da Usiminas Mecânica, a RMG Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor classifica a natureza da relação dos senhores?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Somos amigos, colegas de empresa anterior, e hoje somos amigos, colegas, eu trabalho para ele hoje, eu saí da Usiminas Mecânica posteriormente eu fui trabalhar para ele, para RMG. E a RMG sempre teve um cont... Desde quando eles saíram, eles sempre tiveram um contrato de prestação de serviços para Usiminas Mecânica. O problema foi mais ou menos na época de privatização da Usiminas, em 1991. Houve umas modificações e os quatro saíram.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor trabalhou ou prestou serviços para outras empresas que estiveram envolvidas, direta ou indiretamente, com as obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Em 2013, é... A RMG tem um contato com o consórcio desde 2009, e em 2013, com essa solução que foi dada pela RMG em 2007 para a Usiminas Mecânica, para a Usimec, que participava de outro consórcio na disputa da... da licitação que foi decidida e a empresa, o Consórcio Florianópolis Monumento foi o vencedor da licitação. Nós... o Carlos Luiz pode até entrar em mais detalhes, nós na realidade apresentamos a solução alternativa que foi aplicada agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor trabalhou diretamente para o Consórcio Florianópolis Monumento ou para a Construtora Espaço Aberto?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Eu trabalhei para a RMG, dando assistência técnica ao Consórcio Florianópolis Monumento, a partir de agosto de 2013, foi quando houve um acerto, segundo informações do próprio Carlos Luiz, ele poderá confirmar posteriormente. Junto com os projetos que nós fizemos, estávamos fazendo, tinha um contrato amplo de vários projetos e o consórcio exigiu que, numa das cláusulas do contrato, do escopo, que tivesse uma assistência técnica aqui. Uma supervisão técnica para eles, assistência técnica para dialogar entre a obra e os projetos. E eu vim em... agosto.
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, ainda, voltando a pergunta anterior, o senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro, ele também chegou a trabalhar na Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Ele trabalhava na área comercial da Usiminas Mecânica. Não era da área técnica. Ele participava de tratativas comerciais, sempre trabalhou na área comercial. Hoje ele, hoje ele é o diretor comercial da RMG.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG não apresentou proposta no edital?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — No edital...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De restauração da Ponte Hercílio Luz.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não... Não, era um... é... exigia que se tivesse assim... atestado de fabricação... fabricante, entendeu, de gestão de obra, várias exigências do edital, o senhor sabe quais são os atestados que eram solicitados.

O consórcio, a Usiminas Mecânica participava desse consórcio. Nós trabalhamos sempre, como eu lhe disse, para a Usiminas Mecânica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No primeiro ano do Consórcio Florianópolis Monumento, novembro de 2009, já havia sido medido 92% do Serviço de Metodologia Executiva da Obras, 40% dos Estudos de Transferência de Carga e Ajuste, 22% do Projeto Detalhado de Obras, 45% do Projeto de Obras Provisórias e 65% do Estado da Obra e Programa de Reabilitação, num total de R\$ 9 milhões. No ano seguinte, mais R\$ 8,5 milhões. A RMG participou de algum desses serviços?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Todos os projetos que foram feitos ali, a RMG, da estrutura metálica ela, provavelmente, da parte toda dessa metodologia que foi alterada, da transferência de carga, ela que desenvolveu. Ela desenvolveu inclusive para a Usimec lá em dois... em... em 1997, 2007, por aí. Perdão, troquei, 2007. E aí na época a Usimec disse que não permitia que apresentasse uma alternativa, o edital da época. Então não foi apresentado, isso foi... e mesmo assim o consórcio que a Usimec acho que participava, ela realmente... realmente... o consórcio... eu acho que depois das... da parte inicial de qualificação eles desistiram de participar da obra, pelo menos a informação que nós tivemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mais isso foi em 2009 ou 2010?



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Hum... não isso foi da época, a Usimec fez... foi antes da... preparando para a licitação. A partir de 2009, ele poderá talvez ... é... dar mais detalhes aos... a RMG foi procurada para apresentar essa alternativa. Ponto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era os responsáveis pelo Consórcio Florianópolis Monumento, que explicavam os problemas técnicos da Ponte Hercílio Luz para a realização de um projeto alternativo?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Nós fomos chamados aqui, tivemos diversas reuniões aqui, deve ter vindo, acredito que veio o ART da empresa hoje, da RMG, que é o Jörn Jewe Hermann Maerntes, ele deve ter vindo na época. Nós então refizemos esses projetos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas quem era o responsável?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Da, da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o responsável pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — O responsável era o preposto, o engenheiro do Consórcio, o Gleison. Ele que recebia toda a documentação, aprovava as nossas medições etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum consultor internacional participava dessas reuniões?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — O senhor Khaled veio aqui algumas vezes. Eu cheguei em 2013, em agosto... o consórcio... a rescisão contratual do consórcio foi em agosto de 2014, e o nosso contrato também automaticamente foi rescindido. Tinha uma cláusula no nosso contrato com o consórcio que se houvesse rescisão do contrato principal nos também teríamos a rescisão automaticamente. Então eu estive com o Khaled uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma vez?



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Uma vez só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum engenheiro da CSA Group Inc. chegou a participar das tratativas para a realização do projeto alternativo?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor conhecia algum engenheiro responsável da CSA Group Inc.? *[Transcrição: taquigrafa Maria Aparecida Orsi /Revisão: Clovis Pires da Silva]*

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Esse período eu não estive aqui. Então talvez o Carlos Luiz possa falar que conheça; ele conhece alguns, eu num... acho que é melhor ele falar pro senhor. O senhor poderia perguntar isso a ele e ele vai, talvez, detalhar os nomes. Eu não tive contato com essas pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os projetos fornecidos pelo Consórcio Florianópolis Monumento, que foram elaborados pela RMG, tais como Metodologia de Cálculo da Transferência de Carga; Projeto Executivo das Fundações; Projeto Conceitual de Montagem; Projeto Executivo, indicam que foram elaborados apenas em 2013.

Quando a RMG começou a fazer os projetos da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — A ideia do conceito que foi apresentado aqui, eu já tinha apresentado como lhe disse antes, na fase de proposta pra Usimec, foi reapresentada em 2009, para o consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então em 2009?...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Já foi apresentado o conceito dessa mudança da alternativa de transferência de carga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então em 2009, na concepção do senhor, já havia...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Ah, já...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...essa concepção de que era necessário.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Era... nós, nós inclusive achamos que deveria realmente mudar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Pausa.)* O consórcio... o consórcio... A empresa RMG, instada por esta Comissão, apresentou diversos documentos e informou que foi contratada para fazer o projeto alternativo para a recuperação da Ponte Hercílio Luz. Para tanto, cobrou o total de R\$ 3,782 milhões, acrescentando que não recebeu parte desse valor ainda. Mesmo assim, o projeto foi entregue?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse projeto já era detalhado o suficiente para detalhar o serviço?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É... deixa eu tentar dizer pro senhor o que que é detalhar.

Na estrutura metálica o senhor pode fazer um projeto básico e ter um projeto definitivo, e existe a palavra que fala detalhamento. Detalhamento nada mais são do que os desenhos de fabricação. É... o desenho de fabricação, detalhamento, geralmente é feito pelo fabricante, porque ele tem diversos equipamentos e o detalhamento é dirigido pra esses equipamentos, se ele tem máquinas de controle numérico, no que que ele trabalha.

Então, então o detalhamento da estrutura metálica é feito pelo fabricante que, aquele que foi contratado pra fabricá-la, nós não somos fabricantes. Mas, especificamente aí, para a estrutura inferior, foram contatada uma empresa chamada TDB, do Espírito Santo, e estrutura superior a própria Usiminas Mecânica fez. Assim como a Usiminas Mecânica fez as barra de... é, é... fabricou as barras de olhal com o material fornecido pela Usiminas, um laço especial, assim como fabricou as rótulas, as quatro rótulas de apoio, assim como fabricou as quatro ancoragens nos maciços, duas em cada maciço, continente...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quando que esse projeto começou a ser feito e quando que ele foi entregue?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Alguns projetos foram em... eu... os detalhes todos eu posso até pegar aqui um documento. Alguns projetos foram executados, principalmente o de transferência de carga, foi entregue no final de 2013 por uma solicitação do cliente, é... os projetos da estruturas auxiliares nós fizemos ante de dois mil e... em 2013 também, antes, porque começaram a chegar estruturas auxiliares, acho que em maio ou junho de 2013, por aí, entrega... a TDB entregou estruturas auxiliares até setembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas quando que o projeto começou a ser feito?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Acredito que em 2013, no início de 2013.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 2013?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Das estruturas auxiliares, 2013.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O projeto foi analisado pelo Deinfra ou pelo antigo Consórcio Prosul-Concremat? Eles fizeram alguma contestação?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, não tem condições.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas ele foi analisado pelo Deinfra, o senhor sabe?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Se ele foi analisado, eu, sinceramente, não sei. Não houve nenhum questionamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo Ney Almeida, do Consórcio Florianópolis Monumento, afirmou que a empresa RMG, abre aspas, "Não cumpriu, não era só fazer o projeto, tinha que acompanhar, ela saiu antes". O que houve?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Acompanhar? Saiu antes?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Eu repito o que o senhor Paulo Ney falou, abre aspas "Não cumpriu, não era só fazer o projeto, tinha que acompanhar, ela saiu antes".

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, não. Eu, eu não saí antes, nós tivemos o contrato rescindido, também no dia 18 ou 19, se não me engano, de agosto, e nós continuamos aqui. Até porque eu fiquei aqui um período pra ver se... eu conseguia receber os valores que eles tinham medido e não tinham quitados. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG estava acompanhando a obra e...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Sim, estava ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela de fato estava acompanhando a obra?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Sim, sim. Por sinal a obra anda muito devagar nesse período, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela nunca chegou a abandonar o canteiro, a RMG?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, senhor, em absoluto. Eu tenho medições mensais desse... de todos esses meses, estão inclusive no processo que nós tamo movendo contra ele, uma cobrança extrajudicial. A cobrança extrajudicial é porque, estamos fazendo a cobrança extrajudicial porque o serviço foi aprovado por ele. Não vamos, não tem nem discussão de mérito, já está na... já perderam até no recurso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era o período que a RMG tinha se comprometido a acompanhar a implantação do projeto, prestar orientações...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Enquanto, enquanto estivesse entregando o projeto, nós não entregamos todos os projetos porque não deu tempo.



Número: **RQC/0016.6/2019**

Origem: **Legislativo**

Autor: **Deputado Bruno Souza e outro(s)**

Data Limite: **13/06/2019**

Requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua interdição até a atualidade.

Ato da Presidência nº 030-DL, de 2019 - Constitui

Ato da Presidência nº 077-DL, de 2019 - Prorroga

Volume XCVIII

PARECER (ES).....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

EMENDA(S).....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Florianópolis Monumento tinha capacidade técnica para realizar a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Com aquela estrutura, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia destacar algumas diferenças de metodologias empregadas atualmente pela Teixeira Duarte e o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Equipe, experiência. Eles não têm... eles terceirizam tudo. Não vou dizer que... a atual construtora, ela terceiriza alguns serviços, vigilância, â... apoio náutico, mergulhadores, mas o restante é toda equipe própria, tem 470 pessoas no canteiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o Consórcio Florianópolis Monumento chegou em algum momento a abandonar o canteiro de obras?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Teve um determinado dia que eles se retiraram do canteiro, levaram toda a documentação, todo o mobiliário, tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra quando?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Â... foi um pouco antes da rescisão. Ele... acho que souberam que alguma forma e saíram intempestivamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Florianópolis Monumento recebeu do Deinfra mais de R\$ 21 milhões pelos projetos da Ponte Hercílio Luz. Quando questionado sobre o que aconteceu com os R\$ 17,4 milhões restantes que recebeu, o senhor Paulo Ney Almeida afirmou que contratou diversos outros projetos.

O senhor lembra de outros projetos além dos da RMG?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Eles contrataram um levantamento de campo para conferir o estado da ponte. Contrataram essa empresa,



inclusive parte desse serviço, desse levantamento de campo foi feito pela própria RMG, que eles contrataram pra fazer esse levantamento. A RMG fez um determinado período e aí, antes de terminar, nós fizemos só dos acessos e o vão central estava, estava sendo feito por uma outra empresa. Antes de nós terminarmos todos esses serviço, eles cancelaram o contrato e essa empresa que estava fazendo, do vão central, terminou, pegou todos os nossos levantamentos, pra... de... fotos, levantamentos, medições que foram feitas, desenhos que foram elaborados, muitos, né, tipo um *as built* que estava lá. E foi entregues pra essa nova emp... pra essa empresa que já estava no vão central e ela finalizou todo o relatório de inspeção, vamos dizer assim, naquela época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a empresa?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Alpha Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alpha? E esse serviço da empresa Alpha teria um valor de mercado de R\$ 17 milhões?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ã, acredito que... no nosso o Carlos Luiz deve ter o número, eu não tenho, deve ser uns 700 mil o nosso, a nossa parte, talvez a delas, a da Alpha eu não sei, talvez um pouquinho mais. Apesar que nós fizemos 821 metros menos 340, vamos dizer assim, que se nós não tivesse terminado todo... a extensão, é problema de equipe, né? Eles tinham alpinistas, porque no vão central exige isso, mas... eu não sei, acredito que não, 17 milhões jamais. Eu acredito que talvez o dobro do nosso, 50% a mais do nosso contrato, talvez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse valor de R\$ 21 milhões reservados para projetos, era suficiente para um novo projeto para a ponte? [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Para fazer todos os projetos necessários, ainda que faltava, ã... o projeto básico da Ingérop e Sondotécnica, do consórcio que ganhou essa concorrência internacional do DNIT em 2001,



por aí, ã... eles não terminaram o projeto. O projeto... né? E na época tinha considerações bem diferentes.

Se o senhor me permitir eu vou contar só um exemplo aqui: o maciço do Continente, devido à exigência do Iphan, não poderia ser demolido, como ele foi agora. Então, todo o reforço que tinha que ser feito, tinha que ser feito na parte de...atrás do maciço.

Quando foi feito esse projeto lá, pela Ingérop-Sondotécnica, não existia Beira-Mar Continente. Então se pegava os desenhos, eles têm aí, tem disponível, aquela faixa da... uma faixa da Beira-Mar Norte seria ocupada por essa expansão do maciço. Por isso teve que ser feita uma revisão. E aí, posteriormente, conseguiu com o Iphan fazer toda a demolição e, posteriormente, iria ser feito um maciço todo estruturado, porque aquele maciço existente ele... não é estruturado, é um concreto pobre, não tem armadura, e iríamos... Então foi feito o maciço com estacas de um 1,5 metro de diâmetro, 29 estacas. Então, todo estruturado.

E a parte externa fotografaram bastante pra fazer toda aquelas... aquele acabamento antigo, vamos dizer assim, né, retrô.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O projeto original, na sua opinião, era de exequibilidade questionável?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não... Eles... A empresa Ingérop é uma empresa francesa, ela não existe mais, ele usou a parte usual de recuperação de pontes pênséis, que é usando cabo auxiliar, por cima, com células auxiliares e tudo mais.

Ponte pênséis, por exemplo, no Brasil... Hoje, só são viáveis economicamente com vãos acima de 800 metros. Então se você tem que atravessar um braço de mar no (*ininteligível*) você não tem profundidade 100, 200 metros, uma lâmina d'água. O senhor não vai conseguir dar uma solução que nós demos nessa. Essa solução proposta é porque nós conhecíamos a batimetria do eixo da... da Pedro Ivo. Então ali é um pouco... ali afina um pouco, chegamos ali a 30 metros de lâmina d'água.



Então, a solução nossa com apoios auxiliares era viável.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a RMG recebeu apenas esse contrato de R\$ 3,7 milhões?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Só... e eu acho que não terminou todo, porque não... não terminou alguns projetos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG formalizou o contrato PJ 204, em 14/11/2014, no valor de R\$ 1,95 milhões, por dispensa de licitação, para no prazo de 180 dias elaborar projetos complementares para a execução da restauração da Ponte Hercílio Luz.

O senhor poderia esclarecer quais projetos foram elaborados e entregues no início de 2015?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Só um minutinho, por favor. (O depoente folheia alguns documentos.)

Tem uma certidão, tem uma certidão do Deinfra listando o que foi feito. Essa certidão é do PJ 204/2014. É... Se o senhor... Posso dar uma cópia pro senhor depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu peço uma cópia da certidão.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É, tem um cálculo do projeto do estaiamento provisório das torres principais para desmontagem e montagem da cadeia de barras de olhal, cálculo e projeto geométrico dimensional e estrutural das barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esses projetos não estavam incluídos no contrato com o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA - Eu acho que lá estava tudo incluído, porque ele seria o responsável por fazer isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, por que foi feito novamente?



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Porque eles não... Nós não fizemos pro Consórcio Espaço Aberto, não deu tempo. Eles foram retirados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas foi faturado o valor referente a esse projeto?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, em absoluto. Se o senhor... Nós temos o contrato nosso, o senhor rece... Eu acho que vocês solicitaram à empresa os contratos que nós temos com a... a... com o consórcio, os (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os projetos não foram entregues para o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. Por exemplo, nós entregamos o, o cons... o projeto transferência de carga, que foi um projeto entregue novembro de 2013, ele não está nessa lista aqui, dos projetos complementares. O motivo desses projetos complementares é, como eu lhe disse, o projeto da Ingérop-*Sondotécnica* não estava completo. Então, deveria ser... complemento, um complemento de projetos para que pudesse ser executado.

O objetivo desses projetos complementares era para ter, realmente, um projeto completo para que o órgão pudesse, ou fazer uma nova licitação, ou contratasse uma empresa diretamente pra executá-lo. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Então, com isto aqui foi feito um orçamento, houve uma licitação para se fazer um orçamento, uma outra empresa fez o orçamento, entregou ao Deinfra e baseado nesse orçamento e com o escopo todo definido, o Deinfra inicialmente é... fez uma consulta à American Bridge, o... nós participamos dessa viagem da American Bridge, o Ian foi acompanhando uma equipe aqui, acho que o gov... acho, não, o Governador foi e nós... lá foi discutido o projeto e tal, apresentada a nossa alternativa, enfim. E aí, posteriormente, parece que a American Bridge demonstrou uma certa insegurança cambial na época, isso foi em 2016, início, e ela declinou do convite pra fazer a recuperação. O



mesmo convite foi repassado à Teixeira Duarte, que as... apresentou uma proposta, depois negociaram e tal, e acertaram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a Construtora Teixeira Duarte recebeu o equivalente a R\$ 1,5 milhão somente para realizar retrabalho na estrutura de sustentação provisória, na parte construída pelo Consórcio Florianópolis Monumento...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, não, aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...devido a erros de geometria, fabricação ou montagem das peças.

O senhor poderia explicar quais erros foram cometidos pelo construtor anterior?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É... Não foi a Teixeira Duarte que fez, foi a Empa. A Empa é uma empresa que pertence à Teixeira Duarte. É... como... todo, todos, todos estavam preocupados com o estado da ponte, de repente... e aí essa estrutura auxiliar que foi entregue em 2013 estava uma parte, eu acho que nem 10% o consórcio montou, acho que montou cento e poucas toneladas, uma coisa assim... Só que o consórcio não montou, quem montou foi a própria TDB que era a fabricante – ela foi contratada para fabricar e montar. E ela fabricou, entregou, acho que o consórcio faturou, mediu tudo, e durante a mon... a montagem parou num certo ponto e eventuais erros de fabricação que a TDB cometeu foram... é... enquanto a TDB estava montando, a responsabilidade era dela mesma, ela fabricou e entregou, sem muita inspeção na fábrica. E a equipe de montagem montou e corrigiu o que tinha que corrigir. Os... quando a Empa entrou os novos... os problemas que continuaram a aparecer tinham que ser corrigidos, só que a Teixeira Duarte não teria que cobrar e ela cobrou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo Ney Almeida, em sua oitiva nesta CPI, quando instado sobre a necessidade de retrabalho, afirmou "Eu discordo, porque quando nós saímos do contrato, rescindido, faltava colocar o último bloco e fazer alguns torques, e fazer os



ajustes, eu não vejo como erro [...] eles terminaram o serviço que nós não havíamos terminado”.

Houve algum equívoco?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Muito. Ele não... O físico-financeiro dele não tá correto, não. Ele não... O último torque, ele deve tá falando a respeito dos contraventamentos das fundações dos blocos, ali tem parafuso, torque. Toda a estrutura auxiliar que aparece, que vocês veem ali do bloco pra cima, ela é toda soldada, não tem torque, não tem parafuso.

Então... É a parte técnica, o pessoal não tem muita familiaridade, tem dificuldade de entender. Então não... A estrutura metálica inferior, aquela que vocês veem que tem quatro... tipo prismas, né, invertidos, ela é toda soldada. E aquelas estaca, quatro estacas que tem por cada bloco, elas têm um contraventamento, esse contraventamento ele é parafusado em abraçadeiras nas estacas, nas estacas, tem as abraçadeiras e são parafusadas. Isso, sim, tem torque. E não tava dando no último, não; no, no, no quarto ele não tinha feito quase nada, no apoio quatro, aquele apoio que deu problema, que uma estaca tombou lá atrás. E alguns outros... nós tivemos que... a equipe que voltou, ventou depois teve que entrar pra verificar os torques e tudo mais, de todos, de todos. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Recentemente, neste ano de 2019, a Teixeira Duarte foi contratada, de forma emergencial, para reforçar a estrutura de sustentação provisória da Ponte Hercílio Luz. Por que esse reforço foi necessário? Quem é o causador dessa necessidade? Por que não foi feita licitação para essa contratação?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É, sempre se pode fa... sempre se pode e deve fazer licitações pra qualquer obra pública, né, mas às vezes o prazo que um órgão gasta pra fazer uma licitação, é... e se a obra já estiver em andamento, como é o caso, pode atrasar uma série de etapas, e esse custo fixo é muito alto. Agora, necessidade do reforço, é porque uma estrutura provisória é provisória em dois anos, não é pra uma obra dessa, no máximo.



Elas foram entregues, como eu lhe disse, em 2013, de maio a setembro, então nós estamos falando seis anos quase, né? Então a perda de espessura de estrutura exposta nesse ambiente, classificação C5M, é... ele não é uniforme, em alguns lugares é mais acelerado do que outros. Então foi feita uma inspeção antes da última transferência, porque as cargas são mais concentradas em alguns pontos, e eu acho que da ordem de 190 elementos, de todos aqueles que foram inspecionados, perderam espessura.

Com esse mapeamento da perda de espessura nós levamos no modelo, que a empresa, a nossa empresa que tinha feito o cálculo, o projeto, então foi verificado que alguns perfis poderiam correr um risco, deveria ser reforçado. Então foi feito um reforço, nós projetamos um reforço, para não correr riscos, e... foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E desde quando era conhecido o prazo de validade da estrutura provisória?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Qualquer estrutura exposta num ambiente desse é pra dois anos. Se falassem... chegaram a comentar que deveríamos ter previsto cinco, dez anos, mas aí quem que paga a pintura, quem que paga isso? Não tem... no escopo não tem isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então daria para antever a necessidade de reforço?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Antever, não, nós aferimos que era necessário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato de empreitada PJ 56/2016, firmado com a Teixeira Duarte e que tem por objeto a restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz, já sofreu alguns aditamentos, sendo que três termos aditivos chamam atenção, são eles: o Termo Aditivo 252, referente a acréscimo de serviços; o Termo Aditivo 77, referente a acréscimos de serviços e alteração de cronograma; e o oitavo Termo Aditivo, de 25/07/2019, que modificou quantitativos da proposta original em virtude do



reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo que, somados, os aditamentos perfazem a quantia de R\$ 63 milhões.

Quais os principais serviços que não estavam previstos originalmente no contrato e que foram acrescidos?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Primeiro esse último que o senhor falou. Contrato da Teixeira Duarte era de trinta meses. ã... era responsa... é de responsa... era e é de responsabilidade do cliente fazer as desapropriações em tempo hábil. No contrato tem um prazo específico para desapropriação.

A primeira desapropriação, que atrasou sete meses, em cima de uma torre que nós chamamos, lá tá nominado torre T6, morava um pessoal embaixo da torre, e atrasou... era pra entregar em maio de 2016, foi entregue em 20 de dezembro de 2016, sete meses mais ou menos. Teixeira até conseguiu recuperar dois, então aí houve um atraso de cinco.

E ao lado do maciço que foi demolido, do continente, o atraso foi de... quase que doze meses, né, no total.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que eles não estavam previstos originalmente?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Nós... tinha um cont... tinha um cronograma, uma proposta, foi entregue e a desapropriação é por conta do cliente.

Esses custos adicionais... custo... custo referente ao fixo da empresa, que teve que manter um fixo, mesmo que ela não atuasse em algumas frentes devido a atrasos, ela tem que ter um fixo, tem que ter vigilância no canteiro, tem que ter engenharia de segurança, tem que ter meio ambiente, tem que ter sinalização náutica, e vai por aí a fora, um monte de coisa e isso custa. Esse é o primeiro, esse é o primeiro.

O segundo é que ã... o segundo item, que são os quantitativos específicos de cada... de itens. Então, por exemplo, muita coisa foi estimada e... à medida que você começa a fazer... depois que aquela plataforma inferior



estava pronta, que você começava a desmontar algum... algumas dos elementos estruturais, apareciam outros serviços, foram aparecendo serviços, devido exatamente a algo que você não consegue enxergar numa vistoria visual, lá de fora. A hora que você desmonta uma conexão, aí você verifica que a chapa do outro lado tinha um buraco, por exemplo, e aí faz-se Estudo de Viabilidade Econômica, se vale a pena reforçar ou substituir toda a peça. Na maioria das vezes foi mais vantajoso substituir a peça. *[Transcrição: Felipe Pereira Bueno]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos finalizando da minha parte, mas tem algumas perguntas que eu gostaria de entender aqui.

Considerando que temos aditivos do ano de 2016, ou seja, primeiro ano de contrato, de 2018 e de 2019, em tese o último ano de contrato, quando que a necessidade dos acréscimos desses serviços foi percebida? Não poderia ter sido percebida a necessidade quando da assinatura do contrato original?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Nunca, jamais. Sem inspeção, nunca. Sem a inspeção não se...

Por exemplo, havia estimativa, sim, de rebite. Já aplicaram duzentos mil rebites, a estimativa era muito menos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG já teve ou tem problemas em receber os pagamentos por parte do Estado, em receber com atraso?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. Eventualmente tem algum problema de... é... às vezes coisa assim de aprovação do orçamento inicial no mês de janeiro, mas isso é... é mínimo, não é nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vou fazer uma pergunta que é padrão a todos os depoentes: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à



execução dos contratos de reabilitação, restauração ou supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, em absoluto. Nossa empresa não se envolve nisso, nem eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem algo mais a acrescentar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. Estou à disposição para qualquer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados... Deputado Jessé Lopes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, senhor João.

Quantos empregados, em média, a Teixeira Duarte mantém no canteiro de obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — (*Suspira.*) No momento, nos últimos seis meses, talvez, ela tá com mais de 400, mas é um número expressivo. Eu diria que... talvez no mínimo uns 250, por aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A média?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Mas eu acho que isso é uma consulta simples aos nossos relatórios, aos relatórios... aos memoriais de medição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Isso é fácil de rece... de ter, né, porque já estão registrados no Deinfra. Eu não sei de cabeça, poderia até fazer pra vocês, se vocês precisarem, nós temos... nós aprovamos os memoriais.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES —Especificamente nos meses em que teve maior e menor mão de obra, quantos funcionários foram em média?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Eu acho que eles nunca tiveram menos de cem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Qual a média mínima de trabalhadores que em uma obra do porte da Ponte Hercílio Luz exige, aproximadamente?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É difícil... devido ao estado dela, né, da... o volume de serviços de recuperação. Uma obra nova é muito mais fácil de ser feita, né, você tem na mão a obra. Uma obra de recuperação você não tem.

Então, por exemplo, no momento tem várias equipes de pintura pra... que agora é o caminho crítico, pra poder chegar a liberar ao tráfego em 30 de dezembro. No momento tem várias equipes, porque tem várias frentes para pintura, antes não havia esse número de equipes porque as frentes não eram... não permitiam, então agora tem.

Então... É muito difícil espe... especificar isso. Você tem obras que às vezes você pode colocar mil funcionários, dependendo se for possível e tem outras obras que não é possível. Sinceramente, cada caso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A pintura da ponte vai ser preciso ser feita em média quanto tempo? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Ah, ela começ... começou a fazer pintura, e a medida que você acaba um determinado segmento... uma torre, por exemplo, você pinta a torre e libera a torre. Tem umas... um... um atestado par... de recebimento parcial.



Nós temos vários atestados. Hoje já recebemos... várias partes da ponte já estão prontas. As duas... as barras de olhal já estão prontas, as duas torres, uma já tá pronta, a outra tá terminando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Muita dessa pintura é para proteção da própria ferragem que vocês pintam.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Do aço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Isso.

E essa pintura de manutenção para proteção da ponte, ela... tu achas que ela precisa ser feita de quanto em quanto tempo, para, para...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É do, do nosso escopo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — ...fazer essa proteção?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É do escopo da supervisão elaborarmos um... um manual de inspeção e manutenção. Nesse manual estará a periodicidade de se fazer inspeções e... a tra... como tratar a, a pintura ao longo do tempo. A expectativa de vida útil desta... pintura atual, desse esquema de pintura feito, é de quinze anos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Quinze anos...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Mas a ponte, nós, já vou antecipar, nós vamos indicar uma lavagem com água doce no mínimo uma vez por ano, para que aumente essa... de quinze, quem sabe, pra vinte. Isso não é novidade, isso é... nos, nos no DER americano tem esses estudos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Isso é uma... uma curiosidade.

A RMG costuma participar de reuniões com a empresa executora e a fiscalização do Deinfra?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Nós temos reuniões de coordenação periódicas. Muitas da... grande parte das decisões da obra, de como fazer, o que que fazer, é, são decididas em ata de reunião.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eles participam?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Sim, em todas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E com que frequência elas acontecem, essas reuniões?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Tem, tem meses que teve quatro, tem meses que tem duas, depende. No momento agora está muito tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E quem convoca as reuniões?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — O fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — O fiscal... E onde que elas acontecem?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — No canteiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — No canteiro.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Na fiscalização do canteiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Hum, hum.

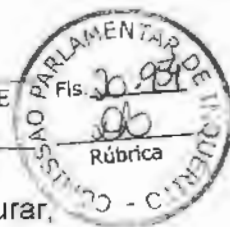
Existiu alguma vez o pedido do Deinfra para segurar as medições, ou seja, para não medir e não emitir a nota fiscal para o pagamento?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. Ja... Todo, todo di... todo início do mês nós fina... é... fechamos o mês anterior e apresentamos a me... exa... e... a construtora apresenta medição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...pra nós. Nós verificamos, item a item, corrigimos aquilo que tem que corrigir, discutimos, e ela... nós apro... nós, quando nós aprovamos, nós apresentamos ao fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Nunca teve esse...?



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não. O, o atraso... pedir pra segurar, não. Em absoluto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Quem determina quando as notas fiscais podem ser emitidas?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — O órgão de contratos do Deinfra, é, hoje é SIE, né, o órgão de contrato. Eles não envi... é... a gente apresenta a medição geralmente até o dia 7, 10, do mês do... referente ao mês anterior, e até o dia 17, geralmente, é... até o dia 20, é autorizado o faturamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tem algum...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...vem num *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tem um nome de alguém específico que recebe?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — O gerente é o senhor Hamilton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — É gerente?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É o gerente da área... o dire... É o gerente da área de contratos, do, da, a diretoria é a Diot.

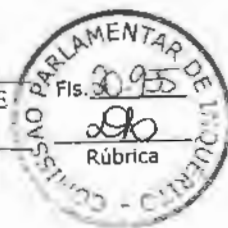
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Existiu, alguma vez, pedidos de suspensão ou paralisação da obra solicitados pelo Deinfra?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Qual era o grau de conhecimento e acompanhamento das obras da Ponte Hercílio Luz que os diretores presidentes do Deinfra, os Secretários de Infraestrutura e o próprio Governador do Estado tinham, no período de 2015 até 2018?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Desculpa, é... qual é o conhecimento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Qual era o grau de conhecimento e acompanhamento das obras da Ponte Hercílio Luz que os diretores...



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, sim... entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — ...presidentes do Deinfra, dos Secretários...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não, eles... periodicamente eles visitam a obra, vão à obra, se interessam. Dentro da disponibilidade deles. O Governador vai lá mais... não tantas vezes como, por exemplo, o presidente do Deinfra, iria, né...ia, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E eles iam no canteiro de obras com que frequência? O senhor já respondeu.... Requisitavam informações diretamente ao senhor ou sempre através do engenheiro fiscal do Deinfra?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — As reuniões, quando eles... comparecem ao... ao escrito... ao canteiro, é uma região com a participação de todos, né, não tem essa hierarquia, pergunta prum... Geralmente o fiscal é o responsável, né, para transmitir pro... para os outros... para outras áreas do, do cliente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Hum, hum.

O.k., Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado, Deputado Jessé Lopes. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

Deputado Ivan Naatz. Sem perguntas. Deputado Sargento Lima, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhores Deputados, boa noite, senhor.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor podia, de forma bem detalhada, dizer o que o senhor se lembra do que... de que tipo de serviço era prestado pela empresa Alpha?



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Inspeção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Simplesmente inspeção?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Inspeção, e fazia croquis e desenhos. Tem relatórios deles entregues ao Deinfra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Detalhadamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor, minutos atrás, o senhor disse que ela inclusive ainda aproveitou desenhos, croquis e fotos que foram cedidas pela própria empresa que o senhor prestava o serviço.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Exatamente, a nossa empresa fez uma parte, entregou pro cliente CFM, só que nós saímos um pouco antes de terminar todo o, o, o serviço dos acessos, i a empresa que tava fazendo os acessos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...que tinha mais, tem mais recursos, alpinistas e tudo mais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...terminou a parte dela, do vão central, e acho que a parte, pequena parte que faltava dos acessos e pegou todas as nossas informações que nós já tínhamos entregado, nós fomos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Certo.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...contratados para isso, entregamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...é do, do CFM e ela formatou um relatório integral...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.



O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...de inspeção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E esses valores que o senhor disse que são desproporcionais em relação, que talvez se fosse mais do que 50% ou 100% do valor...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...seria pago para o senhor. O senhor não se recorda do que foi acordado com a Alpha?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Não sei. Eu não, a... eu não participei da, do acordo da CFM com Alpha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...eu, nem eu nem a RMG provavelmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...o que a RMG pode informar, eu não tenho isso aqui, vocês vão chamar o Carlinhos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — ...vocês podem perguntar a ele. Ele deve ter o número do, do valor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Que segundo o Relator, chegou a próximo de, passou de R\$ 17 milhões, isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Tá o.k., era só isso.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Perfeito. É, só uma informação complementar, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor quer ainda completar alguma coisa?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Só um minutinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — É, para que os senhores tenham uma ideia da complexidade e por isso é que teri... no, no contrato anterior da CFM tinha esses valores de projeto. No contrato da Teixeira Duarte não tem os valores de projeto, nenhum centavo. E, à medida que nós fazíamos essas reuniões, eram... nos eram apresentado problemas para resolver, que não era do nosso escopo da, do contrato supervisão. No contrato da supervisão nosso tem apenas o projeto de monitoramento junto com a supervisão, que são colocados sensores para todas aquelas movimentações ser conhecidas do sistema com sensores. E nós, à medida que fomos fazendo inspeções, apareciam problemas e aí teríamos que fazer projetos. A RMG fez 71 projetos adicionais, durante essa execução, além dos projetos complementares lá, nós fizemos 71 projetos complemen... é... adicionais, diversos. Estão relacionados, tem um pleito nosso ao Deinfra, inclusive, eles discutiram e, enfim, tem até um pagamento para ser feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu só peço se a gente pode solicitar os documentos que o senhor trouxe...

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Ah! Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... O senhor pode nos deixar uma cópia, a gente pode anexar junto aos autos da CPI, por favor?

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Se não me engano é essa certidão? Dos 204? (*Mostra o documento.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim. Solicito à assessoria que tire cópia, por gentileza.

Senhores Deputado, não havendo mais quem queira perguntar nem acrescentar por parte do senhor João Nogueira Motta, eu agradeço a participação de vossa senhoria nesta reunião. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. JOÃO NOGUEIRA MOTTA — Perfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E solicito à assessoria que o encaminhe até a área externa desta sala.

Muito obrigado.

Também solicito à assessoria que encaminhe para esta Comissão, o senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro.

Enquanto ele não vem, também levo ao conhecimento de vossa excelência que o Deputado Jerry Comper enviou ofício comunicando ausência no dia de hoje, nesta reunião.

Vamos aguardar, então, o senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Amanhã de manhã, senhores Deputados, às 9h30min será realizada a última reunião de ouvida de testemunha desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nesta mesma sala, ao invés de nos reunirmos com a Comissão de Finanças, nós suspendemos a reunião para fazer a reunião da CPI.

Senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro, por gentileza, o microfone bem perto do senhor.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O microfone bem perto, por favor.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E falar bem próximo ao microfone para que o serviço de taquigrafia da Casa possa captar...

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...a sua voz.

Senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro, o senhor sabe por que veio participar desta reunião desta Comissão? O senhor recebeu o ofício de comunicação?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Eu recebi o convite, né, e...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Leu?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — ...confirmei a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Leu?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então sabe do por que está aqui?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito.

O senhor foi convocado e está na condição de depoente.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade no dia de hoje.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder todas as perguntas, se desejar não responder o senhor comunica que não responderá.

Da mesma forma, o senhor pode requerer questão de ordem, qualquer coisa que o senhor observar que não está de acordo o senhor pode se dirigir a minha pessoa para nós conversarmos.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas gostaria ao final que o senhor dissesse o seu nome completo, sua profissão e seu endereço completo.



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Meu nome é Carlos Luiz Guedes Carneiro, eu moro em Belo Horizonte, na rua Califórnia, 606, apartamento 1.200, bairro Sion. Minha profissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Profissão.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Engenheiro civil e sócio diretor da RMG Engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não. Muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Bruno Souza que é o Relator e depois aos senhores outros Deputados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor trabalhou na Usiminas antes da RMG?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou de alguma forma do contrato nº PJ-048/82, firmado entre a Usiminas e o Estado de Santa Catarina?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — O que é o contra... esse contrato se refere a quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É o instrumento de 1982 que foi a primeira tentativa de recuperação da Ponte Hercílio Luz.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, não participei, é... naquela ocasião eu já trabalhava na empresa, eu entrei na Usiminas Mecânica em 1974, e... eu estava fa... vindo muito a Florianópolis, por ocasião eu partici... eu sempre trabalhei na área comercial da empresa e... eu estava vindo muito aqui a Florianópolis, pela contratação da construção da obra da Ponte Pedro Ivo. Tomei conhecimento porque, né, mesma empresa dessa... desse



contrato que a Usiminas Mecânica fez com o governo do Estado que me parece também ele não teve efeito, né, não foi adiante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A Usiminas executaria o projeto de restauração e subcontrataria a Steinmann? Era essa a... o senhor sabe se era esse o...?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Olha, me parece que era um consórcio, se não me engano, eu não tenho certeza se era uma subcontratação ou era um consórcio das duas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se houve problemas de pagamento por parte do Estado, atrasos, inadimplência na época? Sabe se outras empresas tinham problemas com pagamento?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Me parece que o contrato chegou, não chegou a ser colocado em marcha, né, porque me parece que na ocasião, é... já havia toda uma, uma datação de verba, mas foi quando aconteceu aquela catástrofe em Blumenau, em que a cidade destruiu, né, e parece que os recursos me disseram assim, eu não tenho certeza, os recursos teriam sido desviados pra, pra atender a catástrofe de Blumenau, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao seu ver, quais os motivos que levaram o contrato e a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz não serem finalizados na década de 1980 pela Usimec/Usiminas?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, eu tô dizendo, ela não chegou a executar um serviço, porque me parece que a, o contrato ele rezava era um projeto de, de recuperação e parece que posteriormente esse, esse projeto seria colocado para recuperar não nos níveis que tá sendo feito hoje, mas era por causa daquele problema da barra de olhal que rompeu, né?
[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tem alguma documentação importante da época que possui e que possa entregar à Comissão que não tenha sido tratado hoje, e possa nos entregar...



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, não, eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... sobre a época?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, não daquela época eu não tenho absolutamente nada a respeito. Como eu disse, né, eu conheço o assunto superficialmente em função de estar participando da contratação da, da Ponte Pedro Ivo, a construção da Ponte Pedro Ivo. Foi a mesma época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Como o senhor conheceu o engenheiro João Nogueira Motta, qual a natureza da relação dos senhores?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Nós fomos colegas, né, eu entrei na empresa em 1974, ele entrou em 1971.

Então, eu trabalhei até 1990 na Usiminas Mecânica, foram 16 anos e o Motta continuou trabalhando na empresa. Depois em 90, naquela época da privatização, é... do governo Collor, a primeira empresa a ser privatizada seria a Usiminas e eles queriam colocar no mesmo, no mesmo pacote a Usiminas Mecânica. Então, aquilo ficou uma situação não sabia se empresa seria ou não, é... privatizada. Eu como comercial na Usiminas Mecânica e os meus três sócios que eram da diretoria de engenharia saímos e criamos a RMG. Isso em 90, mas o, o João Motta, ele, ele continuou com a empresa, trabalhando na empresa e... é uma, é uma amizade de, de longa data.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor trabalhou ou prestou serviços para outras empresas que estiveram envolvidas, direta ou indiretamente, com as obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No período que a obra estava sob responsabilidade do Consórcio Florianópolis Monumentos, de 2009 a 2014, a RMG prestou algum serviço de engenharia para recuperação da Ponte Hercílio Luz?



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Para o consórcio? Sim. É... só mais ou menos posicionar vocês, se tiver um tempinho.

É... quando nós saímos da Usiminas Mecânica, nós, é... imediatamente solucionaram o problema da, da, é... privatização, ela passou para o grupo Usiminas. Imediatamente, como nós éramos os especialistas na área de pontes eles fizeram um contrato, o guarda-chuva entre a Usiminas Mecânica e a RMG. Esse contrato foi firmado logo que a empresa foi criada em 1990 e ele perdura até hoje. É um contrato que nós somos os prestadores de serviço de engenharia deles, eles não têm engenharia própria e a gente, inclusive, ajuda eles na parte de propostas. É... quando há uma, uma demanda de uma proposta, nós participamos através desse contrato.

Bom, é... em 2007, se não me engano, a Usiminas Mecânica, ela foi convidada por um consórcio para apresentar uma proposta de recuperação da ponte. Nós como contratadas da Usiminas Mecânica fomos chamados a ajudá-los nessa empreitada aí. Já naquela época nós, é... estudamos e desenvolvemos essa solução da estrutura auxiliar que tá hoje aí. Só que o grupo que estava convidando a Usiminas Mecânica para participar da licitação acharam por bem não, não levar adiante essa ideia porque o edital não permitia alternativas. Esse trabalho foi feito por nós, então, nós simplesmente abandonamos ali. Depois a Usiminas Mecânica chegou, é... sequer participou dessa licitação com esse grupo. Ela, ela declinou, não participou.

Bom, então, é... veio a licitação, ganhou a empresa, o consórcio aqui, Florianópolis Monumento, que nós sequer conhecíamos. Não conhecíamos a empresa, não conhecíamos a Construtora Espaço Aberto, não conhecia nada absolutamente disso aqui. E, é... me parece que ele sabendo da nossa presença, da nossa participação com Usiminas, a gente já tendo estado aqui anteriormente, a nossa relação com o Estado é desde 1982, né, 80. É... através acho que da Usiminas nos convidou para vir aqui para fazermos uma reunião.



Então, foi em junho de 2019, desculpa 2009, que nós fizemos... 22 de junho, para ser mais preciso, fizemos a reunião com a, com, com, com o consórcio e foi aí que nós apresentamos essa solução pra eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o responsável pelo Consórcio Florianópolis Monumento que cuidava e explicava os problemas técnicos da Ponte Hercílio Luz para a realização do projeto alternativo? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Olha, o nosso contato inicialmente foi com o engenheiro é... Paulo... presidente da, da Espaço Aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo Ney?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Paulo Almeida, Paulo Ney Almeida, exatamente. Todo o nosso contado foi com ele, mas eles tinham é... um sócio no consórcio que era a CSA Group, uma empresa dos Estados Unidos, e também tinha um minoritário que se não me engano era engenheiro Khaled. Então conversas técnicas nós tínhamos também com pessoal da CSA Group, eles tinham um representante aqui no Brasil, chamado é... só um minuto...

(O depoente manuseia documentos para ver o nome do engenheiro.)

... engenheiro Luiz Mário Tortorello, era o representante do grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E foi nessa reunião em 2009 que foi firmado o contrato entre o Consórcio Florianópolis Momento e a RMG?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Essa foi uma reunião inicial. Então eles nos pediram uma proposta pra essa solução, nós fizemos várias propostas, fizemos a primeira, depois revisão, revisão e chegamos a assinar um contrato com eles em 20 de agosto de 2009, o primeiro contrato.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual valor do contrato?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Esse contrato foi R\$ 3.225.300,00 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum engenheiro da CSA Group Inc. chegou a participar das tratativas para a realização do contrato do projeto alternativo?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — É, o, o, o Tortorello que era o cara que discutia mais essa parte de contratos e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da CSA?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim, o Luiz Tortorello, era o representando da CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No primeiro ano do Consórcio Florianópolis Monumento, em novembro de 2009, já havia sido medido 92% do serviço de metodologias executivas das obras, 40% de estudos de transferência de carga e ajuste, 22% de projeto detalhado de obras, 45% de projetos de obras provisórias e 65% de estado da obra e programa de reabilitação, em um total de R\$ 9 milhões. No ano seguinte, mais R\$ 8,5 milhões.

A RMG participou de algum desses serviços que estão ali detalhados na tela ou no computador à sua frente? No computador à sua frente talvez seja mais fácil olhar.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Ah sim, sim, desculpa. Olha, é... o escopo do nosso trabalho ele consta de uma... de um contrato que nós firmamos com a, com a Espaço Aberto, e que eu até já encaminhei pra vocês numa, numa ocasião que foi nos solicitado. Vocês têm ele aí, mas eu posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Gostaríamos de uma cópia desse contratos se o senhor puder nos ceder também.



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, eu peço que se for possível, Presidente.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Aqui... esse é o contrato origi... o contrato mãe, é... ele tem mais três aditivos. O primeiro aditivo ele se refere... O primeiro e o segundo aditivos se refere a... variações de formas de pagamento e cronogramas, né. Permanentemente passava por revisão de, de prazo de cronograma etc. E o terceiro é... aditivo foi um serviço adicional que nos foi solicitado, que era um projeto da, de, da recuperação daqueles blocos de ancoragem.

(Passa os documentos para a assessoria da Comissão tirar cópia).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os projetos fornecidos pelo Consórcio Florianópolis Monumento que foram elaborados pela RMG, tais como metodologia de cálculo da transferência, projeto executivo das fundações, enfim, indicam que foram elaborados apenas em 2013.

Quando a RMG começou a fazer os projetos para a Ponte Hercílio Luz?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Olha, como eu disse, o contrato ele... ele tem como escopo principal é o projeto da estrutura auxiliar de sustentação, mas foi incluído nisso aí, por exemplo, algumas, é projetos de, de verificação do vão pênsil, a estabilidade, a resistência dos materiais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quando começaram a fazer?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Logo em seguida que assinamos o contrato. Nós assinamos o contrato em agosto de 2009, né?

Agora em paralelo eu gostaria também de prestar informação pra você o seguinte: esse foi um contrato assinado em 20 de agosto. Em 27 de agosto, 27 de agosto, nós assinamos outro contrato com eles que foi para fazer as inspeções das estruturas existentes nos dois viadutos de acesso. Nós trouxemos para cá uma equipe de seis, seis profissionais, eram um



coordenador geral e mais cinco projetistas, que o pessoal saía pro campo, levantava a... as anomalias, o que existia na estrutura, ia pro escritório e desenhava. Isso foi gerado em forma de centenas de desenhos, eu diria assim. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite] Era um contrato de seis meses e nós então terminamos o contrato, fizemos somente dos, dos dois viadutos de acesso. O trecho central foi outra empresa que foi contratada. Também se você quiser é esse contrato aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O projeto Consórcio Florianópolis Monumento estava utilizando em 2011, 2012. A RMG forneceu algum projeto anterior?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não entendi, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa RMG, instada por esta Comissão, apresentou diversos documentos e informou que foi contratada para fazer o projeto alternativo para a recuperação da Ponte Hercílio Luz. Para tanto, cobrou um total de R\$ 3,7 milhões, acrescentando que não recebeu parte desse valor. Mesmo assim, o projeto foi entregue?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse projeto já era detalhado o suficiente para realizar o serviço?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O projeto foi analisado pelo Deinfra ou pelo antigo Consórcio Prosul-Concremat?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Á... excelência, eu não, eu não sei te dizer, mas acredito que sim, né, porque a norma, é... você... entrega o projeto, é, o Deinfra ela tem a fiscalização dela e, no caso aí, na época, quem fazia a supervisão técnica era o Consórcio Prosul-Concremat. Eu imagino que eles devem ter feito essas análises de aprovação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se houve alguma contestação?



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo Ney Almeida, do Consórcio Florianópolis Monumento, afirmou que a empresa RMG, abre aspas, “não cumpriu, não era só fazer o contrato (*sic*), tinha que acompanhar, ela saiu antes”.

O que houve?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, não é verdade. (*Risos.*) Tanto que não é verdade pelo seguinte: esse nosso contrato com eles rezava o seguinte, que caso houvesse uma rescisão do contrato do Deinfra para com o Consórcio, que o nosso contrato seria reincidido automaticamente. Quer dizer, se ele rescindisse ali, o nosso também tava automaticamente rescindido.

O contrato dele foi reincidido, se não me engano, em agosto de 2013, né. É... eu tenho faturas emitidas contra o Consórcio até março de 2013 e não emití mais faturas, porque eu não tava recebendo. Então, qual foi o nosso raciocínio? Não adianta eu emitir uma fatura, chega no fim do mês, o Estado, a União vão me cobrar os impostos incidentes sobre a fatura e eu não tava vendo dinheiro! Eu mandei pra vocês aí, se o senhor não tem aí eu tenho aqui ainda novamente, a relação de todas as faturas que foram emitidas contra o consórcio sempre pagas com atraso. A primeira fatura pagaram com quatro meses de atraso, a primeira, e vem por aí afora. E quando chegaram nas últimas aqui, o senhor tá vendo aqui as anotações em vermelho (*mostra no documento*), é... são faturas que não foram pagas! Tá aqui, ficou devido, devido, devido, no final, ficou um débito para conosco de faturado R\$ 444 mil, mais ainda o aditivo número três, que era o projeto dos blocos de ancoragem, mais R\$ 310 mil para fazer um total de R\$ 750 mil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG chegou a abandonar o canteiro em algum momento?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A que a RMG Engenharia tinha se comprometido, acompanhar a implementação do projeto, prestar alguma assessoria, dar suporte técnico, por qual período?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Sim, fazia parte do nosso contrato a gente dar esse apoio para eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Até o final?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — A, a... enquanto durasse o contrato, né. Então nós fizemos isso, nós acompanhamos eles em diversas reuniões junto ao DNIT, diversas reuniões com o consórcio, diversas reuniões com a fiscalização. Todas essas etapas nossas foram cumpridas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Florianópolis Monumento recebeu do Deinfra mais de R\$ 21 milhões pelos projetos da Ponte Hercílio Luz. Quando questionado sobre o que houve com os R\$ 17,4 milhões restantes que recebeu, o senhor Paulo Ney afirmou que contratou diversos outros projetos.

O projeto entregue pela RMG estava completo? Precisava de detalhamento?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Olha, para aquilo que se destinava, sim. Por exemplo, no projeto das estruturas auxiliares, nós fizemos o projeto, nós fizemos o detalhamento, fizemos um projeto de montagem. [Transcrição: Grazielle da Silva] Outros projetos que foram solicitados, como eu falei, no vão central, estabilidade de estruturas, etc., nós fizemos os projetos e entregamos. Está tudo, tudo, tudo nos arquivos do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aí...

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Então, é, é, é, não ficamos devendo absolutamente nada daquilo que foi contratado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG formalizou o contrato PJ nº 204/2014 em 14 de novembro de 2014 no valor de R\$ 1,95



milhão por dispensa de licitação para, no prazo de 180 dias, elaborar projetos complementares para execução da restauração da Ponte Hercílio Luz.

O senhor poderia esclarecer quais projetos foram elaborados e entregues no início de 2015?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Sim. É, é... Foi o seguinte: a, a... o Deinfra rescindiu o contrato com o consórcio em agosto de 2011. Então, eles ficaram, vamos dizer, a ver navios, né, porque aquela estrutura, ela chama estrutura provisória de sustentação. Ela não é uma estrutura para ficar ali eternamente. Os aços que foram colocados ali foram para ter uma duração provisória, para ser mais econômica a estrutura. Então, a obra não andava, então, aquela estrutura já estava lá passando do tempo dela. Quando, então, foi feita a rescisão, foi feita uma inspeção nas estruturas existentes e já notava-se um certo grau de corrosão avançado. O pessoal falou: “Pô, isso aqui vai cair, isso vai apodrecer no meio do mar”. Foi aí, então, que eles nos contrataram para fazer os projetos que faltavam para ser entregues pelo consórcio, que não foram entregues. Entendeu? Esses projetos eram projetos complementares que, que, que tava dentro do contrato da, da, Espaço Aberto com o Deinfra, não comigo. Entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Esses projetos não estavam incluídos no contrato com o Consórcio Florianópolis Monumento então?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Estavam no...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor afirmou que os projetos entregues estavam...

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – ...não, mas não constavam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... que os projetos entregues estavam completos.



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Não, mas não constavam do meu contrato com o consórcio, constava do contrato do consórcio com o Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO - E para que o Deinfra, então, precisasse licitar novamente a obra, ela precisava de ter seus projetos para tirar quantitativos do que precisava ser feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nós estamos chegando no final da sua oitiva.

E gostaria de perguntar para o senhor se a construtora Teixeira Duarte recebeu o equivalente a R\$ 1,5 milhão somente para realizar retrabalhos na estrutura de sustentação provisória na parte construída pelo Consórcio Florianópolis Monumento, devido a erros de geometria, fabricação ou montagem das peças. Como está projetado no telão e está no computador à sua frente novamente.

O senhor poderia nos explicar um pouco o item dos serviços necessários e não previstos e, especialmente, os serviços denominados de retrabalhos?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Qual que é o item, por favor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Serviços necessários e não previstos e, especialmente, os serviços denominados de retrabalhos?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Ah, sim. O item 3, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, isso.

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Um milhão e meio aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum, hum.



O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Realmente, o que aconteceu foi exatamente isso: quando o contrato da construtora... desculpa, do consórcio foi rescindido, as estruturas, são quatro torres, é, é, alguma, uma delas estava lá em cima, a outra estava pela metade, a outra estava no seu início, e aquilo ali estava ficando um certo grau de abandono. Então, a construtora é, é, Teixeira Duarte, ela para retomar os trabalhos, terminar as, as torres e colocar aquela treliça em, em, fazendo a ligação das, das torres, ela... foi verificado que aquilo ali não tava inspirando segurança. Então foi necessário de fazer reforços nessas estruturas, nessas torres. Foi nece..., foram, foi necessário fazer, por exemplo, as, as estacas, elas têm um contraventamentos submersos, né? Tinha lá peças, parafusos que já estavam corroídos. Então, aquilo ali poderia dar uma movimentação nas peças. Então, tudo isso foi feito, colocado novas braçadeiras. Ou seja, reforçou a obra para ela dar continuidade, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esses serviços tiveram que ser refeitos em virtude de erros de montagens ou de peças, cálculos, geometrias, equívocos ou algo do gênero?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO – Eu não entendi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Esses serviços que tiveram que ser refeitos, eles foram por conta de erros de montagem de peças, cálculos, geometrias equivocadas ou algo do gênero? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, cálculo não. Eu acredito que foi o seguinte, foi talvez algum erro de montagem de peça, é... peças que ficaram estocadas no canteiro que poderiam ter sofrido alguma corrosão a mais ou até algum empeno mal estocado, né, enfim. É... erros de geometria porque você há de convir que quando você vai levantar uma torre, se ela ficou parada pela metade, aquilo ali começa dar um... né, ela não tá... não foi dimensionada para ficar com aquela coisa em balanço, ela começa pode dar algum empeno, alguma coisa assim.



Então, tudo isso foi feito para dar segurança... porque, logo aí, então, depois que foi recuperadas essas torres, recuperadas as fundações, aí, a Construtora Espaço Aberto colocou a... a Teixeira Duarte colocou a treliça e, a partir daí, que começou a fazer a transferência de carga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A RMG Engenharia já teve ou tem problemas em receber os pagamentos por parte do Estado, em receber com atrasos, por exemplo?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — O Estado aqui? Não. Perfeitamente em dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor recebeu, uma pergunta que é feita para todos os depoentes, o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados: Jessé Lopes, Ivan Naatz, Fernando Krelling, Sargento Lima desejam fazer algum questionamento? (*Os senhores Deputados declinam usar da palavra.*)

Não havendo mais perguntas por parte dos senhores Deputados, eu pergunto ao senhor Carlos Luiz Guedes Carneiro se tem mais alguma coisa a acrescentar à CPI?

O SR. CARLOS LUIZ GUEDES CARNEIRO — Não, acho que as perguntas foram satisfatórias e respondi de acordo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Agradeço, então, a participação de vossa senhoria. Solicito a assessoria que o encaminhe a parte externa desta Comissão.

E também, senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar, dou por encerrada a presente reunião.

Já convocada outra para amanhã às 9h30min da manhã, nesta mesma sala. Aliás, amanhã é a última reunião de ouvida de testemunha.

Muito obrigado e boa noite para todos. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]
[*Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini/Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO
DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE
HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A
SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO
DE 2019, ÀS 9H30MIN, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, bom dia. Igualmente bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como aos senhores e às senhoras ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental, damos início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

E suas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia das atas da 25ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Mesa nº 030, de 21 de fevereiro de 2019; e também da 26ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Mesa nº 030, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Recebemos os seguintes expedientes: da eminente Deputada Marlene Fengler, comunicando a ausência no dia de hoje, mas indicando o eminente Deputado Ismael dos Santos para substituí-la; seja bem-vindo, Deputado Ismael; e também do Deputado Fernando Krelling, do Deputado Jerry Comper e da Deputada Luciane Carminatti comunicando a ausência; e da mesma forma como aconteceu na reunião passada, o eminente Deputado Ivan Naatz substitui o Deputado João Amin, que se encontra em viagem.

Além do Deputado Cobalchini, nós temos hoje também, para a ouvida de testemunha, o senhor Romualdo Theophanes de França Júnior, que se encontra neste ambiente.



Solicito à assessoria, por gentileza, que encaminhe o senhor Romualdo até a sala das Comissões para que possa aguardar lá o chamamento no horário previsto.

(O senhor Romualdo Theophanes de França Júnior deixa o recinto.)

Senhores Deputados, recebi do eminente Deputado Valdir Cobalchini um ofício se colocando à disposição desta Comissão para prestar esclarecimentos, se assim entendessem os senhores Deputados. Ato contínuo, a fim de que fosse formalizado, expedi, então, em nome desta Comissão, ofício a sua excelência o convidando para, no dia de hoje e nesta hora, participar desta reunião, como convidado para prestar esclarecimentos, tendo em vista que foi Secretário de Estado da Infraestrutura e também tem conhecimento ou pode ajudar nessa questão da CPI da Ponte.

Vou dispensar os comentários de praxe que faço a todas as pessoas que aqui vêm e que prestam depoimento, pois se trata de vontade própria de sua excelência de aqui comparecer para prestar esclarecimentos referentes à Ponte Hercílio Luz.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Valdir Cobalchini para, de forma breve, em querendo, fazer algum comentário acerca do seu oferecimento para vir aqui no dia de hoje. E nós agradecemos a sua presença.

Então, com a palavra o Deputado Cobalchini e, em seguida, eu passo a palavra para o Relator, Deputado Bruno Souza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bom dia, Presidente Deputado Marcos Vieira; bom dia, Deputado Bruno, Relator da CPI; Deputado Ivan Naatz; Deputado Sargento Lima; Deputado Ismael.

Na verdade, como fui Secretário, eu entendi que deveria espontaneamente vir aqui, até pela transparência que penso, né, deva existir, e não me sentiria bem se não fizesse isso. Muito embora as competências tanto do Deinfra quanto da Secretaria da Infraestrutura previstas em lei – e eu vou deixar aqui com o Presidente a 381 e a 382 – estabeleçam claramente quais são as competências, no papel de Secretário a minha competência legal era da formulação da política de infraestrutura, e, do Deinfra, a execução.



Notadamente em relação à questão da ponte, é... é... o contrato firmado em 2008, quando... Eu não vou adentrar, porque eu devo responder esses questionamentos, tá? Mas agradecer pelo convite, né, formulado por vossa excelência e estou aqui à disposição, muito sereno e muito tranquilo é... no sentido de tentar ajudar, né? Eventualmente se tiver algum questionamento que seja de minha parte desconhecida, também, né, lamento que não... é... não poder eventualmente responder algum questionamento por absoluto desconhecimento em função de que no dia a dia, no cotidiano, não era de minha responsabilidade.

Mas, enfim, agradeço e me coloco à inteira disposição dos Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, eu vou passar a palavra para o Deputado Bruno, mas também quero dizer ao Deputado Cobalchini que sua excelência tem toda a liberdade, em não querendo responder qualquer pergunta, de assim agir a qualquer momento, sem problema algum.

Deputado Bruno, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia.

Agradeço a atitude do Deputado Cobalchini em vir aqui tentar ajudar esta Comissão a esclarecer os fatos. Agradecemos a presença e tenho certeza que vai ser proveitosa para que nós possamos aqui encontrar, montar um pouco mais dessa história. Então, muito obrigado.

E antes de começar as perguntas, também agradeço todos os Deputados, porque hoje é a nossa última reunião. Então, agradeço a paciência demonstrada nesses últimos meses, agradeço o Presidente pela condução dos trabalhos, agradeço também a oportunidade de trabalhar e aprender com cada um dos senhores.

Vamos, agora, à próxima etapa para que a gente possa encerrar esta Comissão.

Deputado, quando assumiu a Secretaria da Infraestrutura, o senhor buscou se informar sobre a real situação das obras da Ponte Hercílio Luz conduzidas pelo



Consórcio Florianópolis Monumento? Chegou a fazer reunião com a equipe que estava no canteiro de obras, com os fiscais ou buscou se inteirar através de relatórios de supervisão ou alguma coisa do gênero?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A questão da Ponte Hercílio Luz obviamente que chama e chamou muito a atenção em função de ser uma obra completamente diferente. E, sim, participei de inúmeras reuniões com a equipe técnica, com o Governador, é... quando se tratou, sim, da situação da, da obra da ponte, eu diria que emblemática para Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A capacidade financeira do Estado era o principal fator do atraso nas obras ou era a capacidade técnica do consórcio executor na época?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bem, é... a falta de condição financeira do Estado à época... É... o Estado só dispunha de Fonte 100, recursos do Tesouro do Estado. É... e eu próprio tentei buscar uma alternativa de recurso quando pensei, como é uma obra diferente, até uma obra (*n*) que representa, né, pra Santa Catarina, talvez até uma obra de arte, fui ao Ministério da Cultura e apresentei um projeto lá em busca de recursos da Lei Rouanet, porque não via, eu não via como o Estado tocar essa obra, com necessidade de recursos astronômicos, dependendo única e exclusivamente da Fonte 100.

Então eu tinha noção clara e não poderia, né, cobrar naquele momento cronograma físico se, por outro lado, nós não tínhamos condições de apresentar um cronograma financeiro. Então eu tinha, sim, noção da dificuldade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E já nessa época começou a ser pensado aquele financiamento com o BNDES também ou foi posterior?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — À época ainda nós não tínhamos a noção de que pudéssemos ter recursos do BNDES. Isso surgiu mais à frente e, aí, sim, a partir desse momento, o Estado teve a condição de então exigir que o cronograma físico fosse cumprido, até porque a contrapartida financeira estava garantida. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante o primeiro ano da sua gestão, 2011, frente à Secretaria, o ritmo dos serviços caiu muito. Os faturamentos do Consórcio Florianópolis Monumento foram três vezes maior (sic) que em 2009 e metade do acumulado de 2010.

O senhor sabe por que isso aconteceu? Houve alguma providência da Secretaria frente ao consórcio executor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É, na verdade a... a... os pagamentos eles se dão conforme medição. Se a medição não existir, não há pagamento, né? É, mas também por parte do Estado, só vou repetir, nós tínhamos uma... é... início de governo e a falta de recursos da Fonte 100 isso não é novidade. Em qualquer tempo no Estado, se você depender pra investimentos da Fonte 100, é... é quase que impossível.

É... Então... é... digamos no início do governo nós tivemos não apenas em relação a esta, mas também a outras obras que não tinham fontes garantidas... Claro que tinham convênios com o governo federal, financiamentos ainda de outras obras em execução vindas do governo anterior, mas em relação especificamente à Ponte Hercílio Luz nós não tínhamos essa previsão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ela era tocada até aquele momento com financiamento, com fontes próprias, então?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Com fontes próprias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 2012 a situação se modificou muito pouco e as médias mensais de medições se mantêm próximas às verificadas em 2011, ou seja, igualmente muito aquém do previsto no cronograma. Ocorre que em junho de 2012 é assinado esse oitavo termo aditivo ao contrato original, prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014.

Ao final de junho de 2012, ao invés das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato estava apenas com 23% executado, mesmo após esses longos três anos e meio de contratos anteriores.



O senhor poderia explicar por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É... muito embora eu fosse o Secretário da Infraestrutura, eu não tinha ingerência direta sobre a questão operacional, né? Então, esta... a questão desse aditivo de prazo é uma questão técnica, administrativa, operacional, e que não fui consultado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então foi uma decisão do Deinfra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O Deinfra era o órgão executor, no Deinfra tem um... um... um colegiado, tem um Conselho, que é presidido pelo presidente do Deinfra (ri) e, é... o Secretário não... não faz parte desse Conselho. Não consigo entender, né, como que um órgão que deveria... não, não subordinado, mas... até porque é uma autarquia, apenas tem uma vinculação. Então... é... ao Secretário não lhe fa... não lhe f... não... legalmente, né, não tinha poder, né, de comando sobre o Deinfra, razão pela qual é... esta decisão e outras decisões, né, foram tomadas por conta da autonomia plena, né, que o Deinfra possuía. Não possui obviamente porque foi extinto, mas até então, né, era soberano em relação às decisões administrativas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor só foi comunicado do plano de aditamento do contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sequer comunicado. A gente acaba tomando conhecimento, mas formalmente não fui comunicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia nos dizer se essa decisão do Conselho foi uma decisão em que o aspecto político acabou pesando um pouco mais que o aspecto técnico? *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A questão da continuidade da... da obra Hercílio Luz, que se arrastava por muito tempo, penso que pesou muito nessa, nessa decisão e havia, sim, a expectativa de que o Estado



pudesse encontrar uma solução financeira. Eu próprio tava acreditando muito que nós teríamos a adesão, até mesmo da sociedade, das empresas, quando nós viabilizamos é... a autorização do Ministério da Cultura pra fazer a captação desses recursos provenientes da Lei Rouanet.

Então, tínhamos, sim, uma expectativa de que pudéssemos... e qual o governo não deseja entregar uma obra como essa? E eu, participante do governo, como Secretário da Infraestrutura, sim, fizemos todo o empenho possível, né, porque ao contrário seria uma omissão. Tentamos, inclusive, alternativas, a própria... é... não em substituição à ponte, mas o modelo construtivo, porque esse apresentava é... é... muito elevado o custo. Buscamos uma alternativa que fosse mais em conta, mas não foi possível dado, inclusive, às exigências do próprio Iphan é... de que deveria ser mantida a sua originalidade.

Por conta disso, o custo, né, como todos sabem, né, ele é maior do que uma obra de arte similar a essa é... e... Enfim, sabíamos da dificuldade, mas não tínhamos muito o que fazer, a não, a não ser buscar opções como fizemos, e hoje ela está prestes a ser entregue.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Logo após o aditamento, em junho de 2012, o contrato entra na sua pior média de execução, sendo que no segundo semestre de 2012 inteiro – de julho a dezembro – as medições do consórcio apontavam somente R\$ 375 mil faturados, o que representam, aproximadamente, 2% do que deveria ser executado no período. O canteiro de obras estava praticamente abandonado e os serviços técnicos estavam parados, e essa não era uma situação eventual, era a realidade ao longo dos últimos seis meses anteriores.

O senhor poderia nos esclarecer por que o contrato não foi rescindido nesse momento, senão em junho de 2012 ou no fim no início de 2013, já que era a hora de dar um basta na situação? Já não estava claro para a Secretaria que a executora não iria finalizar a obra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bem, eu não tinha a competência formal, né, pra tomar qualquer tipo de iniciativa, apenas a... a... a representação que... que... que tinha como... como... como Secretário. É... era notório



a dificuldade da empresa da execução da obra. É... a empresa também buscava e sempre... e sempre que nos reuníamos, tá, a empresa alimentava a perspectiva de que pudesse tocar e concluir a obra. Mas nós precisaríamos também construir elementos probatórios para que ao final – e foi o que aconteceu – houvesse a rescisão contratual e, inclusive, tornar a empresa inidônea. É... e isso leva um certo, leva um certo tempo como, como levou, né, é... demorando aí cerca de três anos, eu acredito, esse, esse processo até chegar ao seu final.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E existiam conversas, na época, com o Deinfra sobre a real possibilidade de o consórcio entregar a obra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim. Nós reuníamos com frequência, né, inclusive em reuniões convocadas pelo próprio Governador. Tinha... era... cobrava a todos a necessidade de agilizar essas obras, né? É... Então nós tínhamos, sim, a noção do que estava acontecendo e da dificuldade de que se levasse a cabo o contrato firmado entre o Estado e a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era do conhecimento do senhor de que nesse período do segundo semestre de 2012 início de 2013, o Estado gastou mais para manter o consórcio supervisor do que com os faturamentos do consórcio executor? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não tinha no dia a dia, até porque esses pagamentos não passavam por mim, hm... embora é... é assim que acontece em relação a outras obras também, de que a supervisão, ainda que a... a... a execução, e isso penso que seja uma coisa que a lei deva, deva corrigir, é... havia um pagamento de supervisão, né, e não pagamentos de execução de obra. Mas especificamente em relação a essa eu não, eu não... é... eu não tinha noção exata do que estava acontecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esses relatórios da supervisão chegavam até o senhor?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, não chegavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve conhecimento da anuência do Deinfra com a apresentação do contrato de restauração da ponte como garantia a um empréstimo da Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc no valor de R\$ 9,4 milhões?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu tomei conhecimento posteriormente a isso, não formalmente, mas tomei conhecimento, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda com relação ao empréstimo da Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc, o senhor interferiu ou fez algum tipo de contato com o banco com vistas a viabilizar a concessão do crédito para a empresa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Absolutamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deputado, o Estado assinou muitos contratos na área de infraestrutura rodoviária nos anos de 2011 e 2012, comprometendo mais de R\$ 50 milhões somente em projetos e ainda tinha que arcar com os custos das obras já em execução, como a da Ponte Hercílio Luz, de mais de R\$ 150 milhões.

A capacidade financeira do Estado não estava muito comprometida em virtude do planejamento de infraestrutura, especialmente por muitos projetos contratados em meio a tantas obras em execução?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Na questão dos projetos, até porque esse, sim, era um papel da Secretaria, eu próprio interferi no sentido de que pudéssemos viabilizar projetos.

Nós tivemos o BID 5, por exemplo, que foi exclusivamente para contratação de projetos, e nós tínhamos ainda saldo financeiro no... no... do... desse programa. Mas também a própria Secretaria da Fazenda garantiu recursos para pagamento de projetos, sempre contratados, claro, pelo Deinfra, mas se nós não tivéssemos projetos, não poderíamos também captar recursos, né, de fontes



internacionais, como foi com o BID, como foi com o BNDES, como foi Banco do Brasil. Mas você não consegue acessar os recursos se não temos projetos, então foi uma decisão tomada pelo governo; eu, como Secretário, também entendia que nós tínhamos que ter projetos pra poder viabilizar as obras. Até hoje tem obras sendo executadas, fruto daqueles projetos que foram contratados àquela época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que essa decisão de consultar tantos projetos foi uma decisão acertada na época, em meio a tantas obras de alto valor em execução?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu entendo que sim, que foi acertada a decisão, mas a grande maioria das obras em execução elas tinham fontes garantidas, né, fontes de... é... é... oriundas do governo federal algumas delas, fontes internacionais, é... como o... banco Andina de Fomento, me parece que esse é o nome dessa instituição financeira internacional e também BID. É... Por exemplo, a 401 nós tivemos um convênio que foi a primeira das obras lançadas é... é... no governo, nós tivemos um convênio com o Ministério do Turismo e, graças a isso a... a... SC-401 andou numa velocidade, né, sem similar com outra obra, fruto dos recursos que nós viabilizamos, ou da Fonte 100, ou do governo federal, né, e também outras obras que estavam sendo executadas porque haviam fontes já garantidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E também havia projetos financiados com recursos próprios?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, é... não anteriores, não posso responder anteriormente, mas é... é... é... muitos dos projetos foram contratados, sim, com recursos da Fonte 100. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda., empresa que se consorciou com a Construtora Espaço Aberto formando o Consórcio Florianópolis Monumento, foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que entre os anos de 2011 e 2012, ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável



pela ponte, o Secretário de Estado e o Governador do Estado à época, Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos.

O senhor recorda de ter participado de algumas dessas reuniões, o assunto era mesmo esse?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não, não me lembro dessa, dessa senhora e também não lembro de ter participado de alguma reunião com a presença dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabia que a CSA já não estava mais na obra da ponte?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe quem determinou a continuidade do contrato, mesmo com a saída da CSA do canteiro de obra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, na verdade, o senhor acreditava que a CSA esteve na obra até o final?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Na verdade eu sequer sabia da existência da... da CSA. Não... não conhecia, nem antes e nem depois, nunca soube da presença dessa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que essa era uma informação que a Secretaria deveria... era crucial e que deveria chegar até a Secretaria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Contratualmente, essa empresa não deveria existir. Eu não... imagino que não. A contratada era é... a... o Consórcio Monumento e essa empresa, CSA, eventualmente



deve, deve ter sido contratada, né, pela contratada é... e não chegou ao meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela fazia parte do consórcio, na verdade.

O contrato com o Consórcio Florianópolis Monumento previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. O senhor sabe por que esse dispositivo nunca foi aplicado até a rescisão contratual? Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não... não tomei conhecimento em relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A quem caberia a decisão final de aplicar as multas ou qualquer outra sanção ao consórcio, era o senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, era o Deinfra quem detinha o... o contrato, é quem executou a... a licitação. O Deinfra é que tinha essa responsabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A presidência então no caso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A presidência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor convocava reuniões para tratar das obras da Ponte Hercílio Luz? E quem participava dessas reuniões caso elas acontecessem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu participei de inúmeras reuniões, sim, com é... a direção do Deinfra, com é... o Governador, com a própria empresa, isso era... é comum que essas reuniões acontecessem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E alguma vez a supervisora foi enfática em apontar que o Consórcio Florianópolis Monumento não entregaria a obra da ponte? Quem representava a supervisora nas reuniões?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bem, à medida que o tempo foi avançando, claro, ficava mais nítida a falta de condições, né, desse é... consórcio de entregar a obra. Sim. É... e claro que com o... o tempo avançando, é... havia o convencimento, ele foi se tornando claro, do governo, de que se quisesse o Estado entregar essa obra teria que partir pra uma outra alternativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra quando aconteceram essas reuniões em que foi tomada essa decisão de rescindir o contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A partir, eu acredito, que de 2013 é... é praticamente que havia o... o,, de todo o governo, né, a ideia de que, né, precisaríamos encontrar uma, uma alternativa legal é... para a... a rescisão desse contrato. Foi amadurecendo e chegou ao ponto de que isso efetivamente é... aconteceu em... Acredito que em 2015, eu deixei a Secretaria em 2014, é... e até aquela época não tinha ainda sido possível legalmente fazer a rescisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse tempo de tomada de decisão foi adequado? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso é o que a lei impõe. Você não pode é... por vontade própria, como na iniciativa privada, se você... a qualquer momento você pode fazer uma rescisão contratual. No serviço público você está é... enfim, subordinado a... àquilo que determina a lei. Isso não é comum também, não era comum e... e talvez nós tivemos uma das primeiras experiências e... e o próprio governo federal, logo em seguida também em relação ao... me lembro da... do aeroporto de... de Florianópolis, também seguiu a Infraero, que detinha o contrato com a mesma empresa, seguiu é... a mesma orientação dada pelo governo do Estado, né?

Então, infelizmente o tempo foi... é... muito além daquilo que deveria, mas não poderia ter sido.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deputado, qual a sua responsabilidade na condução administrativa das obras da Ponte Hercílio Luz realizadas pelo Consócio Florianópolis Monumento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que o Estado teve alguma responsabilidade pelo insucesso dessa contratação ou da manutenção do contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Olha, o... o Estado... é... se foi responsável foi por conta da... da legislação. O Estado fez, promoveu uma licitação e a empresa que ofereceu o menor preço foi a vencedora e assinou o contrato e executou enquanto lá esteve. Então não cabe ao Estado ter esta responsabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura, em 20/3/2013, o senhor assinou um contrato particular de cessão de direitos firmado entre o Consórcio Florianópolis Monumento e a empresa TDB Produtos e Serviços Ltda., o qual estabelecia que as ordens de pagamento do Consórcio Florianópolis Monumento seriam emitidas em nome da TDB, no montante de R\$ 14,5 milhões.

O senhor poderia explicar o motivo desse contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sinceramente eu não lembro de que tenha assinado é... até porque não era é... minha função é... assinar contratos, até porque eu não tinha é... esta, digamos, responsabilidade legal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade era um... Era um repasse de direitos de receber, na verdade. O senhor lembra dessa ocasião?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Direito de receber por conta?...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao invés de pagar direto ao Consórcio Florianópolis Monumento, era para ser pago para a empresa TDB Produtos e Serviços Ltda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A cessão de direitos por conta de financiamento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu... eu não lembro de ter assinado esse... esse contrato. Mas, sim, sei é... de que a empresa é... lhe foi dado essa cessão de... de direitos como garantia de... de rece... de recebimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa não tinha mais credibilidade para subcontratar esse tipo de serviço sozinha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu acredito que não. É... é... a sua capacidade estava se esaurindo. À medida que o tempo ia avançando é... todas as alternativas tentadas não iam dando certo, né? E claro que chegando é... próximo do, do final, esperava-se apenas esgotar os prazos legais pra fazer a rescisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era usual o Secretário anuir com esse tipo de contrato? O senhor chegou a anuir com mais algum desse tipo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, ã... ã... eu não, não tinha é... como Secretário, né, eu não assinava contratos. Participava de reuniões, sim, mas formalmente né, não... é... eu não, não assinava documentos, era o Deinfra quem legalmente poderia fazer isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A cláusula sétima do Contrato PJ 264 previa que a transferência dos direitos contratados a terceiros era passível de rescisão unilateral do contrato, e mesmo assim o senhor anuiu com o contrato de cessão que corresponde a quase 10% do valor originalmente contratado. A subcontratação não ensejaria a rescisão contratual?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Olha, eu não, não tive essa... essa informação, né, porque a responsabilidade total da... da execução era do... do Deinfra, né, e em nenhum momento esse assunto foi tratado comigo. *[Transcrição: Grazielle da Silva]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se esse aspecto legal foi analisado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu acredito que sim, né, eu acho que nada se faria que não fosse legal, até porque tem um corpo técnico no Deinfra, tem a própria Procuradoria-Geral do Estado que analisa as questões jurídicas e acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por fim, o senhor tem mais alguma informação ou declaração que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É... não, porque eu acredito que não, não tenha nada que tenha acontecido que... que eu pudesse trazer como... como novidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados... Deputado Jessé Lopes, vossa excelência... Deputado Ivan Naatz, Deputado Ismael, Deputado Sargento Lima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Deputado, uma das coisas mais valorosas que eu vejo num homem, e eu acredito que isso é um consenso, é o voluntariado, é a vontade de se dispor a fazer aquilo que deve ser feito. Então a gente está muito feliz com a presença do senhor aqui hoje, de ter se voluntariado a nos ajudar na nossa CPI. Tenho certeza que isso é de conhecimento de todos nesta Casa e ela reflete e demonstra o valor dos nossos Parlamentares aqui, e hoje o senhor nos representou bem. Primeiro, como eu disse, por uma das coisas mais bonitas, e é um consenso social de se dizer que o voluntariado é uma qualidade gigantesca mesmo.